

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**MAIRTON CELESTINO DA SILVA**

**BATUQUE NA RUA DOS NEGROS: Cultura e polícia na Teresina da  
segunda metade do século XIX**

Salvador – Bahia

2008

**MAIRTON CELESTINO DA SILVA**

**BATUQUE NA RUA DOS NEGROS: Cultura e polícia na Teresina da  
segunda metade do século XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Eugênio L. Soares

Salvador – Bahia

2008

**MAIRTON CELESTINO DA SILVA**

**BATUQUE NA RUA DOS NEGROS: Cultura e polícia na Teresina da  
segunda metade do século XIX**

Dissertação de Mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia – UFBA, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Social.

Aprovada por:

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. Carlos Eugênio Líbano Soares (Orientador)

---

Prof. Dra. Miridam Brito Knox Falci

---

Prof. Dra. Wlamyra Ribeiro de Albuquerque

Salvador, 30 de junho de 2008.

Para Francisca Silva dos  
Santos e Raimundo Celestino  
da Silva, *in memoriam*.

## RESUMO

Em meio a uma manobra política, deu-se, em 16 de agosto de 1852, a transferência da antiga capital do Piauí, Oeiras, para a Vila Nova do Poti, futura, cidade de Teresina. Em pouco tempo, Teresina tornava-se o principal destino de escravos e homens livres da Província do Piauí. As razões estavam tanto na transferência da burocracia provincial como na construção da nova capital, até então com poucos prédios e casas residenciais. À medida que essa elite local ocupava os casarões na parte central das duas freguesias da cidade - Nossa Senhora do Amparo e Nossa Senhora das Dores - escravos e libertos constituíam, dentro e fora dos limites urbanos, mecanismos de sobrevivência e de sociabilidades. Assim, para muitos negros era preciso reinventar, na cidade de Teresina, outras relações, para isso, tiveram no domínio sobre as roças, nos folgedos/batuques e na formação de comunidades negras, conhecidas, na época, como calojis, o fundamento para tais expectativas. Caberia às elites locais, a organização de um aparato policial capaz de manter as relações de dominação vigentes, baseadas no cerceamento e, em alguns casos, na permissão dessas manifestações da identidade negra na cidade de Teresina. Dessa maneira, no espaço público das ruas, a proposta “civilizatória” apoiar-se-ia numa enfática política de controle social, alicerçada, sobretudo, numa “suposta” eficiência policial. Isso porque, numa época de desagregação da instituição escrava e de passagem da mão-de-obra servil para a assalariada, forjar, entre aqueles recém-saídos do mundo da escravidão, inclinações ao trabalho, daria novos sentidos às violentas experiências do cativo e, portanto, outros significados à idéia de trabalho. É, portanto, tentando analisar as experiências de negros, cativos e libertos, e seus conflitos com a sociedade escravista teresinense do século XIX que a presente dissertação se estrutura.

**PALAVRAS CHAVES:** Brasil Império, Escravidão, Política de Controle social.

## ABSTRACT

In way to a maneuver politics, it was given, in 16 of august of 1852, the transference of the old city of the province, Oeiras, for the new village of the Poti, future, city of Teresina. In little time, Teresina became the main destination of slaves and free men of the province of the Piauí. The reasons were in such a way in the transference of the provincial bureaucracy as in the construction of the new city, until then with few building and residential. To the measure that this local elite occupied the large houses in the central part of the two clienteles of the city - ours lady of the support and ours lady of pains - enslaved and libertos they constituíam, inside and outside of the urban limits, mechanisms of survival and sociabilities. Thus, many black ones were necessary to reinventar, in the city of Teresina, other relations, for this, had had in the domain on roças, folguedos/batuques and the formation of black communities, known, at the time, as calojis, the bedding for such expectations. It would fit to the local elites, the organization of a police apparatus capable to keep the effective relations of domination, based in the method of clipping and, in some cases, the permission of these manifestations of the black identity in the city of Teresina. in this way, in the public space them streets, the proposal “civilizatória” would be supported in an emphatical politics of social control, over all, in “supposed” a police efficiency. This because, in a time of disaggregation of the enslaved institution and ticket of the servile man power for the wage-earner, to forge, enters those just-left the world of the slavery, inclinations to the work, would give new sensible to the violent experiences of the captivity and, therefore, other meanings to the work idea. It is, therefore, trying to analyze the experiences of blacks, captives and libertos, and its conflicts with the teresinense escravista society of century xix that the present dissertação if structure.

**KEYWORDS:** Brazil Empire, Slavery, Politics of police control.

## AGRADECIMENTOS

Várias pessoas participaram, direta ou indiretamente, no planejamento, preparo e conclusão deste trabalho. Agradecer a todos seria tão difícil quanto escrever essa dissertação sem a presença deles. Entretanto, o agradecimento é por si só um ato estimulante, dessa maneira começo pelos companheiros e companheiras da Universidade Federal da Bahia.

Sou especialmente grato pelo profissionalismo das Professoras Maria Hilda Paraíso Baqueiro e Lina Maria Aras, ao acolher-me naqueles primeiros dias na cidade de Salvador de Todos os Santos. Demonstro gratidão e minha sincera admiração e alegria por conhecê-las em um momento tão especial da minha vida. Agradeço também aos funcionários da Biblioteca da FFCH/UFBA e do programa em História, em especial à secretária Ariane Soares.

Durante a realização do mestrado tive o apoio institucional da FAPESB, que a partir do convênio com a CAPES possibilitou-me uma bolsa de mestrado, entre fins de 2006 e início de 2008.

Reservo, aqui, um destaque especial a Carlos Eugênio Líbano Soares. Creio que seja nos pequenos atos que podemos descobrir o caráter e a personalidade dos indivíduos. Carlos Eugênio ultrapassou as barreiras acadêmicas que nos dividia entre orientador e orientando. Pude num almoço às pressas, numa conversa informal ou numa das suas constantes reclamações da vida, do salário e da falta de equipamentos no CEDIG extrair algo para além de uma das sempre boas respostas ao meu projeto. Com Carlos Eugênio aprendi que “pelas estradas da vida, nunca sozinho estás.” Obrigado!

Agradeço a João José Reis pelas sugestões bibliográficas e críticas durante a leitura do projeto, quando ele ainda estava em fase de planejamento e na sua posterior qualificação. Sua sensibilidade metodológica e seu apurado conhecimento sobre o tema faziam das aulas de metodologia e das reuniões da linha de pesquisa um aprender estimulante. Tenho em João um modelo de historiador.

Tenho especial apreço por Wlamyra Albuquerque, a quem manifesto minha gratidão por compartilhar sua sabedoria durante a leitura de parte deste trabalho na qualificação, bem como na sua defesa.

Agradeço igualmente a Professora Miridan Brito Knox Falci pela leitura, comentários e pela participação na da banca de mestrado.

Não posso deixar de manifestar meus agradecimentos aos colegas da linha de pesquisa “Escravidão e Invenção da Liberdade.” A cada novo texto discutido nas reuniões de sexta-feira ficava cada vez mais certo de que tinha realmente escolhido o lugar ideal para minha Pós-Graduação. Destaco aqui os amigo(as) Pedro Moraes, o Mestre Moraes, e sua amada Claudia Moraes Trindade, Reinaldo Barros, Iacy Maia e Kátia Lorena.

A Francisco Eduardo Cancela, o companheiro Chico, e sua recente família, Esperança e Eduardo. Conhecê-los foi uma das melhores alegrias que tive em Salvador. Igual admiração tenho pelos seguintes colegas do PPGH: Alex Ivo, Alex Gaúcho, Ana Schantz, Cristiano, Eronize, Izabel, Livia Pedro, Nanci Patrícia, Pablo Magalhães e Vanderley.

Os amigos de além mar, sou grato, em especial, a Artemisa Odila, Carlos Fernandes, o Lito, Paulo Mahumane, Alassana Valdez, Samanta, Vasco e Edur. Neste mesmo grupo se encontram ainda Fernanda Thomaz, Jucélio, Paula Pérez e Paloma.

Em Teresina diversas pessoas acompanharam este trabalho, ao indicarem leituras, lendo os rascunhos do projeto e da dissertação e, naqueles momentos de solidão, trocando e-mails e telefonemas nas curtas tardes de domingo. Os momentos de inspiração que o leitor possa encontrar nesta dissertação se devem, sobremaneira, a esse intenso e frutífero contato.

Começo com aqueles que tiveram em suas vidas dentro da academia, uma trajetória similar à minha, com conflitos, indefinições e, acima de tudo, com respeito e amizade. Mostro-me grato a Elson de Assis, um modelo de pessoa e de inteligência, Marylu Oliveira, uma mulher de temperamento forte, porém dedicada e inteligente e Zé Maria, a quem admiro pela simplicidade e competência. Sou igualmente grato a Ana Cristina, Demétrios, Emília, Luciana, Manoel Ricardo, Nilsângela Cardoso e Warrigton, pessoas de pensamentos múltiplos e de majestoso caráter humano, que, na insensível contingência dessas laudas, só me resta defini-los como meus autênticos amigos.

Durante a pesquisa no Arquivo Público do Estado do Piauí tive o apoio e a atenção dos seguintes funcionários: Sebastião Bertoldo, Maria de Jesus, Cleilton, Dona Ozira e Maria dos Milagres.

A revisão da dissertação ficou a cargo da professora Socorro Magalhães, a quem agradeço pela disponibilidade e competência profissional.



Agradeço a Francisca Raquel, amiga de temática, Ana Célia, Luzilene, Juliana, Stênio, Valdinar e demais integrantes do Núcleo de Estudos sobre Africanidades e Afrodescendência, IFARADA/UFPI e membros do grupo de pesquisa “História e Memória da Escravidão,” com quem, durante meses, aprendi. Nesse mesmo grupo, agradeço ainda ao Professor Solimar Oliveira Lima, por suas leituras e sugestões pertinentes ao longo da escrita deste texto.

Aos meus familiares, agradeço a Arnaldo da Silva, Joana Brígida, João, Josias Alves, Marília, Paulinho, tia Quirina e Raimundo Celestino.

A lista de agradecimentos já se torna longa, devo, por fim, concluí-la agradecendo a ninguém mais do que a Thais Fernanda. Companheira e amiga, aquela que, com seu amor, preencheu, docemente, os meus melhores momentos de alegria.

## LISTA DE TABELAS, MAPAS E ILUSTRAÇÕES

## TABELAS

- 1 Quadro da População Livre e Escrava de Teresina por sexo e cor, 1872.
- 2 População Escrava distribuída por Freguesia em Teresina, 1872.
- 3 Distribuição da população escrava por estado civil em Teresina, 1872.
- 4 População Livre distribuída por freguesia em Teresina, 1872.

## MAPAS

- 1 A província do Piauí, século XIX, 1872. Recenseamento Geral do Império, Coleção mapas do Império.
- 2 A cidade de Teresina no século XIX, 1872. Recenseamento Geral do Império, Coleção mapas do Império.

## ILUSTRAÇÕES

- 1 *Praça da Constituição*, ao fundo Igreja de Nossa Senhora do Amparo. Foto: Acervo de imagens do Arquivo Público do Piauí, Casa Anísio de Abreu.
- 2 *Igreja de São Benedito*. Foto: Acervo de imagens do Arquivo Público do Piauí, Casa Anísio de Abreu.
- 3 *Mercado Público de Teresina*. Foto: Acervo de imagens do Arquivo Público do Piauí, Casa Anísio de Abreu.
- 4 *Quartel da Polícia de Teresina*. Foto: Acervo de imagens do Arquivo Público do Piauí, Casa Anísio de Abreu.
- 5 *Entrada da Casa de Detenção de Teresina*. Foto. 1971, FILHO, Celso Pinheiro e PINHEIRO, Lina Celso. *Soldados de Tiradentes: história da Polícia Militar do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.
- 6 *O Batuque em São Paulo, c. 1817*. Gravura de Johann Baptist Spix & Karl Von Martius. In. KOSSOY, Boris e CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. *O negro na iconografia brasileira do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 2002.

## SUMÁRIO

<i>INTRODUÇÃO</i> .....	12
<i>2 A CIDADE DE TERESINA NO SÉCULO XIX</i> .....	20
2.1 CENÁRIOS-----	20
2.2 CHEGAM OS ESCRAVOS: ROÇAS E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA ----	31
2.3 POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA-----	38
2.4 CATIVOS E LIBERTOS: TRABALHO E COTIDIANO-----	47
<i>3 POLÍCIA E APARATO POLICIAL</i> .....	57
3.1 A POLÍCIA NO PIAUÍ DO SÉCULO XIX. -----	59
3.2 A CONCEPÇÃO DE POLÍCIA EM MANOEL ESPÍNOLA JÚNIOR & MANOEL DO REGO-----	64
3.3 POLÍCIA, PATERNALISMO E ESCRAVIDÃO-----	70
3.4 OS PRIMEIROS PASSOS DA POLÍCIA -----	79
3.5 “A DESENFREADA MALTA POLICIAL” -----	86
<i>4 PROTESTO E NEGOCIAÇÃO</i> .....	97
4.1 A FESTA ESCRAVA NO PASSADO -----	97
4.2 FOLGUEDO NEGRO, PASQUINS E POLÍTICA DE CONTROLE POLICIAL---	104
4.3 BATUQUES E CALOJIS NA RUA DOS NEGROS-----	113
<i>CONCLUSÃO</i> .....	124
<i>REFERÊNCIAS</i> .....	128

## INTRODUÇÃO

Muitos foram os trabalhos dentro da historiografia brasileira que se detiveram na análise das relações escravistas e de subalternidade no Brasil Império. A disponibilidade de pesquisas ressaltando as experiências de fugas e de protesto escravo no campo e na cidade, as conquistas negras, a partir da organização e formação de núcleos e laços de família, dentro e fora das senzalas, estratégias e negociações forjadas em torno da constituição de comunidades quilombolas e as novas interpretações acerca da lei e do direito que regiam as relações entre senhores e subalternos ganham, na atualidade, contornos de uma reinterpretação da historiografia da escravidão.<sup>1</sup>

Distantes de um modelo de submissão ao domínio escravista, cativos e libertos buscaram livrar-se cotidianamente do amálgama da escravidão e daquilo que a ele se relacionava. Assim, mesmo que diante das vicissitudes da instituição escrava e das políticas de cerceamento e controle de qualquer manifestação negra, muitos manifestaram algum tipo de reação ao domínio dos senhores e do controle policial.

O que sabemos sobre aqueles homens e mulheres que viveram sob o signo da escravidão na cidade de Teresina da segunda metade do século XIX repousa nos empoeirados caixotes da Secretaria de Polícia, nos relatórios dos chefes de polícia da capital e nos autos civis de execução, de crime e de pena, isso porque tais manifestações da cultura escrava foram continuamente vistas como algo relacionado ao mundo da desordem.

Isso se deve pelo fato de que durante o século XIX, o entendimento de nação legitimado pelas elites do Império era aquele oriundo de um modelo de sociedade baseada em princípios europeus, ficando as manifestações africanas e escravas, portanto, relegadas a um status de inferioridade cultural, daí o biônimo

---

<sup>1</sup> Ver, entre outros, os seguintes trabalhos, SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações da formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. CARVALHO, Marcus Joaquim. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo, 1822-1850*. 2ed. Recife: Editora da UFPE, 1998; MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio - os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006; GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não. História de mulheres da sociedade escravista brasileira*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005; REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A História do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

“civilização” e “barbárie” aparecerem reiteradamente nas falas e escritas de políticos, literatos e eclesiásticos da capital.<sup>2</sup>

Assim, uma nação forte exigia escravos, libertos e homens livres obedientes ao Estado, ao trabalho e ao culto cristão. O projeto de “civilização” nos trópicos se mostrou como algo impositivo, porque fora pensado em uma sociedade de desiguais, daí o inevitável apelo à polícia. Seduzidos pelo progresso e pelo cientificismo racial do século XIX, tais homens buscariam, a partir da idéia de unidade nacional e do civismo, forjar estratégias de dominação e controle sobre os diferentes setores da sociedade, notadamente daqueles oriundos da escravidão. É nesse contexto do Brasil Império, portanto, que se tem o surgimento da organização de um aparato policial forte, a serviço das elites locais.

Teresina, na segunda metade do século XIX, conforme dados do Recenseamento Geral do Império de 1872, possuía uma população em torno de 18.619 indivíduos considerados livres e 3.073 de condição escrava.<sup>3</sup> As condições de habitação, iluminação, transporte, comunicação e saneamento básico na cidade beiravam à precariedade.<sup>4</sup> Escravos que carregavam águas se misturavam com escravas que lavavam roupas à beira do Parnaíba, contaminando as águas e, por conseguinte, tornando-as impróprias para o consumo. Embora a população da Província, na visão dos governantes, conservasse uma “boa índole” e manifestasse “reconhecido amor às instituições”, mesmo com uma precária “instrução pública”, havia a necessidade de se extinguir certos hábitos sociais que travavam o desenvolvimento da Província e do seu povo, prejudicando, assim, o seu tão sonhado progresso material.

Durante a década de 1870, o presidente da Província, Manoel do Rego Barroso Souza Leão, ao se referir ao comportamento dos mais abonados de Teresina, declarou que “por motivos particulares ou políticos”, o combate ao crime, aos vícios

---

<sup>2</sup> Cf. BROWN, Alexandra Kelly. “*On the Vanguard of Civilization*”: Slavery, the Police, and conflicts between Public e Private power, in Salvador da Bahia, Brazil, 1835-1888. Tese de Doutorado. The University of the Texas at Austin, 1998. [Tradução minha]. Ver também MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004; CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. FLORY, Thomas. *Judge and Jury in Imperial Brazil: Social Control and Political Stability in the New State*. Austin: University of Texas Press, 1981.

<sup>3</sup> Monsenhor Chaves. *Obra completa*. 2ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998; NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí: Lutas partidárias e a situação da Província*. Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007; FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

<sup>4</sup> Ver QUEIROZ, Teresinha. *Os Literatos e a República*. Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 2ªed. Teresina: Edufpi, 1996. ARAÚJO, Maria Mafalda Balduino. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

e às manifestações de uma tradição cultural negra passava necessariamente pelo reordenamento das atitudes de alguns “indivíduos importantes da cidade”, que, por sua força e influência política, acobertavam esses desvios.

É na tentativa de interpretar as experiências de sociabilidade, bem como de estabelecer uma compreensão de como se deu a formação dessas culturas urbanas na cidade de Teresina da segunda metade do século XIX, que esse trabalho se estrutura. Sabendo que o ofício de historiador exige certa precaução no trato das fontes, tentaremos, em alguns casos em que ocorrer falta ou imprecisão dos dados, estabelecer uma compreensão dos variados contextos da Província e, a partir daí, interpretar as relações de dominação nas quais os sujeitos aqui analisados estavam inseridos.

O que o leitor verá, portanto, são micro-histórias de homens e mulheres que viveram dentro e fora da escravidão, e o que fizeram para conquistar alguma autonomia, vantagem ou barganhas na cidade de Teresina da segunda metade do século XIX. De fato, o propósito não será o de reconstruir biografias, mas, quando possível, identificá-los com nomes, tentar compreender suas motivações e sentimentos, procurando, sempre, associá-los aos diversos contextos que caracterizaram suas vidas.

Em grande medida, esta proposta não é nova dentro da historiografia da escravidão no Brasil. Em trabalho recente, a historiadora americana Sandra Lauderdale Graham conseguiu, com arguta sensibilidade metodológica, reconstituir os múltiplos cenários da fazenda Rio Claro, na província de São Paulo, durante a década de 1830, em que a escrava Caetana, de propriedade do capitão Luis Mariano de Tolosa, cria, em meio a um casamento indesejado, expectativas e sentimentos que contrariam a vontade do seu senhor.<sup>5</sup> Caetana, que era uma escrava doméstica na fazenda do Capitão Tolosa, ao tomar conhecimento dessa possível união conjugal com o escravo Custódio, resolve, em meio à escravidão, dizer “não” à vontade senhorial, ao patriarcado e à hierarquia masculina.

Embora vivendo em regime de subalternidade, Caetana tem reações que fogem aos modelos interpretativos que tendem a caracterizar as mulheres do século XIX, no caso específico as escravas, como passivas à instituição escrava. Caetana não só nega-se a se casar como convence o seu senhor a mudar de idéia frente ao

---

<sup>5</sup> GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não*. História de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

matrimônio indesejado. Caetana não lutou pela liberdade, sua estratégia era evitar uma união conjugal, viver como solteira no mundo cruel e regado pela escravidão.<sup>6</sup>

Sidney Chalhoub, em trabalho sobre os escritos de Machado de Assis, também chama a atenção dos historiadores para as reações das personagens do literato quando estas se colocavam em posição de suposta subalternidade numa sociedade em que valores morais, religiosos e sociais desmoronavam na medida em que a política imperial era colocada a prova durante o século XX.<sup>7</sup>

No romance *Helena*, a principal personagem que intitula o livro machadiano vive um amor pseudo-incestuoso com Estácio, filho do Conselheiro Vale. Ao se colocar como falsa herdeira, Helena aproxima-se de Estácio, que em meio a dissimulações reproduz uma atmosfera de submissão controlada ao jovem irmão, aquele que devia tratar-lhe com carinho e desvelo, assim como estava detalhado no testamento e na vontade senhorial do período. Nesse enredo machadiano, Helena, embora uma moça pobre e consciente do ambiente que lhe cercava consegue navegar nesse mundo estranho em que tenta tirar, embora sem sucesso, o máximo proveito.<sup>8</sup>

Noutro estudo, este voltado para as expectativas e sentimentos criados em torno da liberdade no Recôncavo Baiano no fim do século XIX e início do século XX, o historiador Walter Fraga Filho analisa como homens e mulheres reagiram às transformações políticas no pós-abolição.<sup>9</sup> Ao buscar as trajetórias de escravos e libertos nos engenhos do Recôncavo, Walter Fraga percebe que as micro-histórias desses sujeitos, quando comparadas a contextos ligados às lutas e tensões pela emancipação escrava, podem revelar indícios de estratégias e solidariedades negras que serviram para modelar novas expectativas e sentimentos de liberdade, o que leva o autor a concluir que as permanências nas fazendas, as fugas, as migrações do campo para a cidade de Salvador ou o retorno à África fizeram parte de um projeto mais amplo e cujas escolhas estavam assentadas em experiências de vida de cada sujeito.<sup>10</sup>

---

<sup>6</sup> GRAHAM, Sandra L. op. cit., p. 27.

<sup>7</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

<sup>8</sup> CHALHOUB, S. op. cit., pp. 17-57.

<sup>9</sup> FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870-1910)*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2006.

<sup>10</sup> FRAGA FILHO, Walter. op. cit., p. 340. Sobre os estudos voltados para os sentidos da liberdade entre escravos e libertos ver, entre outros, CARVALHO, Marcus Joaquim. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo, 1822-1850*. 2ed. Recife: Editora da UFPE, 1998; MATTOS, Hebe Maria. *Das Cores do Silêncio - os significados da liberdade no sudeste escravista, Brasil, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998; CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

Cabe ressaltar, ainda, que as pesquisas acima citadas apresentam em comum o fato de se situarem naquilo que se convencionou chamar de Nova História Social da Cultura, cujo diálogo com a antropologia interpretativa<sup>11</sup> possibilita, segundo Clifford Geertz, perceber nas atitudes e motivações dos sujeitos “as dimensões simbólicas da ação social”.<sup>12</sup> Ao partir de pequenos eventos culturais da vida cotidiana, o historiador tenta reconstruir uma descrição dos fatos que leve em conta as experiências e visões de mundo de determinados indivíduos, buscando assim compreender o todo a partir do particular.<sup>13</sup> Embora encontre dificuldades no cruzamento das fontes, quase sempre dispersas e escassas, esse tipo de análise, quando empregada no estudo da sociedade escravista brasileira do século XIX, permite o questionamento de certos modelos e conceitos como os de trabalho escravo, escravidão, paternalismo e a dicotomia senhor e escravo.

Ao deparar com a problemática da definição dos conceitos durante a análise da cultura plebéia do século XVIII, o historiador inglês E. P. Thompson observou que noções como as de cultura, consciência, costumes e de paternalismo transmitem uma carga de significados vagos e frouxos de compreensão, e praticamente não dizem nada sobre a sociedade em que se pretende estudar. Entretanto, como resalta o historiador inglês, quando tais conceitos são devidamente contextualizados com o objeto e a sociedade em análise, permitem ao historiador perceber a racionalidade e os significados sociais dos praticantes de uma determinada cultura.<sup>14</sup> Nesse caso, longe de uma inacessibilidade dos acontecimentos do passado, Thompson propõe uma contextualização dos eventos culturais: enxergar no “atípico” a finalidade de uma piada ou o impetuoso descompasso entre as idéias do tempo entre patrões e empregados pode nos revelar um mundo de possibilidades sobre a compreensão da História.<sup>15</sup>

Em outro trabalho historiográfico e, ao mesmo tempo, seguindo uma orientação teórica muito próxima à de Thompson, a historiadora norte-americana Natalie Zemon Davis, ao aliar antropologia e história na busca de uma narrativa que tome a experiência social de homens e mulheres comuns na compreensão dos processos históricos, sugere que as razões pelas quais os populares na França do século XVI

---

<sup>11</sup> GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 6ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

<sup>12</sup> GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed Jorge Zahar, 1978.

<sup>13</sup> GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>14</sup> THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

<sup>15</sup> THOMPSON, E.P. *Peculiaridade dos Ingleses e outros artigos*. Org. Antonio Luigi Negro e Sergio Silva. Campinas-SP: Editora Unicamp, 2001.p.235.



agiam, quando estes participavam de levantes contra a carestia, nas greves e nas crises religiosas do período tinham suas motivações definidas a partir de interesses para além daquelas estritamente ligados a fatores políticos e econômicos.<sup>16</sup>

Para Davis, as aparentes desordens urbanas, os significados da inversão festiva e cômica do carnaval e a suposta imagem da mulher desregrada, quando analisadas, a partir do repertório de tradições, símbolos e condutas, podem revelar aos historiadores, que se aventuram nessa perspectiva, indícios de uma legitimidade e organização intrínseca ao grupo social ou à comunidade em que participam.

Feito este breve apanhado historiográfico, cabe, portanto, apresentar a estrutura da dissertação. No primeiro capítulo, são analisados os cenários que compuseram a cidade de Teresina no decorrer do século XIX, sua divisão administrativa, o perfil demográfico da população, tanto escrava como de pessoas livres. São analisados, ainda, a chegada dos primeiros cativos, os tipos de trabalho reservado a essa parcela da população e as estratégias utilizadas pelos mesmos na busca por melhores condições de vida, através da organização de roças, localizadas nos arredores da cidade.

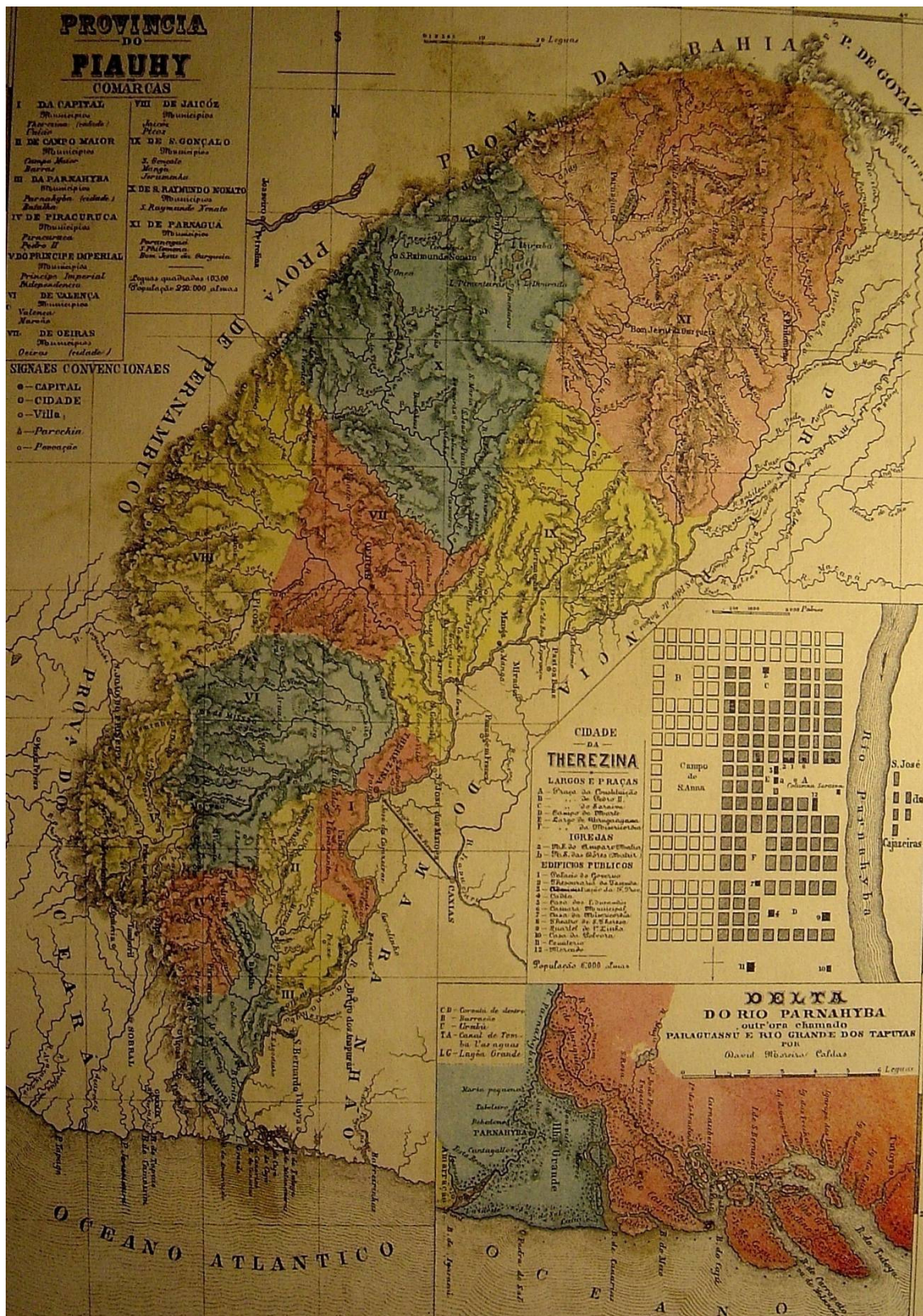
No capítulo 2, “Polícia e aparato policial” é discutida a organização da polícia na Província do Piauí. Muito embora fosse enfática a mensagem da existência de um aparelhamento policial no Piauí era comum a falta de cadeias, de guardas e de uma companhia de polícia bem treinada. Entre as várias medidas tomadas visando equipar a polícia do Piauí, se cogitou seguir o modelo de organização policial e prisional da província da Bahia. Acreditavam os políticos piauienses que os problemas da Província, como roubos, mendicâncias, vadiagens e desordens urbanas eram semelhantes aos dos baianos, notadamente naqueles relacionados à escravidão. Procuramos mostrar que as disputas pelos cargos hierárquicos dentro da polícia, as discussões políticas sobre o modelo de sistema prisional que a polícia deveria empregar na repressão ao crime no Piauí e, por fim, as diferentes concepções que a população de Teresina tinha acerca das arbitrariedades daqueles que davam propósitos às ações da força policial, reforça a premissa na qual a sociedade imperial ao imaginar um povo “civilizado” - racialmente excludente e arredoio ao legado da escravidão – fracassaria naquilo que mais lhe daria sustentáculo: uma polícia moralmente ajustada ao “progresso da nação”.

---

<sup>16</sup> DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Ver também, DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

No último capítulo, intitulado “Protesto e negociação” argumentamos que, embora as elites evocassem a retórica da moralidade pública, controle e repressão policial sobre o crime, a vadiagem e as manifestações negras na cidade de Teresina, havia continuamente espaços para estratégias, acordos e barganhas. Isso porque, para alguns, encarar os batuques como algo permitido aliviaria os conflitos e os perigos da criminalidade escrava, principalmente as de caráter coletivo, como os motins, rebeliões e insurreições escravas, presentes nas formas de crimes públicos. Para outros, a repressão teria que ser reforçada por um ritual de argumentação que envolvesse, ao mesmo tempo, o “direito” do escravo em praticar suas festas, e o respeito destes em dispor do sossego dos não praticantes, ou seja, brincar passaria a ser um direito, desde que não fossem ultrapassados os limites da decência e respeito aos vizinhos. Sustentamos, também, que a tentativa, por parte das autoridades policiais e governantes de Teresina, de manter uma política de controle eficiente sobre a festa negra, bem como sobre as antigas formas de se divertir, esbarrava na ineficiência da própria polícia da Capital.

Após descrever o conteúdo dos capítulos que compõem a presente dissertação, alertamos o leitor de que o estudo que segue busca interpretar fragmentos de eventos construídos, a partir de uma dada realidade - uma realidade inalcançável - tecida por indivíduos distantes no tempo e no espaço, porém, nem por isso, impossível de ser compreendida.



MAPA 1: A Província do Piauí, Século. XIX. Recenseamento Geral do Imperio, 1872. Coleção Mapas do Império.



## 2 A CIDADE DE TERESINA NO SÉCULO XIX

### 2.1 CENÁRIOS

*Fica ereta em Vila a notável povoação do Poti, com a denominação de Vila Nova do Poti e a sua Freguesia de Nossa Senhora do Amparo, desmembrando-se parte dos territórios das grandes freguesias de Campo-Maior, Valença e São Gonçalo, para seu termo e para criação da nova paróquia.*<sup>17</sup>

A segunda metade do século XIX significou, de fato, um período de verdadeiras transformações na Província do Piauí. Dentre as mais significativas, encontra-se aquela que ocasionou a transferência da capital da distante Oeiras para a Vila Nova do Poti - futura cidade de Teresina. Uma presumida declaração de afeto à esposa de D. Pedro II, a Imperatriz Teresa Maria Cristina.

Segundo o historiador Monsenhor Chaves, o presidente da província do Piauí, na época, o baiano José Antonio Saraiva<sup>18</sup>, manifestou sua preferência pela localidade “situada a uma légua da barra do rio Poti, ‘num recanto agreste da Chapada do Corisco, assim conhecida pela freqüência de quedas de faíscas elétricas em circuito.’”<sup>19</sup> Feita a escolha, deram-se os primeiros esforços para construir os edifícios públicos e taludes responsáveis pelo ancoramento dos navios e barcos vindos das mais distantes regiões do Império.

Uma das primeiras embarcações foi a do engenheiro português João Isidoro da Silva. Com a autoridade de chefe de polícia e de engenheiro responsável pela construção da cidade, João Isidoro ao chegar à Vila Nova do Poti descreveu, em 24 de

<sup>17</sup> Arquivo Público do Estado do Piauí. Conselho Municipal de Teresina. Câmara Municipal - Teresina. 1833-1854. Caixa. 58. Marco fundador da nova capital do Piauí, Teresina, em 1852. Ver também, PORTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí*. Teresina: Artenova, 1974.p.160. Utilizaremos nas páginas seguintes o termo APEPI para nos referir ao Arquivo Público do Estado do Piauí.

<sup>18</sup> Para uma sucinta biografia de José Antonio Saraiva ver, BLAKE, Augusto Vítório Alves Sacramento. *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro*. V. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. pp. 308-309.

<sup>19</sup> Cf. Monsenhor Chaves. *Obra completa*. 2ª ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1998.p.163. Mais informações acerca dos aspectos socioculturais de Teresina, ver NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí: Lutas partidárias e a situação da Província*. Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007; GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Teresina – pesquisas históricas*. Teresina: FCMC, 1991. Teresina, Teresina, 1991.p.15; SILVA, Júlio Romão. *Memória histórica sobre a transferência da Capital do Piauí*. 3ed. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.p-23; FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1988.

março de 1851, uma das cenas mais típicas da localidade. Conforme João Isidoro, o nível de discórdia e de crimes, incitado amiúde pelo uso demasiado de “bebeduras” e da falta de policiamento provocava atos de extrema “incivilidade” na região. Segundo ele, existiam apenas três soldados de polícia, fato este que lhe teria “custado a manter a ordem pública por muito desmoralizada”.

De acordo com o engenheiro português, o rio Parnaíba, além de divisor natural da Província do Piauí com a cidade de São José das Cajazeiras, no Maranhão, funcionava também como marco de disputas entre três valentões, dois do lado do Piauí - “pai e filho de nomes André Onça e Benedito Onça” - e outro do lado maranhense. Numa dessas desavenças, a família Onça resolveu atravessar o rio em busca do valentão da região das Cajazeiras cujo resultado foi a morte de André Onça com um tiro e a de Benedito com duas facadas.<sup>20</sup>

Mas o rio Parnaíba servia também como fonte de comunicação e de “utilidade pública e econômica” para a Província. Foi ressaltando essa proposta que Saraiva e seus correligionários aguçaram o debate junto aos políticos da antiga capital da Província, Oeiras.<sup>21</sup> Estes, mesmo contrários à transferência, por acreditarem que a nova capital poderia onerar os já poucos recursos da Província, estavam entre os primeiros na construção dos edifícios residenciais. Mesmo assim, o caráter negativo da transferência marcou o pensamento desses funcionários públicos, como destacou um periódico de Oeiras:

Aquelas pessoas com quem o Sr. Saraiva tanto, ou somente contava para edificação da futura capital, *que talvez não passe de futura, nada tem feito completamente*: os nossos amigos e correligionários; com quem S.Ex. não contava são os que vão tomando a dianteira por certo serão os primeiros que aí levantarão casas, pois que já meteram mãos a obra.<sup>22</sup>

Os enfrentamentos que se deram durante os anos finais da década de 1840 em torno da transferência da capital para Teresina foram marcados por disputas políticas e econômicas ora colocando-a como um “deserto”, sem estrutura administrativa e econômica, ora competindo-lhe a reputação de “Éden do Piauí”, fator

---

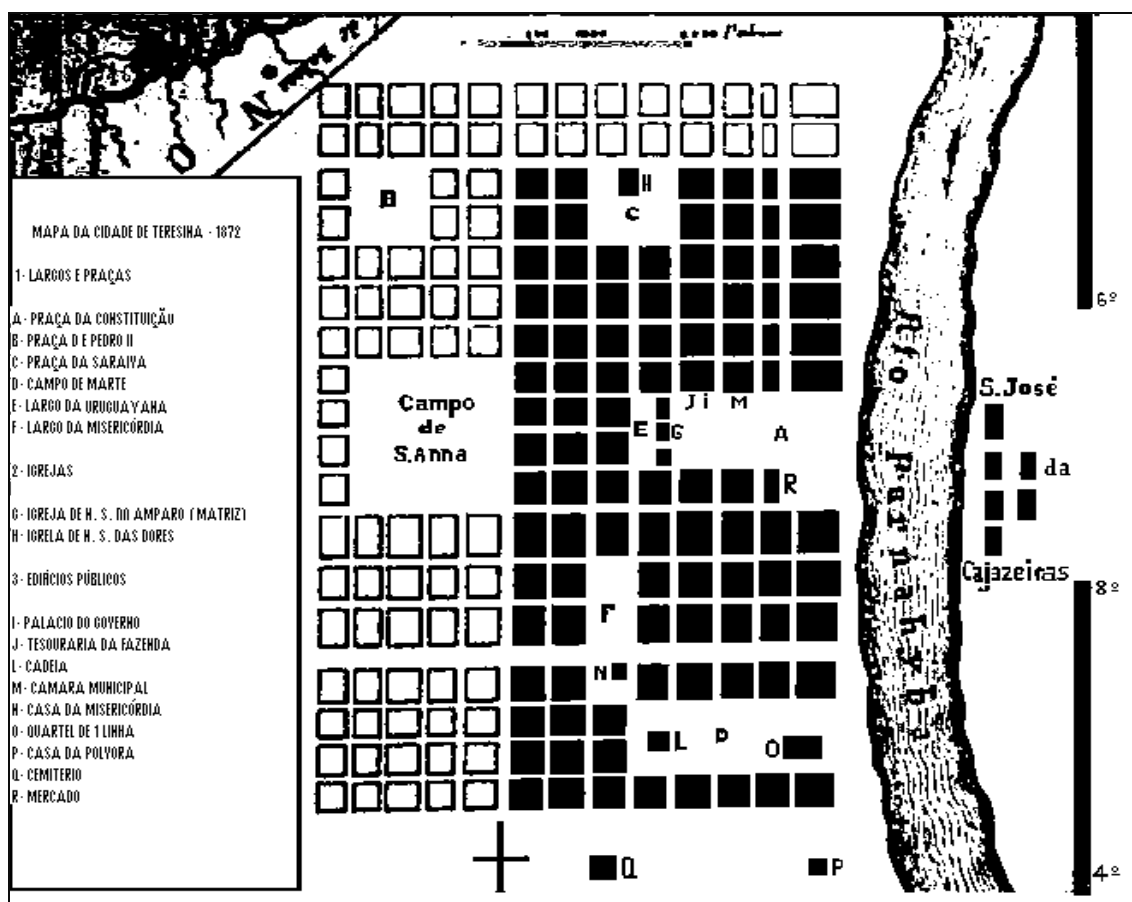
<sup>20</sup> Arquivo Público do Estado do Piauí. Conselho Municipal de Teresina. Câmara Municipal - Teresina. 1833-1854. Caixa. 58.

<sup>21</sup> *Echo Liberal*, 13 de maio de 1851.

<sup>22</sup> *Ibidem*.

de interligação entre as mais distantes praças comerciais do Piauí e Maranhão e ponto de estímulo à produção local.<sup>23</sup>

Em termos administrativos, a cidade de Teresina se encontrava dividida entre as freguesias de Nossa Senhora do Amparo e Nossa Senhora das Dores, cada qual com sua igreja a estabelecer os limites geográficos da cidade. A freguesia do Amparo, sede da igreja matriz de mesmo nome e padroeira da capital, tinha um traçado urbano que a delimitava em 16 quarteirões. Em frente à Igreja do Amparo localizava-se a Praça da Constituição, palco do vaivém de escravos, escravas e pessoas livres que transitavam pelos empoeirados caminhos que se entrecruzavam com destino aos armazéns, tabernas e ao Mercado da cidade. Era assim o principal espaço de passagem e fiscalização das mercadorias que desembarcavam do rio Parnaíba. O local servia também para o comércio de quitutes e outras iguarias preparadas com esmero por escravas e mulheres pobres com o objetivo de saciar a fome daqueles que trabalhavam no dia-a-dia da cidade, como os aguadeiros, caixeiros e biscateiros da cidade (Ver Mapa 2).



**Mapa 2:** A cidade de Teresina no século XIX, com base no Recenseamento Geral do Império/Mapas. Mapa da cidade de Teresina, 1872.

<sup>23</sup> Idem, 3 de julho de 1851.

Na Praça da Constituição ficava ainda o Palácio do Governo, a Câmara Municipal de Teresina e a Tesouraria da Fazenda, esta em lugar estratégico, visto que tanto os pequenos produtos como aqueles de “grosso trato” teriam que passar pela vistoria dos funcionários da alfândega, estacionados em frente às rampas e taludes do rio Parnaíba e a espera das embarcações.<sup>24</sup> Os que não pretendiam pagar impostos ao tesouro público utilizavam o artifício de desembarcar suas mercadorias em locais distantes, como no porto da Barrinha.



**Ilustração 1:** Praça da Constituição, ao fundo Igreja de Nossa Senhora do Amparo, padroeira da cidade. Foto do início do século XX. (autor desconhecido).

Faziam parte dos limites geográficos da freguesia do Amparo as principais lojas e armazéns da cidade. A Livraria Econômica, localizada na rua Paissandu, a Casa Francesa, dos irmãos Mayer Frères,<sup>25</sup> a Bon Marché, localizada na Praça da Uruguaiana,

---

<sup>24</sup> FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. p.160-64.

<sup>25</sup> Embora fossem engenheiros de formação - e segundo consta dos piores, logo após o fracasso do desmoroamento das rampas e taludes de acesso ao rio Parnaíba - os franceses Mayer resolveram viver do comércio em Teresina, tanto de mercadorias importadas como da venda e compra de escravos.

de propriedade de Francisco Bastos & Irmãos, estavam entre as principais casas de comércio da cidade.<sup>26</sup>

As mercadorias que lotavam esses armazéns de Teresina variavam, de acordo com a época. Em tempos de carnaval as encomendas de confetes e adereços ganhavam um maior volume de pedidos, como também as finas sedas, panos e outros tipos de sortimentos presentes na moda européia para o requinte e esbanjamento das senhoras mais abastadas da cidade.<sup>27</sup> Nas festividades religiosas, havia uma maior demanda por velas, lanternas chinesas, balões, fogos de artifício, bandeirolas de cor, grinaldas e balangandãs.<sup>28</sup> Existiam, ainda, aqueles produtos básicos e exclusivos para revenda dos quitandeiros da cidade, como o açúcar pernambucano, artigos de moda, banha de porco, em latas grandes e pequenas, café do Ceará, ferragens americanas e portuguesas, fósforos, jornais e papéis velhos para embrulhos, manteigas, sodas, velas e vinhos.<sup>29</sup>

As companhias comerciais Singlehurst Nicholson & Cia. e a Naef Nadler & Cia., de origem inglesa e francesa, respectivamente, eram as principais responsáveis pela exportação, direto de Liverpool, dos produtos de “grosso trato”, como a pólvora, essencial para o abastecimento da fábrica de fogos e da munição da polícia local.<sup>30</sup>

O largo da Uruguaiana, localizado atrás da Igreja do Amparo, concentrava uma apreciável quantidade dessas casas comerciais.<sup>31</sup> Por terem suas casas comerciais localizadas no centro da capital, os negociantes dos produtos de “grosso trato”, como a pólvora, sofriam, no momento da estocagem e comercialização do produto, com exaltados protestos dos moradores próximos dos armazéns. Segundo a Câmara Municipal de Teresina, os negociantes da pólvora não possuíam armazéns adequados

<sup>26</sup> *O Semanário*, 6 de setembro de 1879.

<sup>27</sup> A literatura da época narra alguns desses eventos. Ver, para o Piauí, NEVES, Abdias. *Um Manicaca*. Teresina: Corisco, 2000. p. 221.

<sup>28</sup> Sobre o repertório de trajes de senhoras e escravas no Brasil Imperial ver: LARA, Sílvia Hunold. “Sedas, Panos e Balangandãs: O traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e de Salvador (século XVIII)”. \_IN: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. pp. 177-191. Sobre o vestuário e a maneira como as novidades vindas da Europa eram absorvidas pelas mulheres de Teresina na passagem do século ver: CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. “Imagens tecidas pelo tempo: A mulher na sociedade Teresinense. (1890-1930)”. \_In. EUGÊNIO, João Kennedy (org.) *História de vário feito e circunstância*. Teresina: Dom Barreto, 2001. p.294.

<sup>29</sup> Uma quantidade expressiva de anúncios sobre a comercialização desses produtos em Teresina encontra-se nas páginas do jornal *O Semanário*. Ver também: Monsenhor Chaves, op. cit., p. 42.

<sup>30</sup> NUNES, Odilon. op. cit., p.174; Monsenhor Chaves. *Obra completa*. p.43.

<sup>31</sup> Antes mesmo da denominação de Largo da Uruguaiana essa parte da cidade de Teresina era denominada de Largo do Comércio, pelo crescente número de casas comerciais no local. Sobre a história das ruas, praças e largos de Teresina, ver BASTOS, Cláudio de Albuquerque. *Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí*. FCMC. Teresina-Pi, 2004.



para sua estocagem, o que tornava essa mercadoria um perigo urbano, devido aos “constantes riscos de explosões a que estavam sujeitos.”<sup>32</sup> Para resolver o problema, a Assembléia Provincial autorizou a Câmara Municipal de Teresina a construir um prédio distante do perímetro urbano e exclusivo para a estocagem da pólvora. Após a conclusão da Casa da Pólvora, em fevereiro de 1870, os negociantes da pólvora, além de serem obrigados a guardá-la no depósito público, teriam ainda que pagar ao poder municipal uma quantia de mil réis por cada barril do produto.

Como maneira de burlar a norma, conhecida como a lei da pólvora, os navios que transportavam os barris pelo rio Parnaíba utilizavam do artifício de desembarcarem a mercadoria em pequenos botes, às escondidas dos fiscais da alfândega. Os botes contendo a pólvora eram carregados por escravos até as barreiras do rio, de onde seriam transportados até os armazéns da capital, situados no Largo da Uruguaiana, sem a devida vistoria da alfândega provincial. Ao relatar as estratégias dos comerciantes da pólvora na sonegação do fisco, o chefe de Polícia, Dr. Ernesto Francisco de Lima Santos, assim se referiu aos trabalhadores do comércio fluvial de Teresina.

Eles [negociantes] em vez de fazerem seguir a mesma pólvora para onde a despacharam, tem conservado a bordo de um bote ancorado defronte ao armazém do depósito público desta cidade, não obstante já se ter expirado o prazo legal, e as intimações que lhes tenho mandado fazer no sentido de armazenarem a dita pólvora, ou fazerem-na seguir; tornando-se eles não só indiferentes as minhas ordens, como ao risco iminente em que está esta cidade de uma explosão a bordo do bote, sob a guarda de homens ignorantes e dados à embriaguez, como são quase todos os indivíduos de mui baixa esfera, que tripulam as embarcações que fazem o comércio do rio.<sup>33</sup>

Mesmo afastada dos sobrados senhoriais e das casas comerciais de Teresina, a Casa da Pólvora era cercada por outros locais públicos, como o Cemitério da capital, o Quartel de 1 Linha, a Cadeia Pública e a Casa de Misericórdia. Esses edifícios, embora se colocassem como necessários para a capital, sua completa construção não seguiu o ritmo que tinha sido definido pelas autoridades públicas. Outros nem sequer chegaram a ser concluído durante todo o século XIX. Desde a década de 1850, a Cadeia Pública já se encontrava, entre o conjunto de obras necessárias para a nova capital da Província,

---

<sup>32</sup> APEPI. Secretaria de Segurança. 1874. Caixa: 645.

<sup>33</sup> *Ibidem*.

entretanto, somente no final da década de 1860, foi que ela começou a receber os detentos. Mesmo assim, quando começou a resguardar os seus primeiros presos ainda lhe faltavam os muros e os compartimentos destinados ao funcionamento das oficinas para criminosos com pena de prisão com trabalho.

A construção do Cemitério Público da cidade também sofreu problemas de entrega e, quando concluído, não atendia as necessidades da população.<sup>34</sup> Isso porque havia uma concentração de sepultamentos num único local da cidade, visto que a prática dos enterros em igrejas, em Teresina, era proibida desde o primeiro código de postura da municipalidade. Tal código especificava, ainda, o cuidado com o manuseio da cova e do morto, pois só seriam permitidas sepulturas que devessem “esconder [o indivíduo morto] ao menos 7 palmos abaixo da superfície de terra, sendo elas extremadas com a necessária cal.”<sup>35</sup> Embora houvesse por parte das autoridades a necessidade do controle das doenças que, porventura, tivessem suas causas relacionadas à má qualidade das sepulturas, o cemitério não possuía muros que o circundassem, deixando-as em contato direto com os animais domésticos soltos nas ruas da cidade, como galinhas, suínos e bois.<sup>36</sup>

O crescimento da cidade durante o século XIX, principalmente na década de 1870 também foi marcado pelo cuidado com a salubridade pública, fato este constantemente reiterado por políticos e médicos locais que exigiam uma ação mais enérgica do governo provincial no controle urbano da capital. Em 1879, o médico do poder público, Joaquim Antonio, alertava o presidente da Província, Dr. João Pedro Belforte, acerca dos “inconvenientes de se fazer um novo cemitério”, em Teresina, no “lugar em que foram sepultados há 16 anos indivíduos da febre amarela.”<sup>37</sup> A remoção do terreno, segundo o médico, poderia ocasionar um contágio da população da capital, visto que a poeira das escavações estaria impregnada pela febre amarela. Segundo ainda o mesmo médico, todo cuidado era pouco, daí a necessidade de enterrar os mortos em locais distante do traçado urbano e isolá-lo do contato dos vivos.<sup>38</sup>

O comportamento cotidiano da população pobre e escrava da cidade de Teresina também atraía a atenção dos inspetores da saúde pública. As variadas formas

<sup>34</sup> Monsenhor Chaves. *Obra completa*. p.28.

<sup>35</sup> *Código de Postura de Teresina: 1852. Título: 08. Artigo. 57.* APEPI. Conselho Municipal de Teresina. Câmara Municipal - Teresina. 1833-1854. Caixa. 58.

<sup>36</sup> QUEIROZ, Teresinha de Mesquita. *Os literatos e a República*. Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo. 2ed. Teresina: EDUFPI, 1996. p. 29

<sup>37</sup> APEPI. *Municípios. Teresina. 1877-1879.* Caixa sem numeração.

<sup>38</sup> A questão da morte e seus significados para o século XIX ver: REIS, João José. *A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX.* São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

de brincar o carnaval, dançar, crer e o modo como os menos afortunados se relacionavam entre si causavam desconfianças das elites locais, criando uma atmosfera urbana de suspeição, o ponto inicial para colocá-los no rol das “classes perigosas” da cidade.<sup>39</sup>

Em 1867, o inspetor da saúde pública, Dr. Simplício Mendes de Souza, ao descrever as condições de saúde e higiene da população da Província assinalava a falta de cautela da população pobre e escrava com os “prazeres venéreos”, o que propiciava um aumento substancial do número de pessoas com varíola em Teresina.

Ainda é a sífilis em todas as suas possíveis variantes a cabeça de medusa que perturba todo o bem estar do povo propriamente dito e mais algures; porque nem há a limpeza, decência e cautelas que eram de desejar, nem a moderação e resguardo presidem ao exercício dos prazeres venéreos, sobretudo em certas épocas em que o contato e o abuso podem trazer - por si só - todas as más conseqüências e moléstias que se deveriam evitar.<sup>40</sup>

O próprio ambiente da rua, cenário de encontros, desentendimentos e de sociabilidades, representava o contraste daquilo que políticos e comerciantes de Teresina pretendiam para a cidade. A falta de ruas calçadas, chafarizes públicos e de um eficiente sistema de coleta de entulhos causava embaraços naqueles defensores da “civilização,” ao se depararem com a realidade local.

Mais foi também a partir da década de 1870, que Teresina começava a crescer, tanto em termos populacionais como de ocupação de espaços em torno da cidade, com casas, sobrados e choupanas. Traduzido em números, Teresina possuía, em meados da década de 70, uma população de 21.692 habitantes, entre livres e escravos, distribuídos em 539 casas, 1.037 choupanas e 17 edifícios públicos.<sup>41</sup> Em 1875, a Assembléia Provincial aprovou a elevação do povoado de N. S. dos Humildes, termo e comarca de Teresina, à categoria de vila. Nessa expansão urbana, a Vila dos Humildes ganharia ainda uma cadeia, uma comarca e um tribunal do júri, a ser instalado na casa da viúva do Tenente-Coronel Diogo Alves de Lobão. Dias depois ao decreto, seria

<sup>39</sup> Sobre a noção de “classes perigosas” ver: CHALHOUB, Sidney. “Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco zero, 8(16), 1988.p.83-105.

<sup>40</sup> APEPI. Poder Executivo. 1867-1872. Envelopes 33 a 42, Caixa 03. *Relatórios do Dr. Simplício de Souza Mendes acerca da Saúde Pública e Vacina ao Presidente da Província, Dr. Adelino Antonio de Luna Freire*. Clodoaldo Freitas faz referência ao mesmo Relatório nas páginas seguintes do seu trabalho. FREITAS, C, *op. cit.* p. 21.

<sup>41</sup> *Recenseamento Geral do Império*, 1872.

criado ainda um “tabelião do público, judicial e notas, que servir[ia] também de escrivão do civil, crimes e mais anexos.”<sup>42</sup>

Aqueles que moravam distante dos rios Parnaíba e Poti tinham que conviver com a ausência de água, visto que a única forma de abastecimento era por meio de aguadeiros e aberturas de poços. Esse problema se arrastou até o período republicano, como consta no documento enviado à Câmara de Teresina, em agosto de 1889, exigindo a construção de “um poço no bairro S. Benedito, a fim de atender as reclamações dos habitantes ali do mesmo bairro, que pela distância do rio lutam com grande dificuldade para o suprimento d’água.”<sup>43</sup> Dias depois à reclamação dos populares, o poço seria construído na “rua largo de S. Benedito, 4º quarteirão, fora da décima urbana, entre a chácara de Leonel Caetano da Silva e a casa de José Mendes da Silva.”<sup>44</sup>



**Ilustração 2:** Igreja de São Benedito. Fonte: Arquivo Público do Piauí. (foto: autor desconhecido).

A carência de água em áreas afastadas dos rios da capital ajudava, de certa forma, a agravar um problema bastante comum em Teresina: os incêndios das casas de palha da população livre, bem como o daqueles escravos que ganhavam o direito de

<sup>42</sup> APEPI. Poder Legislativo. Registros das Sessões Legislativas. 20ª Legislatura. 1874-1875. Caixa-135.

<sup>43</sup> APEPI. Conselho Municipal de Teresina. 1881-1970. Caixa. 301.

<sup>44</sup> *Ibidem*.

viver longe da casa do senhor.<sup>45</sup> Os anúncios de incêndios veiculados pela imprensa da capital reiteram o caráter localizado desse tipo de acidente, como aqueles que aconteciam na conhecida rua dos negros da cidade de Teresina.<sup>46</sup> A associação entre as brincadeiras festivo-religiosas da época e a incidência de barracos devorados pela inconseqüente brincadeira explicava, na visão das autoridades policiais, sua concentração em locais cuja presença dos folguedos era mais intensa.<sup>47</sup>

Segundo o chefe de polícia, Dr. Joaquim Damasceno Nogueira, em setembro de 1866, Teresina presenciou o incêndio de 42 casas de palha, o maior desde a fundação da cidade. Após esse incidente, autoridades policiais e governantes tentam controlar os incêndios com posturas e resoluções municipais específicas, de um lado objetivando controlar a construção de cercas e barracos, utilizando a “inflamável” palha da carnaúba, do outro restringindo aglomerações que pudessem utilizar fogos.<sup>48</sup> No mês posterior ao incidente das 42 casas incendiadas na capital, o chefe de polícia apontava, em relatório enviado ao presidente da Província, os foguetes e busca-pés como responsáveis pelo crime.

A 8 de setembro, pouco depois do meio dia, apareceu um grande incêndio nas imediações desta cidade, produzido por um foguete, segundo dizem, o qual devorou 42 casas da palha, perdendo-se quase totalmente os objetos que nelas existiam. Foi o maior incêndio que presenciou a pacífica população desta capital. Os infelizes, que nessas palhoças habitavam, pertenciam à classe mais desfavorecida da fortuna, e ficaram reduzidos à miséria.<sup>49</sup>

Na medida em que as ruas e quadras urbanas da cidade se distanciavam dos sobrados e das casas comerciais localizadas nas proximidades da praça da Constituição, o espaço ia sendo modificado e dando lugar às casas de palhas, aos botequins, às tabernas e às quitandas. Na rua da Cadeia, em frente ao Campo de Marte, concentrava-

---

<sup>45</sup> Idem.

<sup>46</sup> Sobre os relatórios de polícia sobre os incêndios na rua dos negros, Ver APEPI. Chefe de Polícia. 1876-1877. SPE. Cód. 768. ESTN. 07. PRAT. 02.

<sup>47</sup> Os incêndios em casas de palha de carnaúba na Teresina do século XIX eram recorrentes nos relatórios policiais da época. Para uma análise da questão durante o século XX, associando-o ao processo de modernização e à violência policial, ver NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2002.

<sup>48</sup> APEPI. Resolução Provincial. nº 727 de 6 de setembro de 1870. Art.156.

<sup>49</sup> APEPI. Poder Executivo. Falas, Mensagens e Relatórios do Presidente da Província. 1867-1872. Envelopes 33 a 42. Caixa. 03. *Relatório com que com que o Exm. Vice-Presidente Dr. José Manoel de Freitas, passou a administração ao excelentíssimo Presidente Dr. Adelino Antonio de Luna Freire, no dia 5 de outubro de 1866.*

se um grande número de botequins da cidade, com vendas de bebidas e quitutes, consumidos amiúde por trabalhadores do porto da Barrinha, da rua das Flores, do Mercado Público, funcionários do Hospital da Caridade e por guardas e detentos da Cadeia Pública.

Um caso exemplar dessas sociabilidades aconteceu com o guarda nacional Raimundo Alves de Andrade, que ao escoltar o detento Joaquim José Coelho Paranaguá para a Cadeia da cidade pelo crime de “vagar pelas ruas da cidade embriagado”, foi influenciado pelo mesmo a beber numa taberna próxima à Cadeia de Teresina. Na oportunidade, segundo o próprio delegado de polícia, Domingos Martins Peixoto, era tão “qualificante verdade ter o referido preso” embriagado o guarda, que, ao chegarem o guarda dirigiu “muitos insultos a mim e ao administrador da Casa de Detenção, que por essa falta do referido guarda entendi que devia prendê-lo e afetivamente prendi-o no quarto escuro das quatro horas da tarde às sete da noite.”<sup>50</sup>

A tentativa de controlar esses espaços com multas e repressão era constante. Em agosto de 1872, o proprietário de uma quitanda nas proximidades da Cadeia, o senhor Braz Peres da Silva, promoveu uma ação judicial, a fim de anular a multa no valor de 20\$000 réis cobrada pelo fiscal da freguesia, o senhor Amador Vieira da Siqueira, referente ao não pagamento da licença urbana para vender “gêneros do país e aguardente”. Ao que tudo indica, as imediações da Cadeia serviam como ponto de trocas de experiências e sociabilidades da população pobre e escrava da cidade, possivelmente sempre regadas a muitos jogos e bebidas.<sup>51</sup>

A freguesia das Dores era a que se encontrava com os piores problemas urbanos. Conforme a Lista Geral de Revisão dos Votantes de 1875, a freguesia das Dores possuía 19 quarteirões, ocupados na sua maioria por indivíduos que viviam da agricultura, ou seja, lavradores e roceiros. Em períodos chuvosos as ruas e praças da freguesia ficavam sempre sujas e lamacentas, quando, na estiagem, a poeira tomava conta das ruas, largos e casas. A terra baixa e alagadiça prejudicava as estruturas dos prédios em construção, causando rachaduras nas casas, calçadas e desmoronamentos, como o que ocorreu na igreja de N. S. as Dores, dias antes da sua inauguração, quando parte da sacristia veio abaixo.

---

<sup>50</sup> APEPI. Delegacia de Polícia de Teresina. 1846-51-58/1860-69/1870-79/1881-87/1890-97/1900-1942. Caixa. 570.

<sup>51</sup> APEPI. Conselho Municipal de Teresina. 1866-1872. Caixa 47.

Os pedidos de melhoramentos e construção de pontes e calçamentos das ruas nas proximidades da igreja seriam constantes durante o século XIX.<sup>52</sup> As ruas do Barroão, da Estrada Nova e a do Imperador eram as que mais careciam de melhoramentos no local. Essas ruas no período do dia eram movimentadas e quase sempre cheias de transeuntes que viviam do comércio ambulante ou de pequenas atividades urbanas. À noite, seus limites eram postos em questão por regulamentos e códigos de posturas em busca da tranqüilidade daqueles que moravam na capital. Mesmo assim, a idéia de “paraíso terrestre” que os administradores provinciais tentavam passar aos futuros moradores da cidade contrastava com o tipo de tratamento dispensado a outros grupos sociais da cidade, ou seja, no dizer do Chefe de Polícia Joaquim Damasceno Nogueira, da “classe mais desfavorecida da fortuna”.

## 2.2 CHEGAM OS ESCRAVOS: ROÇAS E ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA

Recrutados a partir das Fazendas Nacionais, os escravos percorriam um longo caminho até chegarem ao local das obras, fossem por barcos ou pelas poucas estradas que davam à povoação do Poti. Responsáveis pelo carregamento de pedras e madeiras para as construções dos prédios e residências da cidade, esses escravos tinham ainda que suportar as insuficientes rações diárias concedidas pela comissão encarregada das obras públicas.

De acordo com Odilon Nunes, a ração dada aos escravos e a falta de vestimenta adequada durante o período de construção da cidade figuram entre as principais causas do descontentamento escravo na época.<sup>53</sup> Após as reclamações, ficou acertado que, ao longo de um dia de trabalho, os escravos receberiam 200 gramas de carne seca, duas canecas de farinha, meia de feijão, meia quarta de libra de toucinho e sal, enquanto que, no horário noturno, receberiam milho, rapadura e arroz. Também seria distribuída uma barra de sabão a cada escravo para lavagem dos seus pertences.<sup>54</sup>

---

<sup>52</sup> APEPI. Conselho Municipal de Teresina. 1881-1970. Caixa: 301.

<sup>53</sup> NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí: Lutas partidárias e a situação da Província*. Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007.p.110. (coleção grandes textos, v.IV).

<sup>54</sup> *Ibidem*. Para o Rio de Janeiro ver: KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, especialmente capítulo 5, “Sob o açoite”.

As altas flutuações do preço da farinha de mandioca e da escassez do milho e do arroz em determinados períodos do ano fizeram com que esses acordos não fossem cumpridos ao longo da construção da cidade. Para Solimar de Oliveira Lima, a alimentação semanal do cativo que trabalhava na construção de Teresina, em 1851, era composta somente por um quilo de carne e um quarto de alqueire de farinha, portanto muito aquém do que havia sido combinado com a escravaria.<sup>55</sup>

A falta de uma produção local de farinha de mandioca, milho e arroz, nas proximidades da vila suficiente para o abastecimento interno, as secas que assolavam a região em determinados períodos e os elevados valores no transporte e revenda do produto explicam também o descumprimento do acordo por parte da comissão encarregada das obras públicas. Em 1852, a quarta da farinha de mandioca na Vila Nova do Poti variava entre 1:250\$000 (Hum conto e 250 mil réis) a 1:600\$000 réis, assim como o arroz. Já a quarta do milho era comercializada a um preço de 960,00 réis.<sup>56</sup> A desnutrição dessa população escrava, além de prejudicá-la no exercício das suas atividades, certamente, afetou sua resistência às doenças típicas da região, como catarrros, febres, oftalmia, cólera, diarréias e doenças gástricas.<sup>57</sup>

Em abril 1857, o escravo João deu entrada no Hospital da Caridade de Teresina com bastantes dores no tórax. Dias depois a pleuris, moléstia comum na escravaria da cidade, o levaria à morte. Muitos vinham das Fazendas Nacionais já doentes, quando chegavam a Teresina, além de trabalharem em condições adversas, não agüentavam as jornadas de trabalho em seus roçados. Foi o que ocorreu como o preto velho Amaro, após anos de labuta conseguiu construir um “casebre de palha” no alto da Jurubeba, próximo à igreja de São Benedito<sup>58</sup>. Amaro era um daqueles escravos que vieram das Fazendas da Nação para a edificação da cidade. Segundo seus vizinhos, sua vida era dividida “entre a casa e o mato”, ou seja, a roça. Em uma de suas viagens ao mato, Amaro fora encontrado morto. Segundo o laudo médico e o parecer do delegado de polícia, Dr. Jesuíno do Nascimento, o falecimento do liberto ligava-se a fatores de “causa natural”.

---

<sup>55</sup> LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte: Trabalho escravo nas Fazendas da Nação no Piauí – (1822 – 1871)*. Passo Fundo: UPF, 2005.p. 134.

<sup>56</sup> *Echo Liberal*, 20 de abril de 1852. Para uma análise da importância da farinha de mandioca na dieta dos escravos, seus preços e suas conexões com a economia de *Plantation* do açúcar no Brasil do século XVII e XIX ver: BARICKMAN, Bert. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>57</sup> LIMA, S. Oliveira. op. cit., p.132.

<sup>58</sup> APEPI. Delegacia de Polícia de Teresina. 1846-1847-48-49-1851/1942. Caixa: 570.



A posse de roças, em Teresina, durante o século XIX era uma atividade bastante comum. Com dieta alimentar insuficiente em nutrientes e as constantes oscilações nos preços da carne seca, da farinha de mandioca, do milho, do arroz e do feijão, muitos escravos para não tornarem reféns da alta demanda por esses produtos no mercado local partiam para a criação de pequenas roças às margens dos rios Poti e Parnaíba.<sup>59</sup>

Outros escravos para aumentarem sua dieta diária recorriam ao cultivo em parcerias, cabendo, no período da colheita, a divisão do produto em partes iguais. Contudo, nem sempre aquilo que acordavam vigorava na época da divisão. Foi o que aconteceu com os escravos Zacarias e Raimundo José. Sem alcançarem um acordo satisfatório sobre o destino de “uma roda de mandioca, a qual ambos julgam com direito”, resolvem exigir do subdelegado de polícia do 3º Distrito de Teresina o dever de decidir sobre a questão. Após insistir em estabelecer um acordo entre os roceiros, o chefe de polícia da capital resolve intervir na contenda, declarando “não ser da competência da polícia, e sim do poder judiciário” a resposta definitiva para tal disputa judicial.<sup>60</sup> A contenda entre os escravos permaneceu, porém cabia agora ao juiz municipal resolvê-la.

Segundo levantamento da Câmara Municipal de Teresina, durante as décadas de 1850/60, o percentual de braços aplicados na lavoura e na prática de pequenos roçados na capital da província girava em torno de “500 pessoas livres e de 700 escravas.” Esses números, segundo os próprios vereadores, eram “cálculos falíveis, porque não há um meio seguro para chegar-se aos fins reais”. Quanto à técnica de cultivo, os vereadores reiteravam o caráter rudimentar,

consistindo no antigo sistema da derribada, queimar, plantar, limpar o terreno e o mesmo acontece quanto ao preparo dos produtos, nada havendo de aperfeiçoamento a não ser as máquinas de serra americana para descarçar o algodão, cujo preparo era feito ainda há pouco tempo em moendas movidas por meio de rodas a braço.<sup>61</sup>

---

<sup>59</sup> Para Odilon Nunes o “florescimento da agricultura nas margens do Parnaíba foi fruto da mudança da capital de Oeiras para Teresina.” Atrelado ao florescimento da agricultura o autor destaca ainda a navegação a vapor como dinamizadores do comércio da capital. Para mais informações, ver: NUNES, Odilon. op. cit., p.173.

<sup>60</sup> APEPI. Delegados. &. 1850-1875. SPE. Cód.742. ESTN. 07. PRAT. 01.

<sup>61</sup> APEPI. Conselho Municipal de Teresina. 1866- 1872. Caixa. 46.

Não sabemos ao certo quantos escravos participaram da construção de Teresina, contudo mesmo durante a década de 1850 parece ter havido uma diminuição no recrutamento desses escravos para a cidade. Segundo o diretor das obras públicas da capital, José Ricardo de Sousa, em 1859 estavam a sua disposição apenas “13 escravos, sendo que destes nove se encontravam enfermos”.<sup>62</sup> A causa dessa baixa de trabalhadores escravos na construção da cidade pode ser explicada pelas constantes resoluções do governo imperial obrigando o poder provincial de enviar os cativos da nação para o Rio de Janeiro, a fim de trabalharem na “cafeicultura e na fábrica de ferro de Ipanema”.<sup>63</sup> No entanto, outros fatores podem se relacionar à questão, como as freqüentes baixas por moléstias e a dupla jornada de trabalho que esses escravos praticavam logo ao chegarem à capital da província, como àquelas relacionadas ao roçado, o que gerava, provavelmente, uma repulsa do escravo em ir para Teresina.<sup>64</sup>

Participar da construção da cidade e, ao mesmo tempo, reservar um período para a atividade de roceiro não era uma tarefa fácil. Contudo, alguns escravos conseguiam até constituir bens, inclusive possuir outros escravos.<sup>65</sup> Assim, a posse de uma roça podia significar uma conquista para os cativos. De fato, a aquisição de uma roça abria brechas para a constituição de uma economia própria, onde o cativo podia vender ou trocar nos mercados e feiras da cidade o excedente de sua produção, além de estreitar os laços de solidariedades entre diferentes grupos sociais da cidade.<sup>66</sup> Já para os senhores, a aquisição de pequenos lotes de terra nas mãos dos seus subalternos, além de baratear o custo da alimentação, funcionava, na visão senhorial, como uma política de controle social, visto que as insubordinações e fugas seriam reduzidas.

Largamente aplicada nas fazendas de café de São Paulo e do Rio de Janeiro, a política de controle social dos cativos, através da concessão de terras para a prática do

---

<sup>62</sup> APEPI. Tesouraria da Fazenda. Caixa. 787. No ano anterior, José Ricardo de Sousa havia solicitado ao governo provincial 25 escravos das Fazendas Nacionais para a construção da cidade. Não temos informações se seu pedido foi aceito.

<sup>63</sup> *Ibidem*.

<sup>64</sup> Com relação às moléstias, Solimar Oliveira Lima, acredita que, além das inflamações agudas ocasionadas por bactérias, outras moléstias faziam parte do cotidiano desses escravos, como a sífilis, o “catarão”, as febres e o sarampo. Ver: LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte*. p. 132. APEPI. Município, Teresina. 1878-1879-1884. Caixa. 249.

<sup>65</sup> *Ofício do Subdelegado Umbelino Moreira de Oliveira Lima ao presidente da província Dr. Antonio de Brito Sousa*. APEPI. Delegacia de Polícia de Teresina. Ano. 1846-1847-48-49-1851/1942. Caixa: 570.

<sup>66</sup> A bibliografia que trata do assunto é bastante ampla, ver entre outros, CARDOSO. Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo. Brasiliense, 1987; MACHADO, Maria Helena P.T. “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão”. *Revista Brasileira de História*, vol. 8, nº 16, mar-ago.1988, pp. 143-60; CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história*. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987;

roçado, parece ter surtido efeito paralelo em Teresina. As crises de produção e os elevados preços dos alimentos de primeira necessidade na dieta dos escravos contribuíram para que os encarregados das obras públicas da nova capital agissem de maneira conivente com os cativos que se alternavam entre a roça e a construção da cidade, inclusive, concedendo dias de folga para o cultivo e comércio dos produtos.

Ao que tudo indica as conquistas dos escravos não ficaram restritas apenas ao domínio das roças. Nos pedidos feitos para a vinda de mais cativos das Fazendas Nacionais para a construção da cidade, os encarregados das obras públicas explicavam que os cativos, ao se deslocarem para os canteiros de obra, poderiam trazer consigo sua família. Ao pedir para o mestre de obras da capital, João Isidoro, o envio de uma escrava para o Estabelecimento dos Educandos, o presidente da Província, José Antonio Saraiva, afirmava, em documento, que a escrava “se casada quiser estar com o marido” tinha todo o direito. Na visão dos encarregados e dos governantes, tal política de controle funcionava como uma forma de conter as fugas e insubordinações no trabalho. Entretanto, para os cativos uma conquista, pois teriam próximos de si sua família e a esperança de não presenciarem uma eventual separação indesejada para as distantes fazendas de café do Sudeste.<sup>67</sup>

Em conformidade com Flávio Gomes dos Santos, a negociação ou concessão de terras e de dias de folga para o cultivo nas roças não impediu que os cativos planejassem fugas coletivas, seja para cidades, seja para quilombos, onde as possibilidades de constituírem “uma economia camponesa mais vigorosa, independente e ampla,”<sup>68</sup> era o começo para a conquista da tão sonhada liberdade. Em Teresina, a questão não foi diferente. As roças para os escravos eram vistas como pequenas conquistas, um mundo cada vez mais seu, cuja posse demarcava um direito adquirido em meio ao domínio senhorial. A manutenção desse espaço de autonomia escrava dependeria das barganhas e negociações com seus senhores ou com o poder municipal. Caso suas conquistas fossem questionadas restaria apenas o conflito.<sup>69</sup>

---

<sup>67</sup> Sobre a formação da família escrava no Brasil Império ver: SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações da formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; FLORENTINO, Manolo & GOÉS, José Roberto. *A paz nas Senzalas: famílias escravas e tráfico, Rio de Janeiro, c. 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. Ver também CASTRO, Hebe Maria Mattos de. “Laços de família e direitos no final da escravidão”. In ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.) *História da vida privada no Brasil*. vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 337-383.

<sup>68</sup> GOMES, Flávio dos Santos, *Histórias de Quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.p.202

<sup>69</sup> Cf. REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

Desde a transferência da capital para Teresina, em 1852, as terras que margeavam os rios Parnaíba e Poti foram utilizadas pela população pobre e escrava como fonte de economia. A regularização dessas terras para roçado perdurou durante todo o século XIX como fator de conflito entre seus ocupantes e o poder municipal. Em 3 de maio de 1888, a Câmara Municipal de Teresina resolveu fazer sua última investida em torno da aquisição das terras ocupadas pelos pequenos roceiros e lavradores da cidade.<sup>70</sup> Para isso recorreu a uma circular do Ministério da Fazenda acerca do “aforamento dos terrenos da Marinha” ao domínio do poder provincial.

A questão em debate era se as terras que margeavam os rios Poti e Parnaíba eram de domínio da Marinha ou somente “àquelas que existem nas margens dos mares.” Na interpretação dos vereadores, toda terra próxima a águas navegáveis seriam de domínio da Marinha, portanto, acreditavam que, sendo o Parnaíba “francamente navegável em qualquer estação por barcos a vapor” e o rio Poti “navegável por canoas e balsas na estação invernos”, chegava-se ao veredicto final que os dois rios eram de domínio da Marinha e não dos roceiros.

O interessante é que, poucos dias antes do decreto imperial que aboliria a Escravidão, vereadores de Teresina se preocupavam em eliminar aqueles espaços onde a autonomia escrava era evidente na cidade. Cientes do debate, os vereadores expuseram na carta que enviaram ao presidente da Província que os roceiros que ocupavam “as margens e vazantes dos rios Poti e Parnaíba, pretendiam opor embaraços à posse da terra da Câmara sobre os ditos terrenos.”<sup>71</sup> Em relatórios posteriores, as autoridades municipais apontavam para um acréscimo de 989 escravos vivendo da lavoura e do roçado, ao passo que, para os de procedência livre, existia “em outro tanto ou pouco mais.”<sup>72</sup>

Esse percentual de indivíduos dedicados à prática agrícola indica o surgimento de uma economia alternativa<sup>73</sup>, baseada numa pequena agricultura de abastecimento interno - feita sobremaneira por escravos, pobres e homens livres - e paralela ao comércio local. Segundo dados dos próprios vereadores de Teresina, as terras em domínio da Câmara Municipal ficavam restritas apenas ao “rio Parnaíba e o Poti de leste a Oeste, terminando de norte a sul na extensão de uma légua, sendo meia

---

<sup>70</sup> APEPI. Conselho Municipal de Teresina. 1881-1970. Caixa. 301.

<sup>71</sup> Ibidem.

<sup>72</sup> APEPI. Conselho Municipal de Teresina. 1855-1897/1866-1872. Caixas. 46 e 47.

<sup>73</sup> Sobre o desenvolvimento de economias alternativas e paralelas à de *Plantation* no Brasil dos séculos XVIII e XIX ver, BARICKMAN, Bert. J. *Op. cit.* p. 307.

légua da sede da cidade a cada lado”. Ou seja, uma quantidade bastante reduzida de terras nas mãos do governo, o que provavelmente seduziu os primeiros escravos a constituírem roças, ao contrário das necessidades ou carências alimentares. De fato, entre a presença de terras para cultivo, a carência de alimentos e a emergência do fim da escravidão muitos escravos para não perderem alguns direitos tiveram que utilizar durante todo o século XIX a recorrente capacidade da negociação.

O furto de gado *vacum* e de suíno também era comum nos primeiros anos da cidade, um artifício utilizado tanto por escravos como por homens livres. Em setembro de 1852, o delegado de polícia de Teresina informava ao governo provincial que “um bando composto de criminosos, desertores e ladrões, que se tem arrojado à reprovada especulação de furtarem e venderem gados” se aproximava de Teresina.<sup>74</sup> No ofício, o tenente Henrique Hermenegildo da Silva Marques requisitava ainda um acréscimo de vinte praças regulares na repressão a esse tipo de crime e no policiamento da cidade. Embora proprietários de gado e autoridades policiais enfatizassem a caráter criminoso dessa prática, alguns escravos legitimavam tal matança pela simples razão de tais animais estarem destruindo seus roçados.<sup>75</sup>

Os problemas ocasionados pela matança de animais com a justificativa de proteger o bem ameaçado levou a Câmara Municipal a regularizar os terrenos reservados à prática do roçado, obrigando os proprietários a cercá-los. Nesse mesmo código, ficou especificado ainda que ninguém poderia “matar ou ferir qualquer animal doméstico dentro de sítios, quintas e roças cercadas ou não cercadas”.<sup>76</sup> A matança de gado continuou por todo o século XIX, mesmo com a aplicação de multas no valor de 10\$000 mil réis.

---

<sup>74</sup> APEPI. Polícia Civil. 1837-1850-1855-145. Caixa. 572.

<sup>75</sup> NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. p.170. Para um estudo bastante sugestivo a cerca dos conflitos sociais entre escravos e proprietários de terra e gado em torno do direito costumeiro às roças no Recôncavo baiano, ver FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870- 1910)*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2006.

<sup>76</sup> *Código de Postura de Teresina: 1852. Título: 04. Artigo. 38*. APEPI. Conselho Municipal de Teresina. Câmara Municipal - Teresina. 1833-1854. Caixa. 58.

### 2.3 POPULAÇÃO LIVRE E ESCRAVA

As poucas fontes para uma análise cuidadosa acerca da composição populacional de Teresina, principalmente a escrava, dificulta o entendimento das origens africanas dessa população até a década de 1870. As informações disponíveis sobre as variações demográficas da população da capital do Piauí encontram-se basicamente nos censos feitos por alguns presidentes de província, durante o século XIX, além dos dados disponíveis no Recenseamento Geral do Império, organizado em 1872.

Por ser a população escrava de Teresina bastante crioula (escravos de cor preta nascidos no Brasil) e mestiça (incluem-se aí as categorias dos pardos e caboclos),<sup>77</sup> entendemos que esses padrões raciais auxiliavam os cativos, tanto os da Província do Piauí como os do Maranhão, a procurarem na cidade de Teresina um local de abrigo, fugas, sobrevivências e sociabilidades.

A classificação étnica da população por freguesias, ou espaços de sociabilidades e de vivência urbana facilitará, por sua vez, a compreensão de uma cidade escrava cuja dureza de um dia de trabalho nas ruas, praças e ribeiras dos rios seria suavizada através de outros espaços, tecidos pela própria população escrava, mesmo sem o consentimento dos vizinhos e das elites locais, ou até mesmo, com a tolerância da força policial. Ao partir da mesma problemática, Sidney Chalhoub afirma que as transformações políticas pelas quais o Império atravessava em torno dos destinos da instituição escrava e a consciência por parte dos políticos e escravocratas de todo o Império de que os escravos, cada vez mais, estavam sendo senhores de si estaria cada vez mais minando suas certezas quanto às garantias da manutenção da escravidão na Corte.<sup>78</sup>

A existência de determinadas atividades urbanas reservadas exclusivamente aos escravos, libertos e homens livres funcionava também como uma maneira do poder público manter nas cidades brasileiras do século XIX sistemas normativos capazes de torná-los mais obedientes e adequados ao mundo do trabalho. Todavia, a resistência através dos batuques, sambas, calojis, organização de núcleos familiares e a formação

---

<sup>77</sup>SILVA, Antonio de Moraes (comp.). *Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Tipografia Lacerdina, 1813, 2 v., vol. 1 pp. 314, 496; vol. 2 pp. 294, 327, 398.

<sup>78</sup> CHALHOUB, S. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.p. 325. Ver para o Recife Imperial: CARVALHO, Marcus Joaquim. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo, 1822-1850*. 2ed. Recife: Editora da UFPE, 1998.

de espaços de autonomia escrava significaram, em contraposição, a formação de estratégias outras em busca por limites entre o bem viver e do bom morar nas cidades.<sup>79</sup>

Essa proposição tornar-se-á mais evidente na medida em que estabelecermos uma conexão com o tipo de sociedade desejada no Império, uma sociedade branca e herdeira dos ideais europeus. As trajetórias, experiências e as árduas rotinas da vida urbana de escravos e escravas narradas aqui não se restringem somente a uma resistência ao modelo de nação *imaginada* pelas elites imperiais, mas a uma estratégia que visava expandir/modificar as ações transformadoras dessa sociedade, idealizada, sobretudo, por autoridades policiais, letrados e políticos locais.<sup>80</sup> Nessa perspectiva, operaremos, nesse primeiro capítulo, em traçar um perfil demográfico da população de Teresina e dos tipos de atividades diárias reservadas aos escravos e libertos da cidade.

Segundo a historiadora Teresinha Queiroz, a população da Província do Piauí, na década de 1870, era composta por 202.222 indivíduos entre livres e escravos.<sup>81</sup> Na mesma década, a população de Teresina era de 21.692 habitantes.<sup>82</sup> Tais números significavam - em termos de flutuações demográficas por cor - um percentual em torno de 62,2% para pardos, 27,6% brancos 4,1% pretos e 3,8% caboclos (indivíduos nascidos de índios e brancos) na população de Teresina.

Observa-se, na tabela I, que os indivíduos de procedência livre na sua maioria eram formados por pardos, enquanto que, na população escrava, os de cor parda respondiam por apenas 30,7% (945 escravos) da população, sendo os demais escravos (69,3% ou 2.128 do total) de cor preta. Quais os fatores que definiam um indivíduo livre e/ou escravo como sendo pardo ou preto na cidade de Teresina, durante a década de 1870? O baixo percentual de pretos livres, somente 3,9%, em comparação aos 62,2% de pardos livres, em contraste com os 69,3% dos pretos e 30,7% de pardos de condição

<sup>79</sup> Sobre o assunto consultar, ALGRANTI, Leila M. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro-1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988, p. 56; SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro, 1808-1850*. Campinas: Unicamp/Cecult, 2001; SOARES, C. E. L. *A negregada instituição - os capoeiras na Corte imperial*, Rio de Janeiro, Acess, 1999, SOARES, Luiz Carlos. *“O povo de Cam” na Capital do Brasil: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX*. Rio de Janeiro: Faperj – 7Letras, 2007.

<sup>80</sup> Sobre o conceito de *nação imaginada* ver: ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*. Lisboa/Portugal: Edições 70, 2005. As discussões levantadas por políticos do Brasil império em construir um país unido a partir dos ideais de “nação forte e coesa” encontra-se bastante fundamentado em, MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004; e CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

<sup>81</sup> Ibidem. Ver, também: SANTANA, Raimundo Nonato Monteiro de. *Evolução histórica da economia piauiense*. Teresina, Cultura, 1964. p.70.

<sup>82</sup> QUEIROZ, Teresinha, op.cit.,p. 20.Ver também *Recenseamento Geral do Império*, 1872.

escrava deixa evidente que a provável distinção entre os indivíduos ocorria menos na cor da pele do que na condição social.

**Tabela 1. Quadro da População Livre e Escrava de Teresina por sexo e cor, 1872.**

<i>Cor</i>	População Livre						População Escrava					
	Homens		Mulheres		Total		Homens		Mulheres		Total	
	<i>N.º</i>	%	<i>N.º</i>	%	<i>N.º</i>	%	<i>N.º</i>	%	<i>N.º</i>	%	<i>N.º</i>	%
<b>Branco</b>	2621	27.8	2528	27.4	5149	27.6	0	0	0	0	0	0
<b>Pardos</b>	5647	60	5948	64.5	115 95	62.2	272	17.4	673	44.5	945	30.7
<b>Pretos</b>	357	3.7	379	4.1	736	3.9	1287	82.6	841	55.5	2128	69.3
<b>Caboclo</b>	781	8.3	358	3.8	1139	6.2	0	0	0	0	0	0
<b>Total</b>	9406	100	9213	100	18619	100	1559	100	1514	100	3073	100

**Fonte:** Recenseamento Geral do Império em 1872. Relatórios dos Presidentes de Província.

Conforme Hebe Maria Mattos, ao pesquisar os significados da escravidão no sudeste escravista dos anos de 1850, a “cor” dos indivíduos, em alguns momentos, funcionou como fator determinante para selecioná-los hierarquicamente dentro da sociedade escravista. A suspensão do tráfico e a constante criouliização da população branca e negra das cidades do Império ajudaram a modificar essa dinâmica, dando origem a outras formas de distinção, como aquelas que separavam e distinguiram a cultura escrava da branca, européia e “civilizada”.<sup>83</sup>

<sup>83</sup> Cf. CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio – os significados da escravidão no Sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998. Existe atualmente um longo debate a cerca das interações étnicas e culturais desenvolvidas durante a dominação escravista nas Américas, a partir da análise dos processos que levaram as sociedades afro-americanas a constituírem, em terras de além mar, modelos de hibridização cultural proveniente da constante troca cultural. Assim, como destacou Richard Price, as narrativas em torno do debate da criouliização das sociedades afro-americanas redundaram em duas versões contrastantes, sendo uma com um forte viés afrocêntrico e a outra com um profundo conhecimento da “textura histórica concernente à escravidão nas Américas”, ao privilegiar a criatividade, a criouliização e as interações culturais dos que viviam no cativeiro. No presente trabalho o termo crioulo se refere apenas às questões de ordem demográfica. Ver sobre o assunto PRICE, Richard. “O Milagre da



**Tabela 2. População Escrava distribuída por Freguesia em Teresina, 1872.**

Freguesias de Teresina	Classificação étnica da população escrava					
	Pardos		Pretos		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
N. S. do Amparo	474	50.1	796	37.4	1270	41.3
N. S. das Dores	471	49.9	1332	62.6	1803	58.7
<b>Total</b>	945	100	2128	100	3073	100

**Fonte:** Recenseamento Geral do Império de 1872. Relatórios dos Presidentes da Província.

Considerando os padrões demográficos do século XVIII e os da primeira década do século XIX para a Província do Piauí, percebe-se, portanto, o elevado percentual de crioulos na população escrava.<sup>84</sup> Como a base econômica do Piauí era a criação de gado vacum - para onde se dirigiam a maior parte da escravaria – e que o século dezenove representou a estagnação da atividade pecuarista, podemos aventar a possibilidade da manobra dos escravocratas em apoiar seus cativos a manterem relacionamentos conjugais com outros cativos ou libertos, com o intuito de incentivar o crescimento das taxas de fecundidade entre a população na Província.<sup>85</sup> Já que a pouca participação do Piauí no comércio de escravos durante o século XIX ajudaria a entender essa política paternalista.<sup>86</sup>

---

Crioulização: Retrospectiva”. *Estudos Afro-Asiáticos*. Ano. 25, n.3, 2003. pp.383-419. Para mais informações sobre o debate ver, PRICE, Richard & MINTZ, Sidney. *O nascimento da cultura Afro-Americana*. Rio de Janeiro. Ed. Pallas. 2005. Para uma interpretação “afrocêntrica” das sociedades afro-americanas ver, TORNTON, John. *A África e os Africanos na formação do mundo atlântico*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

<sup>84</sup> FALCI, Miridan B. K, op. cit., p.48. Ver também: FALCI, M. B. K. ; MARCONDES, R. L. “Escravidão e reprodução no Piauí: Teresina (1875)”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, v. 430, p. 53-68, 2006.

<sup>85</sup> Um estudo sobre a presença escrava nas fazendas de gado no Piauí encontra-se em GORENDER. Jacob. *O escravismo Colonial*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1980.p. 409; MOTT. Luís R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Petrônio Portela, 1985. FALCI, Miridan B. K, *Escravos do Sertão*. p.48. As causas da reprodução escrava na província do Piauí durante o século XIX encontra-se em, FALCI, M. B. K. e MARCONDES, R. L. “Escravidão e reprodução no Piauí: Teresina (1875)”. op. cit.,p.10.

<sup>86</sup> O comércio de escravos e as discussões em torno do fim da escravidão a partir de uma visão endógena dos acontecimentos, ao privilegiar as rebeliões escravas como as responsáveis pela lei de 1850, ver: RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1808-1850)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2000; GRADEN, Dale T. “Uma lei... até de segurança pública: resistência escrava, tensões sociais e o fim do tráfico interprovincial de escravos para o Brasil (1835-1856)”. *Estudo Afro - Asiáticos* n 30, pp.113-150. Sobre o comércio

**Tabela 3. Distribuição da população escrava por estado civil em Teresina, 1872.**

Freguesias de Teresina	Estado Civil							
	Homens			Mulheres			Total	
	Casado	Solteiro	Viúvo	Casada	Solteira	Viúva	Nº.	%
<b>N. S. do Amparo</b>	10	675	2	10	569	4	1270	41.3
<b>N. S. das Dores</b>	182	683	7	5	922	4	1803	58.7
<b>Total</b>	192	1358	9	15	1491	8	3073	100

**Fonte:** Recenseamento Geral do Império em 1872. Relatórios dos Presidentes de Província.

A predominância de pardos e pretos, na população escrava, e a elevada quantidade de crianças e mulheres em atividades braçais nas fazendas da Província podem reforçar tal hipótese.<sup>87</sup> De acordo com o Recenseamento Geral do Império, a província do Piauí apresentava um dos maiores índices de “pardos” e “pretos”, ou seja, 71.9% (116.499 pardos e 28.823 pretos) numa população de 202.222 indivíduos.<sup>88</sup>

Observa-se que, durante a década de 1870, o número de escravos casados na freguesia de N. S. das Dores era de 182 indivíduos, ou seja, 20.8% dos escravos eram casados, para apenas 1.7% (cinco) das escravas casadas na mesma freguesia. De acordo, com a tabela II, embora as taxas de nupcialidade fossem bastante baixas no geral, nota-se, nesse contexto, que os homens escravizados da freguesia de N.S. das Dores tinham muito mais possibilidades de formarem laços com mulheres livres ou alforriadas do que os escravos da freguesia de N. S.do Amparo.<sup>89</sup>

---

interprovincial, ver GRAHAM, Richard. “Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil”. *Afro - Ásia*, n.27, 2002. pp.121-60. Ver também, MELLO, Evaldo Cabral. *O norte agrário e o império – 1871 – 1889*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.p. 29.

<sup>87</sup>Cf. FALCI, Miridan B. K. *Escravos do Sertão*. p.50; Ver também FALCI, M.B.K. “A escravidão nas áreas pecuaristas do Brasil”. IN\_ SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. pp. 255-271. Sobre o trabalho de crianças e mulheres escravas nas Fazendas da Nação no Piauí do século XIX ver, LIMA, Solimar Oliveira. *op.cit.* p. 48.

<sup>88</sup> Cf.ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.). *História da vida privada no Brasil* vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 474. Ver Apêndice da obra.

<sup>89</sup> A percentagem de escravos casados e viúvos, no Piauí, girava em torno de 7.0% sobre a população total de escravos da província, um percentual baixo caso o comparemos aos da Bahia, 20,5% e de São Paulo, 16,4%. Sobre as demais províncias ver, Cf. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.). *op. cit.*, p. 478. Ver Apêndice da obra.

Convém ressaltar, neste estudo, que, na freguesia das Dores, se concentrava o maior percentual de escravos de cor preta da cidade 62.6% (1.332 dos 2.128 escravos da cor preta). Era na freguesia das Dores que a cultura negra da cidade se manifestava com mais intensidade. A presença negra era sentida não só nos casarões senhoriais, mas também nas ruas, como naquela que levava o nome de “Rua dos Negros”, exatamente pela expressiva quantidade de escravos dançando e folgando na cidade e, em alguns casos, ditando o seu próprio ritmo de trabalho.

Para Lima, muitos dos cativos das Fazendas Nacionais, ao conquistarem a liberdade, após a Lei do Ventre Livre de 28 de setembro de 1871, foram para a cidade Teresina, a fim de reconstruir suas vidas.<sup>90</sup> O número de libertos que fizeram o percurso do campo para a cidade é desconhecido na documentação, entretanto esse itinerário parece ter sido bastante conturbado, pois havia a recomendação do governo provincial de “capturar os libertos nacionais, que em virtude da lei do governo geral, têm [tinham] de ser empregados no serviço da mesma colônia.”<sup>91</sup>

De acordo com a tabela 3, ao chegarem à capital da Província muitos cativos ficavam na freguesia de N.S. das Dores, ou seja, 58,7% dos 3.073 escravos e escravas da cidade. Ali residiam na mesma situação de concentração dos escravos numa determinada freguesia aqueles de procedência livre. Conforme a tabela abaixo 69.5% (3.582 dos 5.149 arrolados no censo de 1872) dos indivíduos considerados brancos encontrava-se exatamente na freguesia das Dores.

**Tabela 4. População Livre distribuída por freguesia em Teresina, 1872.**

Freguesias de Teresina	Classificação étnica da população livre									
	Branços		Pardos		Pretos		Caboclos		Total	
	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%	Nº.	%
<b>N. S. do Amparo</b>	1567	30.5	4926	42.5	285	38.7	506	44.5	7284	39.1
<b>N. S. das Dores</b>	3582	69.5	6669	57.5	451	61.3	633	55.5	11335	60.9
<b>Total</b>	5149	100	11595	100	736	100	1139	100	18619	100

**Fonte:** Recenseamento Geral do Império de 1872.

<sup>90</sup> LIMA, S, op. cit., p.132.

<sup>91</sup> APEPI. Delegacias & SPE. Cód.742. Estn. 07. Prat. 01.

Ao que tudo indica a Escravidão, “esse cancro roedor das entranhas do Brasil”, como a definia o presidente da Província, Emídio Adolfo Vitério da Costa, na década de 1880,<sup>92</sup> parecia bastante incrustada na mentalidade dos mais abastados e abonados da sociedade teresinense. Com o crescimento do tráfico interno de escravos dentro do Brasil, durante a década de 1870, muitos negociantes e políticos de Teresina se dedicaram ao trato escravo. A partir da Lei do Ventre Livre de setembro de 1871, tornou-se bastante atraente na capital a utilização de uma rede de captura e acobertamento de cativos fugidos, que porventura, buscassem abrigo nas ruas, casas, comércios e palhoças da cidade.

Entre os principais comerciantes de escravos, em Teresina, encontravam-se o delegado e político, Miguel Borges Castelo Branco, os Srs. Morada & Irmãos e o negociante Franco Augusto de Moura. É provável, que esse lucrativo comércio não era exclusividade dos piauienses. João da Cruz Pereira da Fonseca, um prestigiado comerciante de escravos do Maranhão, constantemente anunciava na imprensa seu interesse em adquirir cativos do Piauí. Para ele, caso o cativo fosse dado à indolência, rebelde ou fugido, ainda assim os compraria, pois os motivos “que levava seu proprietário e se desfazer do bem, seja por indisciplina, corpo-mole ou defeito físico” de nada significavam para o negociante. Na relutância dos escravocratas do Piauí em não se desfazerem dos seus bens, João da Cruz utilizava o recurso da conveniência do preço justo, visto que, após sua retirada para o Maranhão, os senhores de escravos se veriam “na dura contingência de vendê-los por todo preço.”<sup>93</sup>

João da Cruz Pereira da Fonseca era um homem de muita experiência no comércio de escravos entre o Piauí e Maranhão. Ele certamente tinha conhecimento das constantes denúncias dos senhores de escravos do Piauí e do Maranhão sobre a prática dos teresinenses em esconder ou manter em cárcere privado escravos fugidos de outras localidades, por isto suas constantes investidas em Teresina.

Em abril de 1865, o proprietário de escravos, Joaquim de Souza Deça, residente em Teresina, protestava, segundo ele, “em termos legais contra quem tiver conduzido, emanado conduzir e finalmente contra quem tiver tido em seu poder, e continua a ter a mulata Clarinda de 30 a 31 anos de idade.” De acordo com Joaquim de

---

<sup>92</sup> APEPI. Poder Executivo. Falas, Mensagens e Relatórios do Executivo Provincial e Estadual. 1883-1886. Envelopes 66 a 76. Caixa 06. *Relatório apresentado em 7 de junho de 1884 pelo Exm. Sr. Presidente da Província do Piauí Dr. Emídio Adolfo Vitorio da Costa.*

<sup>93</sup> *O Semanário*, 6 de setembro de 1879.

Souza, a mulata Clarinda tinha fugido de seu domínio em dezembro de 1864, e que até aquele momento, só acumulara “danos causados” pela fuga da escrava.<sup>94</sup>

Em outro caso de fuga, há poucos dias da lei de 1871, o jornal *A Pátria*, informava aos moradores de Teresina que o escravo de nome Faustino tinha fugido do termo de Valença e, possivelmente, escolheria a capital da Província ou a cidade de Caxias como esconderijo, caso uma eventual perseguição ocorresse em prol de sua captura, como realmente aconteceria.<sup>95</sup> Um mês depois, em outubro de 1871, outro anúncio dava conta da fuga do escravo Raimundo, da Fazenda Morros, no termo de Campo Maior, para Teresina. Em outra situação, agora ocorrida no ano de 1872, os escravos Maximino e Timóteo fugiram da Fazenda Nova Luz, do termo de Codó, no Maranhão, possivelmente para Teresina. De acordo com as informações, os escravos levaram “consigo dois cavalos, um castanho e outro pedez (sic); ambos assinalados com ferro – S, colocado no lado esquerdo e direito do quarto dos mesmos cavalos.”<sup>96</sup>

Muitos cativos tinham nas fugas a sua evidente manifestação de resistência, como o escravo Lourenço, mulato de 20 a 25 anos de idade e natural do Piauí. Seu antigo senhor era o comerciante de escravos do Piauí, o conhecido Miguel de Souza Borges Leal Castelo Branco, que o vendeu para os comerciantes do Maranhão, na década de 1860. Lourenço tinha a mão e o braço direito defeituosos, mesmo assim isso não o impediu de fazer das fugas seu mais contundente protesto.<sup>97</sup>

Para Lourenço, o percurso entre as cidades de Teresina, Caxias e Codó lhe era tão conhecido quanto os comerciantes de escravos dessas três regiões. Sua primeira fuga aconteceu em janeiro de 1870 na cidade de Codó. Lourenço havia fugido para a cidade de Caxias. À época, Lourenço pertencia aos Srs. Laurindo de Oliveira & Cia, prósperos comerciantes de escravos da cidade e o mesmo que o comprou das mãos de Miguel Borges. Ao ser capturado em Caxias por João Barbosa Ferreira, Lourenço foi conduzido para Codó, no dia 27 de junho de 1870, onde, pela fama de escravo fugitivo, foi vendido para a casa comercial de José Joaquim Lopes da Silva e Cia. Na primeira oportunidade, Lourenço “evadiu-se da cidade de Codó”. Seu destino, na visão dos comerciantes, seria Caxias ou Teresina.<sup>98</sup>

<sup>94</sup> *Liga e Progresso*, 19 de abril de 1865.

<sup>95</sup> *A Pátria*, 26 de setembro de 1871.

<sup>96</sup> *Ibidem*, 13 de abril de 1872. Os números de escravos fugitivos não se esgotam por aí. Existe uma quantidade enorme de anúncios nos jornais da capital acerca das constantes fugas e suicídios praticados por escravos, tanto em Teresina, como em outras cidades da província.

<sup>97</sup> *A Pátria*, 8 de junho de 1871.

<sup>98</sup> *Ibidem*.

Poucos sabemos sobre os motivos, estratégias e os significados das fugas para estes cativos. As informações disponíveis quase sempre fazem alusão aos fracassos dos fugidos, e não aos seus sucessos. Mas a vida do escravo Lourenço e as suas experiências de fugas, assim como de tantos outros escravos, pelas cidades do Piauí e do Maranhão, representavam apenas uma “resistência em si,” sem significados a serem alcançados? Os estudos sobre as fugas de escravos para o campo ou para as cidades do Brasil Império, até pouco tempo, as viam como simples manifestações de resistência escrava, sem um projeto e propósito político definido pelos escravos. Uma maneira de punir seus senhores pelos excessos de castigos, trabalho exaustivo ou falta de alimentação adequada ao cativo.

Acreditava Joaquim de Souza Deça, proprietário da escrava Clarinda, que as fugas de escravos traziam apenas danos econômicos, visto que a redução do seu lucro diário com a escrava ao ganho o prejudicaria. Esse tipo de “armadilha” da documentação levou alguns historiadores a considerarem as fugas apenas como resultado de perdas e prejuízos econômicos para os senhores. Nessa perspectiva, a fuga era vista como uma ação-reação aos maus tratos e imposições senhoriais. Ao estudar as fugas e a formação de quilombos urbanos e suburbanos na cidade do Rio de Janeiro do XIX, Flavio Gomes afirma que o ambiente urbano e suas misturas raciais podiam esconder ou confundir escravos fugidos com pessoas de condição livre. A concepção de uma cidade labirinto, no dizer do autor, “provocava “temores, arrefecia ânimos, e produzia termômetros.”<sup>99</sup>

Em alguns casos, as fugas poderiam revelar estratégias, objetivos e perspectivas de alcance variadas, mas seus contornos e resultados dependeriam mais das solidariedades, dos destinos e regiões a seguir do que da repressão e do controle policial a que estavam sujeitos. A sensação de que os cativos de Teresina estavam cientes das transformações políticas em torno do fim da escravidão foi dada em 1884, quando boatos foram espalhados, no Piauí, de que a Província do Ceará havia declarado de condição livre todos os escravos que lá residiam. Temerosos de fugas coletivas de escravos do Piauí para o Ceará, o presidente da Província, o Dr. Emídio Adolfo Vitória da Costa apresentou em seu relatório uma queixa conjunta dos “cidadãos de Teresina” a cerca do expressivo percentual de “escravos fugidos desta cidade com destino à Província do Ceará.” Como resposta, criou-se uma força policial encarregada de

---

<sup>99</sup> GOMES, Flávio dos Santos, SOARES, Carlos. E. e FARIAS, Juliana B. *No Labirinto das Nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.p.85.

capturar os cativos fugidos. Entretanto, além do seu resultado fracassado, outras fugas se sucederam na capital, “logrando sempre os fugitivos, porém - se (sic) fora do alcance das autoridades desta província.”<sup>100</sup> No ano de 1884, muitos escravos de Teresina tinham em mente que a liberdade tinha nome: a Província do Ceará.

Diante desse quadro de fugas, vendas, indisciplina escrava e mistura racial, outros escravos seguiriam caminhos distintos, no qual o cotidiano da cidade, ora se apresentava como um abrandamento da escravidão, ora como de pequenas conquistas e autonomia, ainda que nem sempre relacionada à liberdade, porém significativas para aqueles que viviam sob o jugo da escravidão.

## 2.4 CATIVOS E LIBERTOS: TRABALHO E COTIDIANO

Muitos desses cativos e libertos, ao se instalarem em Teresina, desenvolviam pequenas atividades produtivas, tais como as de barbeiros, carregadores de água (aguadeiros), ambulantes, além de trabalharem na limpeza e construção de calçadas, ruas, praças e prédios públicos da cidade. Já as libertas e cativas mantinham nos limites do público e do privado ocupações que iam desde aquelas ligadas ao trabalho do lar, como as de domésticas, engomadeiras, lavadeiras e mucamas, até aos serviços de caráter autônomo, como tabuleiras, quituteiras, quitandeiras e prostitutas.<sup>101</sup> É nesse contexto urbano, típico da dominação senhorial e caracterizado pela atividade ao ganho, que escravos e escravas dariam significados às suas vidas e ações.

Muitas mulheres, escravas e pobres livres, tinham suas vidas divididas entre o convívio da rua e os afazeres da casa.<sup>102</sup> Aquelas que lavavam as roupas dos patrões

<sup>100</sup> APEPI. Poder Executivo. Falas, Mensagens e Relatórios do Executivo Provincial e Estadual. 1883-1886. Envelopes 66 a 76. Caixa. 06. *Relatório apresentado em 7 de junho de 1884 pelo Exm. Sr. Presidente da Província do Piauí Dr. Emídio Adolfo Victorio da Costa.*

<sup>101</sup> Dentre as obras mais significativas acerca do assunto e que serviram de fundamentação para o presente trabalho ver, GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: criadas e seus padrões no Rio de Janeiro, 1860-1910.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992. ALGRANTI, Leila Mezan, “Família e vida doméstica”, in Fernando Novais e Laura de Mello Souza (orgs.), *História da vida privada no Brasil* vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 143-150; ENGEL, Magali. *Meretrizes e doutores: o saber médico e a prostituição na Cidade do Rio de Janeiro, 1850-1890,* São Paulo, Brasiliense, 1990. Sobre a passagem do trabalho escravo para o livre no espaço doméstico dos sobrados senhoriais da cidade do Recife do século XIX ver, CARVALHO, Marcus Joaquim. M. de. “De Portas Adentro e de Portas Afora: Trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850”. *Afro - Ásia*, 29/30 (2003), 41-78. Com relação ao trabalho escravo na cidade de Salvador da Bahia, REIS, João José. “De olho no canto: Trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição”. *Afro - Ásia*, 24 (2000), 199-242.

<sup>102</sup> Para um sugestivo trabalho nessa perspectiva ver, CARVALHO, Marcus Joaquim. M. de. *Op. cit.*

nos rios Parnaíba e Poti, além da companhia de outras mulheres, tinham a oportunidade de trocar experiências de vidas e quando escravas socializar opiniões acerca do cativo ou, até mesmo, conseguir um parceiro durante o horário de trabalho. Era comum nesses locais, ocorrerem brigas, desentendimentos, usos de bebidas alcoólicas e mortes por afogamentos; fatos estes que reforçavam a retórica dos mais abonados da cidade de que o mundo da rua era freqüentado por pessoas dadas aos crimes, aos vícios e a todos os tipos de “incivilidade.”<sup>103</sup>

Apesar de poderem circular com certa liberdade pela cidade e de trocar experiências de sociabilidades com aqueles que faziam parte da mesma comunidade, o espaço da rua também não deixava de ser perigoso para essas mulheres. O temor de serem roubadas, quando se dirigiam para a beira dos rios, para lavarem as roupas dos seus patrões, era constante. Isso porque o sentimento de vítima rapidamente se transformava, para as autoridades policiais, em principal acusada pelo delito, devido aos estreitos laços com os desordeiros que atuavam na região.

Em 1872, ao se dirigir para a casa de seu patrão, uma das muitas engomadeiras da cidade foi surpreendida por um “gatuno” que levou “algumas oitavas de ouro, dinheiro, roupas de diversos, já pronta, para ser entregue; um requeijão, manteiga e doce”. Os gritos por ajuda rapidamente chamaram a atenção das patrulhas urbanas que encontraram os produtos na casa de outra mulher, Domingas, que morava nas proximidades do rio Parnaíba. Para as praças, a engomadeira tinha alguma relação com o caso, podendo inclusive ter disponibilizado informações ao criminoso dos pertences a que carregava.

A conquista da liberdade significava um novo momento para a vida de muitas dessas mulheres recém-saídas da Escravidão. O aluguel de um espaço próprio ou até mesmo de pequenas casas de cômodo – alguns cômodos de seus ex-senhores, onde um dia passaram uma grande parte de suas vidas como cativas – era o começo que precisavam para alcançarem, através da criatividade, melhores dias. Ao conquistarem a liberdade, a prostituição aparecia quase sempre como o único caminho a trilhar. A prostituição em Teresina tinha no fim da rua Bela sua maior concentração. Gritos e vozerias eram comuns naquelas noites de grande movimento, segundo denúncias dos periódicos da capital.

---

<sup>103</sup> Ver mais detalhes em, ARAUJO, Mafalda Baldoíno. “Na trama urbana, personagens, experiências e imagens (Teresina, 1877-1910)”. IN. EUGÊNIO, João Kennedy (org.). *História de vário feitio e circunstância*. Teresina: Dom Barreto, 2001. pp. 234-252; QUEIROZ, Teresinha, *op. cit.*



Com a reputação de “grulhentas mulheres de má vida”, por provocarem distúrbios e brigas com os vizinhos, as chances de serem enganadas por homens mal intencionados era bastante remota. A própria polícia sofria diante das atitudes das mulheres desordeiras, “chegando ao ponto de insultarem positivamente até os soldados que passam em serviço.”<sup>104</sup> Havia ainda a suspeita, por parte dos vizinhos da rua Bela, de que os próprios soldados tivessem, às escondidas, algum envolvimento amoroso com tais mulheres, o que poderia ser verdade, pois envolvimento como esses eram freqüentes, principalmente com quitadeiras e quituteiras, que negociavam nos arredores do Mercado da Capital.



**Ilustração 3:** Mercado Público de Teresina. Arquivo Público do Piauí. Foto do início do século XX (autor desconhecido).

Por suas atitudes de enfrentamento e de intimidação frente aos vizinhos e à própria polícia, muitas dessas mulheres, escravas e pobres livres, eram tidas como “loucas”. Foi o que aconteceu com a escrava Maria da Conceição, de propriedade de Joana Pereira de Brito, que, a “pretexto de ser louca”, foi amordaçada pelos soldados que lhe deram “muitas bordoadas” quando a conduziam “violentamente para a Cadeia,

---

<sup>104</sup> A Imprensa, 12 de abril de 1872.

que aqui faz às vezes de hospício”. Maria da Conceição foi colocada no “quarto escuro”, para onde eram enviados os detentos mais perigosos da capital e, segundo o mesmo periódico, dias depois, em consequência das constantes pauladas, sofreu um aborto na Cadeia.<sup>105</sup>

Se o cotidiano da cidade dependia dessas mulheres, no espaço da casa, a questão não era diferente.<sup>106</sup> Responsáveis pelas compras de pequenos gêneros alimentares, pela limpeza da casa, pela lavagem das roupas dos patrões e pelo cuidado com as filhas da casa, as funções de cozinheiras, mucamas, lavadeiras e costureiras estavam entre as principais atividades reservadas a essas mulheres dos lares alheios.<sup>107</sup> Atento a isso, o literato Abdias Neves narra, a partir do seu romance anticlerical *Um Manicaca* - obra ambientada nos primeiros anos após a Abolição e primeiros da República Velha - o cotidiano da casa do Coronel Antônio Machado, a poucas horas do casamento de sua filha, Mundoca, com o bacharel em Direito, Dr. Praxedes:

Às três horas da tarde, ninguém se entende mais no palacete do coronel Antônio Machado. Bramia um zunzum ensurdecador de negras que passavam correndo de um lado para outro, muito enfeitadas, vestidas de roupas roçagantes. Corria em toda parte lufalufa ruidosa de uma casa que se veste alvissareira para um fato precursor de festas. Ninguém se entendia, na multidão de criadas que entravam e saíam, conduzindo bandejas de flores, preparando candeeiros, conduzindo móveis tomados por empréstimos à vizinhança. A *ama* de Mundoca e velhas escravas estavam todas a postos, passando de um quarto para outro, dando encontrões nas cadeiras, falando alto, muito alegres, furiosas porque a corneta ainda não “tocara chamada de música” no quartel. Por que semelhante demora? E varriam o ladrilho vermelho, já antigo, erguendo uma nuvem de poeira insuportável.<sup>108</sup>

<sup>105</sup> APEPI. Secretária de Segurança. 1874. Caixa. 645. A informação desse caso encontra-se no fragmento do jornal *Oitenta e nove*, dentro da respectiva caixa. Ver também os inquéritos policiais do período em: APEPI. Secretaria de Polícia. 1870-71-1878-1923.

<sup>106</sup> Cf. GRAHAM, Sandra L, *op. cit.*

<sup>107</sup> Um estudo acerca das mulheres de Teresina diante das mudanças sociais da Primeira República encontra-se em CASTELO BRANCO, Pedro Vilarinho. *Mulheres plurais: A condição feminina em Teresina na Primeira República*. Teresina: FCMC, 1996. Ver também, FILHO, Alcebíades Costa. *A mulher escrava no Piauí*. Teresina-Pi: UFPI, Departamento de História, Monografia, 1988, mimeo. Para um estudo comparativo com outras cidades do Norte imperial ver, para o Recife, CARVALHO, Marcus Joaquim. M. de, *op. cit.*; e para a cidade de Salvador do século XIX, SOARES, Cecília Moreira. *A mulher negra na Bahia no século XIX*. Salvador: UFBA, 1994. Dissertação de Mestrado. Nessa obra a autora faz um apanhado da presença negra no espaço das ruas e dos lares senhoriais, mostrando assim, as interfaces de um projeto de sobrevivência conduzido sobremaneira por mulheres negras em meio à opressão escrava.

<sup>108</sup> NEVES, Abdias. *Um Manicaca*. Teresina: Corisco, 2000. p. 117. Ver também CASTELO BRANCO, Pedro V. *op. cit.*,

Sempre ao lado dos patrões, as negras que faziam o trabalho doméstico podiam circular livremente pela casa, conquistar o afeto dos patrões e barganhar recompensas. Na urgência dos preparativos para o casamento de Mundoca, sua ama e demais criadas ocupavam um lugar de destaque na organização do evento. Os “vestidos roçagantes,” nos quais as negras mostravam suas silhuetas no vaivém dos corredores da casa, poderiam significar a ostentação senhorial, mas também podem ser interpretados como uma conquista das próprias criadas nesses longos anos de serviços prestados à família do patrão.

Para Sandra Graham, ser uma mucama ou ama-de-leite na Corte Imperial trazia benefícios que variavam, desde a concessão de roupas, lenços de sedas até a conquista de liberdade.<sup>109</sup> Foi o que aconteceu em Teresina com a escrava Luzia, de propriedade do Capitão João Magalhães. Luzia era a mucama responsável pelo cuidado diário das duas filhas do capitão. Ao passearem pela cidade, as duas filhas de Magalhães pedem à criada para banharem nas águas do rio Parnaíba. O pedido das duas rapidamente se transforma em sofrimento e agonia, quando sua mucama percebe que as duas filhas do seu senhor estavam se afogando nas águas do Parnaíba. Luzia, ao perceber a angústia das filhas do capitão, rapidamente mergulha no rio e as salva do infortúnio. Ao tomar conhecimento do caso a imprensa de Teresina apresenta Luzia como uma mulher de “coragem” e “heroísmo”, algo que lhe renderia, dias depois, comoção popular e a liberdade como recompensa.<sup>110</sup>

Conhecer a trajetória de vida de mulheres pobres e escravas da Teresina da segunda metade do século XIX, seus locais de trabalho, suas expectativas e experiências de relacionamento frente aos diferentes grupos que compunham a cidade é, perceber as dimensões de suas ações e, ao mesmo tempo, compreender seus limites diante da opressão e dos castigos aos quais eram submetidas. Possibilita, também, entender como homens e mulheres interpretavam o mundo do qual faziam parte, e o que faziam para modificá-lo.<sup>111</sup>

As expectativas e solidariedades que os escravos construía na cidade poderiam extrapolar os próprios limites da classe ou da condição social a que pertenciam, abrindo espaços para acordos e negociações, tanto na vertical como na

---

<sup>109</sup> Cf. GRAHAM, Sandra L. op. cit., p.61.

<sup>110</sup> *A Época*. 14 de janeiro de 1882.

<sup>111</sup> DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990. Ver, principalmente “As mulheres por cima”. pp.107-27.

horizontal, ou seja, estratégias em busca de barganhas com escravos e brancos livres da cidade.

Em abril de 1876, o escravo Manoel, pertencente ao Sr. Major Antonio José de Araújo Bacelar, foi conduzido à Cadeia por reivindicar junto ao seu senhor o direito de adquirir sua carta de alforria. Na oportunidade em que estivera na prisão, Manoel mobilizou o guarda escrevente, Antonio José de Carvalho Mirassol, o administrador da Cadeia, o Alferes Honorato da Silva Araújo e demais detentos, no intuito de endereçarem uma carta ao presidente da Província pedindo sua imediata liberdade.<sup>112</sup>

Como prova de sua verdade, Manoel pediu ao administrador da Casa de Detenção que depositasse nos cofres públicos metade do valor referente à sua carta de alforria. Manoel estava realmente disposto a conquistar sua liberdade, e para isso precisava de alguém que soubesse escrever. Em outro documento, este redigido por Domingos Rodrigues da Costa, o escravo pedia ao escrevente para confirmar suas posses, especificando o lugar onde estava seus bens e quem era no momento seu devido senhor. A carta do escravo Manoel dizia o seguinte:

Eu abaixo assinado cidadão, morador nesta cidade, atesto conforme a verdade que o escravo Manoel, que foi da D. Maria Saraiva de Carvalho, e hoje diz pertencer ao Sr. Major Antonio José de Araújo Bacelar, que o referido escravo, tem digo possui, os bens seguintes: uma roça d'algodão de 70 braças de terreno, uma dieta de 70 também, com mandioca e algodão, um paiol de milho e arroz, 7 cevadas grandes, 8 menores, uma cela nova - 4 quarta de mamona, 10 arrobas d'algodão, uma renda de um escravo de nome José, já ter sido seu companheiro. Estes objetos que acima faz menção constam no lugar nominado, Buritizinho, fazenda de mesma D. Maria Saraiva de Carvalho.<sup>113</sup>

Manoel certamente era um roceiro que vivia nos arredores da capital do Piauí, que, com o passar tempo, conseguiu adquirir uma quantidade suficiente de recursos para vislumbrar sua liberdade diante do cativo. Manoel tinha uma visão de mundo bem clara sobre a Escravidão e como livrar-se dela, já que ele não sabia ler e nem escrever. Para alcançar seus objetivos, o escravo tinha primeiro que criar amizades com pessoas alfabetizadas, em segundo lugar, adquirir bens e construir, em meio à instituição escrava, uma rede de sociabilidades de diferentes grupos sociais, fossem de

<sup>112</sup> APEPI. Delegacia de Polícia de Teresina. 1846-1847-48-49-1851/1942. Caixa. 570.

<sup>113</sup> Ibidem. A carta escrita por Domingos Rodrigues da Costa embora esteja no mesmo maço encontra-se separada da escrita pelo guarda Antonio José de Carvalho Mirassol.

cativos, libertos, soldados e brancos livres da cidade. A trajetória, extraordinária, de vida do escravo Manoel, percorrida durante os anos em que passou no cativoiro, foi apenas uma das muitas experiências e conflitos vividos pelos escravos de Teresina. Outros fatores dificultavam fortemente a vida daqueles que viviam sob o cativoiro ou a ele ainda estavam ligados e buscavam, por meio do trabalho, suavizar sua condição de cativo.

A turbulenta vida do escravo Manoel se assemelha a de muitos escravos de Teresina. Antonio Francisco Ribeiro, escravo responsável pelo serviço diário do transporte de cargas d'águas, de pequenos entulhos vegetais ou restos de matérias de construção foi, logo ao amanhecer do dia 30 de setembro de 1873, na rua do Pequizeiro, acusado pelo soldado João de provocar um acidente no manuseio do seu boi de cargas. De acordo com o soldado, a “carnada” (pancada desferida pelo boi através de suas patas traseiras) que sofrera só foi possível devido ao desleixo do escravo Antonio Francisco, “a quem deveria ser mais atento ao puxar sua carroça” pelas ruas de Teresina. Não temos informações sobre o que aconteceu posteriormente com o escravo, entretanto, seu proprietário, Antonio Francisco Ribeiro, levou uma advertência do corpo policial, que o considerava responsável pelas atitudes de seu cativo.<sup>114</sup>

As chances de o escravo Antonio Francisco entrar em confronto com a polícia urbana, novamente, eram uma fácil previsão. Em 1878, por motivo da construção dos taludes ou rampas para a descarga de produtos vindos de navio pelo Rio Parnaíba e, em razão da contenção das enchentes na cidade, o subdelegado de polícia de Teresina, o Senhor Livínio proibiu todos os aguadeiros e lavadeiras da cidade de utilizarem os espaços próximos aos taludes em construção. Sua atitude - considerada ditatorial por não constar em alvará ou carta régia - criou uma espécie de aversão aos serviços do subdelegado de polícia, pois, segundo o noticiário local, feria os direitos da “classe cavalariça.”<sup>115</sup> Afetados com a possível falta do abastecimento de água, pois teriam os aguadeiros de buscá-la em locais mais distantes da cidade, a população que necessitava do serviço resolveu se colocar a favor da “classe cavalariça”, em oposição à polícia e ao subdelegado Livínio.

Ao analisar as mudanças urbanas de Teresina durante a passagem do século XIX para o XX, Teresinha Queiroz destacou que esses trabalhadores eram bastante

---

<sup>114</sup> APEPI. Secretaria de Polícia. Inquéritos Policiais. 1870-1871/1878-1923. Caixa. 35. A denominação rua do pequizeiro se explica pela grande quantidade dessa árvore e seus frutos no local, posteriormente a rua recebeu o nome de Paissandu.

<sup>115</sup> *O Semanário*, 19 de maio de 1878.

expressivos na cidade, “existindo em torno de 100 animais de carga circulando pela cidade e realizando, em média, de 10 e até 15 viagens por dia.”<sup>116</sup>

Na visão dos médicos da época, embora os aguadeiros desempenhassem um papel importante para a população da cidade, sua maneira de coletar as águas dos rios da capital, principalmente o Parnaíba, deixava a desejar. Como recebiam por carga transportada, o valor de um dia de trabalho seria proporcional ao de águas transportadas, nesse caso, para ganharem mais, os aguadeiros retiravam água nas proximidades do porto da barrinha, o que provocava um verdadeiro incômodo às autoridades médicas da capital, pois era ali que as negras, escravas domésticas e livres, lavavam as roupas dos patrões. Um periódico de Teresina apontava ainda o perigo da varíola, visto que as roupas dos doentes do hospital militar eram lavadas a poucos metros do local da coleta de água pelos aguadeiros da cidade.

A lavagem de roupa suja continua a fazer-se poucos metros acima da Barrinha, onde os cangueiros d’água começam a encher as suas ancoretas, de sorte que o povo consome diariamente água com barrela. O que é pior é que entre as roupas sujas há também as do Hospital Militar que fica perto do lavadouro geral.<sup>117</sup>

Aqueles que não exerciam a atividade de carroceiros ou aguadeiros podiam buscar a sorte desempenhando a função de caixeiros ou carregadores de produtos vindos dos navios que ancoravam nas rampas do rio Parnaíba. Trabalhar com os negociantes e comerciantes da capital nem sempre era um bom negócio. As péssimas condições de trabalho, as altas jornadas diárias e as baixas remunerações criavam uma espécie de desconfiança do tipo de trabalhador sujeito a esse tipo de serviço. As sátiras que circulavam pela cidade acerca do perfil desses trabalhadores tinham por objetivo ironizar, não só o trabalhador, mas também os próprios negociantes da cidade. Um noticiário de Teresina assim esboçava o perfil dos empregados urbanos:

Um negociante anunciou que precisava de um caixeiro honrado que se sujeitasse a estar preso durante treze ou quatorze horas no serviço de sua casa. No dia seguinte apresentou-se um pretendente.

– O senhor acha que pode estar preso tanto tempo cada dia.

---

<sup>116</sup> Sobre as mudanças urbanas e as novas feições culturais da Teresina do final do séc. XIX para o início do séc. XX, ver QUEIROZ, Teresinha. op. cit. Em especial capítulo I (Viver na Província. Transformações); e Monsenhor Chaves, op. cit., p. 50.

<sup>117</sup> Gazeta do Comércio, 4 de novembro de 1891.

– Oh! Sem dúvida! Respondeu o pretendente com um sorriso de inefável candura, eu já estive sete anos na cadeia.<sup>118</sup>

O ano de 1878-1879 significou para a cidade de Teresina um crescimento da população e, por conseguinte, uma crise na oferta de empregos e no abastecimento de alimentos na cidade. Grupos de retirantes vitimados pela seca fixaram residência na capital. A precária estrutura da cidade ocasionou a criação de núcleos de socorros aos vitimados pela seca em fazendas privadas. A ajuda imperial era constantemente solicitada, e quando a Corte dava um não como resposta a reação vinha através de crises e conflitos entre a própria elite local. Pequenas atividades urbanas, outrora ocupadas por escravos e homens livres de cor, foram redistribuídas entre os retirantes.<sup>119</sup> O aumento do ócio e da violência entre os “grupos subalternos” da capital começou a ser discutido entre senhores, políticos, comerciantes e eclesiásticos da capital.

A pecuária como principal atividade econômica do século XIX da Província agonizava e com isso o risco de uma crise econômica generalizada assolava a capital.<sup>120</sup> O desenvolvimento da Província através das ferrovias e da navegação a vapor só adquiriria legitimidade quando os interesses dos comerciantes locais não eram ofuscados pela presença comercial do Maranhão, como expusera Evaldo Cabral de Melo, ao perceber, nas determinações do governo imperial em construir uma estrada de ferro ligando Teresina-Caxias, as manobras dos comerciantes do Piauí em se posicionarem contrários ao projeto, pois tal obra os colocaria em situação desfavorável frente ao comércio maranhense.<sup>121</sup>

Em meio a crises e estagnações econômicas a Província do Piauí exigia por parte da população virtudes que pudessem colocar o Piauí no patamar de crescimento econômico das demais províncias do Império. Ao relatar o estado econômico da Província, Francisco Viveiros de Castro apontava na população pobre e escrava e nas elites locais como as principais responsáveis pelo atraso do Piauí. Para ele, a população

---

<sup>118</sup> “Achou?” *O Semanário*, 31 de agosto de 1880. Sobre os retirantes vitimados pela seca de 1877-78, que em Teresina fixaram residência e, com isso, sofreu as agruras do trabalho forçado ver, ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoino. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995. No capítulo seguinte discutiremos as propostas que deram origem ao modelo prisional no Piauí durante o século XIX.

<sup>119</sup> ARAÚJO, Maria Mafalda B. de. *O poder e a seca no Piauí-1877-1879*. Teresina-Pi: EDUFPI, 1991.

<sup>120</sup> QUEIROZ, Teresinha. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 3ed. rev. Teresina: EDUFPI, 2006.

<sup>121</sup> MELLO, Evaldo Cabral. *O Norte Agrário e o Império*. 1871-1889. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. p.205.

pobre e escrava da cidade eram “em geral pouco laboriosa, contentando-se com a facilidade de vida que oferece a exuberância da natureza tropical.”<sup>122</sup> Entretanto, quanto aos mais abastados da sociedade, Francisco Viveiros de Castro, não desafiava na crítica, ao afirmar que lhes faltavam o “espírito empreendedor”. Para Viveiro de Castro, as melhores empresas que estavam no Brasil eram desconhecidas no Piauí, exceto a Companhia de Vapores, “única sociedade anônima aqui existente”. A pecuária, outrora fonte de riqueza do Piauí, se limitava “exclusivamente à criação de gado, quando podia esta província pelas condições peculiares ser no norte do Império o empório do charque.”<sup>123</sup>

Na sua visão, a violência das ruas teria que ser suprimida em nome de um projeto público de preservação da “moral e dos bons costumes” condizente com a sociedade escravagista. Práticas de sociabilidades e experiências de vidas de escravos e libertos traçados no cotidiano da cidade de Teresina assumem formas de crime, não só por causarem distúrbios, vadiagem, embriaguez e violência, mas por se oferecer em desarmonia com o projeto de sociedade que se pretendia implantar na cidade de Teresina.

Os diferentes papéis representados por desses indivíduos, suas trajetórias de vida, bem como suas atitudes diante das autoridades policiais encontram-se registradas, sobremaneira, nos livros de prisão e nos vários inquéritos policiais da cidade, fato este que os coloca como sujeitos atuantes na moldagem da vida urbana de Teresina. Isso porque, através do protesto social ou da posição que ocupavam dentro de suas comunidades, suas experiências de vida os conduziram a uma luta incessante frente ao mundo da escravidão, do patriarcado e do paternalismo.

A dinâmica da sujeição escrava em Teresina operava, portanto, no sentido de torná-los aptos ao mundo do trabalho. Isso significava, por sua vez, forjar nos subordinados atitudes condizentes com o modelo de bom trabalhador para a sociedade escravista, ou seja, indivíduos atentos, produtivos e obedientes, nos afazeres diários da cidade. Esta seria, portanto, a função da polícia no Piauí. E é esta função que veremos no próximo capítulo.

---

<sup>122</sup> APEPI. Poder Executivo. Falas, Mensagens e Relatórios do Presidente da Província. 1887-1890. Envelopes 77 a 86. Caixa. 07. *Fala com que o Exm. Sr. Presidente Francisco Viveiros de castro abriu a 1 sessão da 27 Legislatura da Assembléia Provincial do Piauí, em 2 de junho de 1888.*

<sup>123</sup> *Ibidem.*



### 3 POLÍCIA E APARATO POLICIAL

Estudos recentes sugerem que a organização de um aparato policial no Brasil se tornou notória, como uma política de controle social, somente, a partir da vinda da Família Real. Embora existissem instituições de controle social no Brasil colônia, sua organização em termos militares, estratégicos e repressivos só se daria com a criação da Intendência Geral de Polícia e com a Guarda Real de Polícia, criadas, respectivamente em 1808 e 1809. Símbolo das monarquias absolutistas, a Polícia - como órgão onipresente do Estado - tinha por objetivo fortalecer o poder do Estado e estabelecer entre os indivíduos princípios de ordem pública. Assim, como aventou Thomas Holloway, o surgimento da polícia “foi essencial para a transição gradativa do Brasil de colônia a nação.”<sup>124</sup>

Ilmar Rohloff de Mattos, em estudo acerca da constituição do Estado e da classe senhorial do Império, afirma que a consolidação de um Estado soberano nos trópicos alinhava-se ao postulado pelos intelectuais e políticos europeus. Dessa forma, os fundadores do Império almejavam uma nação ao mesmo tempo “civilizada” e soberana, nos moldes do Velho Mundo. A relação entre civilização e unidade nacional, portanto, daria forma e sentido à organização da Força policial no Império.<sup>125</sup> Ao expressarem padrões de civilidade condizentes com o proposto do outro lado do Atlântico, políticos do império e elites locais construiriam uma retórica da diferença, isto é, uma nítida separação daquilo que significasse o “bárbaro”, com aquilo que consideravam “civilizados.”<sup>126</sup>

Segundo a historiadora Alexandra Kelly Brown - em pesquisas sobre a organização da polícia e da instituição escrava na cidade de Salvador, Bahia – os termos “civilização” e “barbárie” expressaram para os legisladores brasileiros elementos de

---

<sup>124</sup> HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.p.43. Sobre a formação das monarquias nacionais européias, ver ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

<sup>125</sup> MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004. p.139.

<sup>126</sup> O conceito de elite do qual nos apropriamos se ajusta ao proposto por José Murilo de Carvalho em, CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

uma retórica com pretensos objetivos em associar crime e desordem social à noção de raça. Sobre essa relação social no Brasil Império, a autora assim expôs:

Os termos “civilização” e “barbárie” frequentemente repetidos por líderes políticos e outras elites influentes eram conceitos racialmente limitados. Na primeira metade do século, apoio à civilização significava o controle daquilo que as elites viam como uma perigosa e culturalmente estranha população africana.<sup>127</sup>

Ao longo do Brasil Império, a polícia desfrutou de limitações de pessoal, recursos e organização, porém adquiriu poderes de repressão, coerção e controle sobre os diferentes segmentos sociais do Império. Mesmo que seus objetivos, em alguns casos, se equiparassem aos dos escravocratas e autoridades públicas, o surgimento de conflitos entre estes e a polícia ocorriam em larga medida por todo o Império. Sendo a polícia a responsável direta pelo abrandamento das tensões entre o poder público e o privado, a lógica do Estado Imperial operava no sentido de uma divisão das atividades entre a polícia e a classe dos escravocratas.

Era da alçada do aparato policial manter a ordem, a propriedade privada e a tranqüilidade pública. Para isto, havia a necessidade de controlar escravos, libertos e homens livres, ao passo que os escravocratas nas fronteiras do privado convinhavam controlar suas “propriedades”. Com freqüência, essa função era desenvolvida em conjunto, tanto nas cidades como em áreas cujo contato com quilombolas e assenzalados era freqüente, porém havia a conveniência de que o poder da polícia não prejudicasse e/ou interferisse na política de manutenção dos dependentes.<sup>128</sup>

As discussões parlamentares de 1871 em torno dos destinos do “Elemento Servil”, os ajustes no poder judiciário e nos códigos criminais marcariam drasticamente o caminho a ser trilhado pela força policial.<sup>129</sup> Um aparelho do Estado capaz de procurar criminosos, policiar as cidades e o campo, moralizar as condutas e, por certo, controlar

<sup>127</sup> BROWN, Alexandra Kelly. “*On the Vanguard of Civilization*”: Slavery, the Police, and conflicts between Public e Private power, in Salvador da Bahia, Brazil, 1835-1888. Tese de Doutorado. The University of the Texas at Austin, 1998. p.23[Tradução minha]. Agradeço a João José Reis a indicação desta obra.

<sup>128</sup> Sobre a idéia de público e privado como locais de construção de identidades morais e sociais ver, DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua*. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991. Sobre a repressão aos quilombos ver, GOMES, Flávio dos Santos, *Histórias de Quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.p.114.

<sup>129</sup> Existe uma longa discussão historiográfica referente à temática, para mais esclarecimentos ver, AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987; CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

disciplinarmente o cotidiano da sociedade. Em termos práticos, forjar um poder policial onipresente com atributos suficientes para tornar tudo visível, deixando, porém, a própria polícia invisível.<sup>130</sup>

Assim, o progresso da nação, vislumbrado por políticos e escravocratas do Império, exigia, portanto, uma organização policial capaz de “civilizar” a população e, ao mesmo tempo, ser “civilizada”; mas nem sempre as coisas aconteciam dessa maneira. Nas páginas seguintes tornar-se-á evidente que a política de controle social, alicerçada num forte aparato policial, se mostrou de maneira incerta, com fissuras, conflitos e insucessos provocados tanto pelas “classes inferiores da sociedade” - como enunciaria o chefe de polícia às vésperas da abolição - como pelos próprios membros daquela que seria a corporação policial do Brasil Império.

### 3.1 A POLÍCIA NO PIAUÍ DO SÉCULO XIX.

Os limites financeiros do Piauí durante o século XIX se mostraram continuamente como um empecilho para a organização de uma força pública eficiente na Província. Naquela época, faziam parte do aparato policial apenas a Companhia de Polícia e a Guarda Nacional.<sup>131</sup> A organização desse aparato policial partia *a priori* da mesma concepção de fortalecimento do Império, sustentada pelas autoridades políticas que, por sua vez, visava construir na mente dos diferentes setores que formavam a sociedade uma idéia de “nação” que funcionasse, ao mesmo tempo, como elemento de preservação da ordem instituída e da propriedade privada.<sup>132</sup>

Não é por acaso que as reformas no novo Código Criminal e a sua efetiva vigência no Piauí, a partir de 1833, coincidem com a criação da primeira organização policial na Província. De acordo com o decreto, a polícia seria formada por um Estado-Maior (Polícia Militar) e duas Companhias, tendo, de início, um percentual de 309 soldados.

Desde sua criação, em 1834, a polícia, no Piauí, dificilmente desfrutou de uma organização efetiva, isso porque a extensão territorial da Província, os poucos

---

<sup>130</sup> Ver, FOUCAULT, Michel, *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 32 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.p.176.

<sup>131</sup> APEPI. Poder Executivo. Falas, Mensagens e Relatórios do Presidente da Província. 1867-1872. Envelopes 33 a 42. Caixa. 03. ELLIS, Myrian [et. ali.]. *O Brasil Monárquico: declínio e queda do Império*. V4. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. p. 274.

<sup>132</sup> MATTOS. Ilmar H, op. cit., p.142.

recursos financeiros, as interferências das elites locais e as questões envolvendo a transferência da capital de Oeiras para Teresina, em 1852, dificultaram sobremaneira a criação de uma estrutura prisional e administrativa eficiente.<sup>133</sup>

A proposta dos legisladores piauienses certificava aos membros da polícia uma postura que os distinguisse, a partir de uma “boa conduta e atitudes moralmente corretas” do conjunto da sociedade. Isto significava, em última instância, que ao delegarem à polícia estratégias de repressão a certas práticas urbanas, usualmente, classificadas nas estatísticas como crimes (embriaguez, vadiagem, ajuntamentos ilícitos, roubos, furtos, insubordinação e conspiração) e outros atos considerados “criminosos” haveria, por conseguinte a necessidade das elites locais em manifestar suas preferências sobre o tipo de soldado apropriado à proposta de manutenção da ordem social.

Ao buscar essa excelência policial, principalmente na escolha do tipo de soldado apropriado para ocupar os cargos dentro da hierarquia policial, a disciplina ficaria a cargo do governador provincial, sendo as punições por desordem e insubordinação as mesmas que pesavam sobre o Exército.<sup>134</sup> A dicotomia entre a proposta de uma polícia eficiente, de um lado, e a realidade de uma polícia ineficaz, do outro, ficou expressa na própria organização do primeiro *Regulamento Disciplinar do Corpo Policial*: os deveres das praças se sobrepujavam aos direitos.

A recém-criada corporação policial era regulada por três divisões disciplinares: *Organização e economia*, *Dos crimes e das penas*, e, por último, *Da formação de culpa*.<sup>135</sup> Fatores relacionados aos vencimentos, distribuição dos destacamentos, promoções e formas de inspecionamento da Companhia de Polícia eram atributos da *Organização e economia*. Já no item *Dos crimes e das penas*, se encontrava o código de conduta a ser seguido por todos os membros da corporação. O soldado era aquele que mais sofria com as penalidades, muito embora estas se ajustassem aos variados graus da hierarquia policial.<sup>136</sup> O comportamento rotineiro daqueles que faziam a guarda urbana, bem como seus relacionamentos com os escravos da cidade era constantemente avaliado pela alta hierarquia da corporação e considerado um atributo impróprio aos membros da polícia.

---

<sup>133</sup> Os conflitos entre os presidentes de Província recém-empossados com a elite local são analisados em: BRANDÃO, Tânia Maria Pires. *A elite colonial piauiense: família e poder*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 1995.

<sup>134</sup> APEPI. Poder Legislativo. 1835-1889. 18º Legislação. Registro das sessões Legislativas. Caixa. 104.

<sup>135</sup> FILHO, Celso Pinheiro e PINHEIRO, Lina Celso. *Soldados de Tiradentes: história da Polícia Militar do Piauí*. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.p. 26.

<sup>136</sup> APEPI. Poder Legislativo. 1835-1889. 18º Legislação. Registro das sessões Legislativas. Caixa. 104.

Outra característica marcante do código de conduta policial era sua estreita semelhança em relação ao escrito para controlar a população escrava de Teresina. O primeiro código de postura da capital, escrito em 1852, explicitava a necessidade de controlar “atitudes ofensivas à moral pública” como injúrias, obscenidades e vozerias pelas ruas da cidade, praticado freqüentemente pelos escravos, libertos e pobres livres da cidade. O objetivo era tornar o ambiente da rua o mais seguro possível, para tanto haveria a necessidade de controlar as atitudes, os comportamentos e as formas de lazer de uma parcela da população, tornando-os cada vez mais obedientes aos seus senhores e padrões. Era por isso que, ao ser preso, o escravo ficava com a liberdade condicionada ao pagamento de multa e comparecimento do senhor.

Já o código disciplinar da polícia combatia as injúrias e ameaças feitas pelos soldados aos seus superiores através de uma forte repressão disciplinar interna, com prisões e perda da metade do soldo aos que provocavam, geralmente pelo uso demasiado de bebidas, “distúrbios e vozerias no quartel, assim como pouco asseio no fardamento, armamento e equipamento.”<sup>137</sup> Os soldados culpados por crimes eram punidos internamente pela corporação e remetidos ao Comando Geral da Polícia para serem julgados por meio de um conselho interno, a ser nomeado especificamente para o caso, e escolhido pelo governador provincial.

Estabelecer uma política de ajuste dos próprios membros da corporação policial determinava, portanto, os limites e avanços da polícia no século XIX. Seu êxito e popularidade dependeriam da junção entre eficiência e combate aos desordeiros e da manutenção da hierarquia interna. Em seu projeto de manter a ordem e a moral pública, a força policial promovia uma deliberada sintonia com os ideais de unidade imperial, amplamente divulgado por políticos e escravocratas.<sup>138</sup>

A política descentralizadora do período regencial simbolizou, a partir da criação da Guarda Nacional em agosto de 1831, da institucionalização do Código do Processo Criminal e do Ato adicional de 1832 e 1834, respectivamente, uma deliberada manobra no sentido de manter a ordem social na Corte.<sup>139</sup> Conforme Mattos, o esforço promovido pelos políticos da década de 1830, ao criarem a Guarda Nacional representou a mais transparente simetria entre “unidade do império e unidade da

---

<sup>137</sup> Ibidem, p.30.

<sup>138</sup> BROWN, Alexandra K, op. cit., p.28.

<sup>139</sup> Cf. CARVALHO, José M, op. cit., p. 255.

nação.”<sup>140</sup> Já para José Murilo de Carvalho, a década de 1830 significou, portanto, a tentativa de estabelecer a ordem e o apaziguamento das divergências políticas entre os diferentes segmentos do império, muito embora, como frisa o autor, a Regência tenha falhado: “a ordem fora constantemente quebrada, [...], e o regente eleito tinha-se revelado incapaz de arbitrar as divergências dos grupos dominantes.”<sup>141</sup>

As manobras políticas que ocasionaram os princípios fundadores da Guarda Nacional tendiam a resguardá-la de experiências que a distinguissem, tanto das “ordenanças”, quanto das milícias paramilitares, ambas do período colonial. Para diferenciá-la das demais instituições de controle social, era preciso sustentar dentro da corporação uma espécie de “democracia interna.”<sup>142</sup> O propósito dos oficiais da corporação, nesse momento, era de reduzir ao máximo a influência das elites locais na seleção e escolha dos comandantes da Guarda Nacional.<sup>143</sup> De fato, a política de manutenção dos cargos de comando da Guarda – usualmente praticada por políticos locais que impetravam leis e decretos junto à Assembléia exigindo a garantia legal de patentes – representou a continuação de um modelo de dominação local nas mãos de poucos grupos familiares da Província.<sup>144</sup> A permanência de determinados grupos sociais de elite na estrutura hierárquica da Guarda Nacional tornou patente o modelo de força policial empregada nos diferentes locais do Império.

Certamente, alguns dos fatores que tornaram a Guarda Nacional uma força policial limitada, muito embora necessária na repressão ao crime, se explicam pelo jogo de interesses locais e, por conseguinte, externos aos anseios da corporação. Fato este bastante observado por Holloway no Rio de Janeiro Imperial, cujo estudo acerca da constituição da polícia foi minuciosamente analisado e que serve de parâmetro para a nossa compreensão do papel da polícia no Piauí.<sup>145</sup> Mesmo sendo os interesses externos importantes para uma análise minuciosa do papel da Guarda Nacional no Piauí,

<sup>140</sup>Cf. MATTOS, Ilmar. R, op. cit., p.226.

<sup>141</sup>CARVALHO, José M, op. cit., p. 255.

<sup>142</sup>HOLLOWAY, Thomas, op. cit., p.90.

<sup>143</sup>As questões que cercavam a formação da Guarda Nacional, seus diferentes propósitos e fracassos na organização militar do Brasil encontram-se melhor detalhado em, FLORY, Thomas. *Judge and Jury in Imperial Brazil: Social Control and Political Stability in the New State*. Austin: University of Texas Press, 1981; e CARVALHO, José M. de, op. cit., p. 175.

<sup>144</sup>Sobre a constituição das famílias e das tramas sociais de poder que as ligava aos setores políticos da província do Piauí colônia, ver BRANDÃO, Tânia Maria Pires. *A elite colonial piauiense*; FILHO, C. P. e PINHEIRO L. C, op. cit., p. 46.

<sup>145</sup> HOLLOWAY. Thomas, op. cit., p.256. Muito embora algumas das reflexões de Holloway se apliquem necessariamente ao corpo policial da cidade do Rio de Janeiro - primeiro pela própria característica de sede administrativa de império e segundo pelo seu elevado percentual de escravos - certas conclusões acerca da polícia do Rio servem como ponto de partida para nosso trabalho. Ver também, KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

questões internas e atreladas às insubordinações dos soldados, à configuração racial das forças policiais, aos recrutamentos forçados, bem como às baixas remunerações manifestaram indícios de uma inoperância policial que, em grande medida, simbolizavam, desse modo, fatores preponderantes e responsáveis pela ineficiência da política de controle social na Província do Piauí.

Em 1867, o presidente da Província, Dr. Adelino Antonio de Luna, afirmava aos membros da Assembléia que o lastimável “estado anormal” em que se encontrava o comércio não se explicava apenas pela “saída de uma parte da população para a guerra [do Paraguai]”, mas, da mesma forma, pelo “recrutamento rigoroso que se conserva aberto para o exército e armada, e da designação de guardas nacionais chamados às armas.”<sup>146</sup>

De acordo com os dados apresentados pelo Dr. Adelino Antonio de Luna Freire, em 1867, a Guarda Nacional era composta de 13 comandos superiores com 32 batalhões de infantaria, seis esquadrões e 230 companhias com 31.803 soldados, dos quais 3.665 encontravam-se na reserva, e 28.138, em atividade. Já a Companhia de Polícia, apresentava uma força composta por apenas 73 praças, dois alferes e um comandante e tenente. Os 73 soldados da Companhia eram responsáveis pelo patrulhamento de sete cidades, sendo Teresina (14) e Príncipe Imperial (21) os termos com o maior contingente de patrulheiros, na época. A razão de um número mais elevado de soldados em Príncipe Imperial, termo limítrofe entre o Piauí e o Ceará, se explica pelos constantes distúrbios naquela região, considerada um reduto da desordem.

Em síntese, o papel desenvolvido pela força policial no Piauí, principalmente o da Guarda Nacional, durante os momentos de crise da ordem escravista ou em situações de Guerra, como a do Paraguai, mostrou, portanto, que as determinadas “circunstancias imperiosas de absoluta e extrema necessidade” na qual o Ministério da Justiça manifestava atenção para com a província da Piauí moviam-se em particular sintonia com fatores “extraordinários e de perigo da ordem pública”.<sup>147</sup> A compreensão da importância da Guarda Nacional, no Piauí, assim como da Companhia de Polícia na estruturação de uma política de controle social, preservação da ordem escravista e dos “bons costumes” da sociedade tornar-se-á mais nítido quando relacionarmos a composição dessas duas corporações e seus objetivos com aqueles

---

<sup>146</sup> APEPI – Poder Executivo. Falas, Mensagens e Relatórios do Presidente d Província. 1867-1872. Envelopes 33 a 42. Caixa. 03.

<sup>147</sup> APEPI. Fundo palácio do Governo. Ministério da Justiça. 1845-1969. Caixa sem numeração

vistos e percebidos pela elite de Teresina. O que teremos nesse exercício é, portanto, a textura histórica de uma polícia inoperante, porém necessária em uma província distante da Corte, mas com os mesmos propósitos ideológicos em alcançar e conservar a ordem social.

### 3.2 A CONCEPÇÃO DE POLÍCIA EM MANOEL ESPÍNOLA JÚNIOR & MANOEL DO REGO

Um abolicionista convicto. Era assim que Manoel Espínola Júnior, natural da Bahia, formado em Direito pela Escola do Recife e Chefe de polícia do Piauí, em 1870, se definia frente às vicissitudes políticas do Brasil Império. Durante sua vida política acumulou inúmeros cargos, como os de Juiz Municipal e de Órfãos em Rio Preto e Cantagalo, Juiz de Direito de Macapá, Conselheiro e Ministro do Tribunal Federal, em 1906, em pleno período republicano. Entretanto, sua maior contribuição deu-se durante o Império quando ocupou os cargos de chefe de polícia das províncias de Sergipe (1872/74), Bahia (1874/75), Rio de Janeiro (1886) e da Corte, até 1889.<sup>148</sup>

Sua primeira experiência política no cargo de chefe de polícia aconteceu no Piauí, a convite do seu sucessor Manoel do Rego Barros de Sousa Leão. Espínola Júnior partia da idéia de que dentro da estrutura corporativa da força policial não devia existir membros das elites econômicas locais. Considerava ele que a prática do crime só seria efetivamente controlada quando o Piauí dispusesse de um aparato policial numeroso e estrategicamente dividido por todos os municípios da província. Assim, em sua concepção, a Companhia de Polícia seria uma espécie de protetora das fronteiras da Província, já a Guarda Nacional ficaria responsável pela repressão e controle de eventuais desordens na capital.

Em 1870, Espínola Júnior modifica sua proposta inicial e, em ofício encaminhado à Assembléia, determina como função da Guarda Nacional não só o “serviço de guarnição d’esta capital, mas ainda pelo serviço de polícia de muitos municípios”, ao passo que, a Companhia de Polícia desempenharia o serviço de repressão ao crime “tanto na capital, onde também auxiliava o serviço da guarnição, como em outros pontos da província”. Nessa época, a Guarda Nacional já era dividida

---

<sup>148</sup> BASTOS, Cláudio Albuquerque. *Dicionário Histórico e Geográfico do estado do Piauí*. Teresina, FCMC, 2004.p.203.



em 14 comandos superiores, diferentes dos 13 comandos de 1867, porém com um percentual de praças em torno de 177 soldados.<sup>149</sup>

A carência de um aparato policial fixo no Piauí, e o constante recrutamento de soldados da Guarda Nacional e de piauienses livres e escravos, para participarem na Guerra do Paraguai, privaram a província de uma polícia permanente, daí os constantes ajustes de funções dentro da organização policial. Atento a isto, Manoel Espínola Júnior, acreditava que ao término da guerra do Paraguai poderia se “estacionar n’esta província algum dos batalhões da força de primeira linha, ou criar-se aqui um corpo provisório de guarnição, [assim] há de a Guarda Nacional ser dispensada de todo o serviço que sobre ela pesa há bastante tempo”.

Na segunda metade da década de 1860, as pretensões de Espínola Júnior eram, portanto, de adaptar a Guarda Nacional às mesmas características de policiamento da Corte imperial. Dessa forma, seu argumento, quando o expusera aos deputados do Piauí, era no sentido de sensibilizá-los sobre a necessidade do aumento do número de oficiais e de soldados na organização da força policial, visto que a Guarda Nacional ficaria responsável, após a reformulação, somente pelo controle e repressão do crime na capital.

O serviço de controle e repressão policial nos diferentes municípios da Província seria de jurisdição da Companhia da Polícia, que, de acordo com o Espínola Júnior, era “insuficiente para fazê-lo pelo seu pequeno número de praças”.<sup>150</sup> Ao final, Espínola Júnior, afirmava que para melhorar o corpo policial na província não era necessário apenas aumentar o contingente de soldados, mas, contudo, possuir oficiais e soldados moralmente ajustados aos objetivos da nova polícia da Província. Para tanto, Espínola Júnior acreditava que tais indivíduos deveriam possuir certas vantagens, condizentes, portanto com as funções que ocupariam dentro da corporação:

Considerando, entretanto, que só por meio de certas vantagens se poderá completar esta força e obter pessoal idôneo, com a moralidade e zelo indispensável ao serviço, proponho não só que se aumentem os seus vencimentos, mas ainda que se estabeleça a gratificação devida as praças que voluntariamente se alistarem por certo tempo, como dispõe a Reg. n.19 de 28 de abril de 1852.

---

<sup>149</sup> Ibidem. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Piauí no dia 1 de julho de 1870 pelo 1 Vice - Presidente da Província, o Sr. Dr. Manoel Espínola Júnior.*

<sup>150</sup> Ibidem, Sobre a criação da Guarda Nacional e seu papel na política de controle dos dependentes no Rio de Janeiro imperial, ver HOLLOWAY, Thomas, op. cit., p. 88.

Manoel Espínola Júnior acreditava ainda que suas reformas na estruturação e organização policial, em longo prazo, seriam benéficas para a repressão ao crime no Piauí. Entretanto ao término de seu mandato Espínola Júnior admitira o seu fracasso, pois “as recomendações que fiz e dos esforços que empreguei para a repressão dos delitos pouco consegui n’este ramo do serviço público”. Por outro lado, afirmava ao seu sucessor, o Dr. Manoel do Rego Barroso de Souza Leão, que o combate ao crime e a toda a forma de desordem pública deveria partir de uma ação conjunta entre os distintos segmentos da sociedade. Assim Espínola Júnior deixava como recomendação ao administrador recém-empossado as seguintes advertências:

A negligência das autoridades locais e muita vez a proteção que elas prestam aos criminosos por motivos particulares ou políticos, são por ventura as principais causas da impunidade que acoroçoa e desenvolve o crime.

Assim, que nomear delegados militares estranhos as feições e ódios das localidades para diferentes pontos da província, como sejam União, Barras, Independência, Jaícos e outros, me parece medida de primeira necessidade para a eficaz perseguição dos criminosos e consequentemente de grande importância para a segurança individual.<sup>151</sup>

Os clamores do bacharel Manoel Espínola Júnior foram aceitos pelo novo presidente, que, em resposta, lhe cedeu o cargo de Chefe de Polícia de Teresina. Os serviços prestados por Espínola Júnior em organizar a força policial lhe renderam muitos problemas de saúde. Em consequência disso, sua posse para o cargo foi postergada, a pedido dele próprio, por meio de uma “licença de três meses para tratamento de sua saúde”. Umbelino Moreira de Oliveira Lima assumiu interinamente o cargo na chefatura de polícia.

Manoel do Rego Barros de Sousa Leão administrou a Província do Piauí, entre os anos de 1870 e 1872. Nascido em Pernambuco no ano de 1840, onde se tornou bacharel em Direito. Logo suas conquistas políticas lhe valeram diversos títulos e condecorações como as de fidalgo cavaleiro da Casa Imperial, cavaleiro da Ordem da

---

<sup>151</sup> *Ibidem. Relatório com que o Vice-Presidente da Província, o Sr. Dr. Manoel Espínola Júnior passou a administração ao Exm. Sr. Dr. Manoel do Rego Barroso Souza Leão, em 25 de dezembro de 1870.*

Rosa e da Ordem do Santo Sepulcro, de Jerusalém. Exerceu ainda as funções de Deputado e Presidente das Províncias do Piauí e Santa Catarina.<sup>152</sup>

Na sua trajetória política no Piauí, propôs uma reorganização da polícia nos moldes do seu antecessor, Espínola Júnior, em quem admirava, não só a figura pública, como também o magistrado. Segundo um periódico da Capital, Manoel do Rego acumulou inúmeros inimigos durante sua administração provincial. Acusado de promover “escândalos e imoralidades, removendo professores públicos, cassando patentes da Guarda Nacional, recrutando homens casados, e praticando outras muitas tropelias próprias de um homem completamente perdido no conceito público”<sup>153</sup>. Pelo que se percebe, Manoel do Rego tentou fazer uma administração de radical confronto com o poder local e foi durante a organização da polícia que esses conflitos se tornariam mais visíveis.

As dificuldades encontradas por Manoel do Rego em organizar a força policial não diferiram muito daquelas enfrentadas por Espínola Júnior. Enquanto este buscava uma polícia forte, por meio de pesados recursos financeiros, que propiciassem a construção de cadeias, quartéis e um soldo mais atraente aos soldados da corporação (daí seus constantes apelos junto aos deputados), aquele propunha, por sua vez, limpar a Guarda Nacional de excessos de nomeações, na sua concepção, irregulares, o que abarrotava a corporação de altos postos ocupadas por membros da elite local.

Sua política visava dispor a Guarda Nacional de sua “devida consideração” na repressão ao crime e na preservação da ordem. Com isso, Manoel do Rego achava que poderia resgatar perante a população, tão “descrente da lei e da força policial”, uma noção de polícia que servisse não só para legitimar o poder dos dominantes, mas que funcionasse como mediadora de conflitos. Ou seja, uma polícia que negociasse com os diferentes setores que constituíam a província do Piauí durante o século XIX.

A denúncia do governo provincial de supostos privilégios na nomeação de cargos dentro no interior da Guarda Nacional, talvez fosse uma prática usual de outros presidentes, que, ao tentarem fazer uma boa administração, teriam que se mostrar às elites locais como uma autoridade amigável, por meio do favorecimento de cargos públicos.

---

<sup>152</sup> BLAKE, Augusto Vitório Alves Sacramento. *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro*. Vol. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. p.186. Ver também, BASTOS, Cláudio de Albuquerque. *Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí*. FCMC. Teresina-PI, 2004.

<sup>153</sup> *A Imprensa*. 29 de fevereiro de 1872.

Conforme Manoel do Rego, a Guarda Nacional, no Piauí, possuía oficiais privados de seus postos por uma simples portaria, “sem uma razão justificativa, e outros nomeados em seus lugares, com manifesta infração da lei, uns por não estarem qualificados, outros por falta de renda legal”.<sup>154</sup> De fato, ao vasculhar os documentos da Secretaria da Polícia, Manoel do Rego toma conhecimento das diversas petições, feitas pelos oficiais da Guarda Nacional, exigindo o direito de serem empossados junto ao corpo policial.

Encontrando entre inúmeros papéis existentes nesta Secretaria, várias petições de muitos oficiais da Guarda Nacional de Picos nomeados em 1869 pelo Vice-Presidente bacharel José Manoel Freitas, que reclamavam contra a portaria de 16 de setembro de 1869, que os havia privado de seus respectivos postos, procurei estudar esta questão com o maior escrúpulo, e, pedindo informações ao comandante superior respectivo, e recorrendo à última qualificação aqui existente daquela freguesia, isto é, a de 1867, verifiquei, que d’entre os 26 oficiais, que reclamavam, havia oito, que não estavam qualificados quando foram nomeados, acrescentando, que cinco deles não tinham prestado juramento no prazo legal, dois não o tinham prestado absolutamente, e um havia prestado, oito que estavam qualificados, quatro dos quais não tinham a renda legal e não prestaram juramento, três não tinham renda legal e prestaram juramento fora do prazo legal e um não tinha renda, mas prestara juramento no prazo legal, três que foram promovidos, dois dos quais não prestaram juramento, e um fora do prazo legal.<sup>155</sup>

Vários desses pedidos foram aceitos, e antigos membros da Guarda Nacional foram reintegrados aos seus antigos postos de comando. A presença desses grupos em postos de comando dentro da organização policial, como bem salientou Espínola Júnior, ocasionava “negligências das autoridades locais”. Na concepção de Espínola Júnior e Manoel do Rego, a presença do poder oligárquico dos proprietários de terras dentro da polícia se traduzia muito além de um senso de impunidade frente ao poder público.<sup>156</sup> Na visão, ainda, desses dois políticos do Império, as diferentes percepções sobre a polícia variavam de acordo com o grau de relacionamento que os acusados/infratores tinham com determinados comandantes de polícia, políticos ou proprietário de terras e de escravos locais.

<sup>154</sup> Ibidem, Relatório lido perante a Assembléia Legislativa da Província do Piauí, no ato de sua instalação no dia 1 de julho de 1871, pelo Presidente da mesma, ao Exm. Sr. Dr. Manoel do Rego Barroso Souza Leão.

<sup>155</sup> Idem,

<sup>156</sup> Cf. BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: familiar e poder*. Teresina: FCMC, 1995.

Em 13 de janeiro de 1872, o vaqueiro Wlademiro Pereira Ferraz, promove uma verdadeira operação de soltura do pai, Eduvirgem, do controle policial. O caso foi assim noticiado por um dos periódicos da capital.

Tendo o delegado de polícia da Vila de Valença, em cumprimento das ordens do governo, mandado recrutar, a escolta, que foi expedido para este fim, prendeu (sic), em 18 do mês último, a um tal EDUVIRGEM, morador na fazenda - Campos - do Coronel Antonio Leôncio, onde é vaqueiro um filho dele Wlademiro Pereira Ferraz, o qual, logo que teve conhecimento do fato, reuniu dez capangas, armou-os de facas e cacetes e foi ao encontro da escolta; e depois de insultar e descompor horrivelmente ao comandante dela, cortou com suas próprias mãos as cordas do preso, picou-as e lançou os pedaços em cima da escolta, acompanhando semelhante ato de palavras arrogantes e provocadoras!<sup>157</sup>

Pertencer ao reduto de um proprietário de terras e de escravos - na maioria possuidora de uma patente militar, como aquele do fazendeiro Antonio Leôncio - significava usufruir de características ou qualidades que, porventura, os diferenciavam dos demais grupos sociais. O alargamento dos vínculos de subordinação senhorial - marca forte do paternalismo no Brasil Império - ocasionava, dessa maneira, uma diferenciação entre os próprios “grupos subalternos”.<sup>158</sup>

Ser livre numa sociedade hierarquizada e escravista como a sociedade imperial era uma conquista que diferenciava os indivíduos da condição de escravo e liberto, entretanto outras qualidades contribuía para realçar essas diferenças sociais. Não possuir bens ou uma “renda legal”, para as elites locais, era um fator negativo diante das preferências do governo provincial, ao selecionar o futuro ocupante de um cargo de prestígio junto à força policial. Simultaneamente, não possuir um grau de bacharelado em direito, uma qualidade racial e uma quantidade apreciável de cativos representava também atributos negativos no interior da hierarquia social.<sup>159</sup>

Wlademiro Pereira Ferraz – provavelmente um homem de cor e ao que tudo indica filho de um ex-escravo do coronel – ao perceber a audácia do chefe de polícia da

<sup>157</sup> *A Pátria*, 13 de janeiro de 1872. Ver também APEPI. *Relatório lido perante a Assembléia Legislativa da Província do Piauí, no ato de sua instalação no dia 1 de julho de 1871, pelo Presidente da mesma, ao Exm. Sr. Dr. Manoel do Rego Barroso Souza Leão.*

<sup>158</sup> Ver SLENES, Robert. “Senhores e subalternos no oeste paulista”. IN. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.) *História da vida privada no Brasil*. vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 233-390.

<sup>159</sup> CARVALHO, José M. de, op. cit., p. 93. Sobre os significados da liberdade, no Brasil império, forjado a partir da idéia de cativo ver, CHALHOUB, Sidney. *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na corte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.p. 95.

Vila de Valença ao aprisionar seu pai, imediatamente se coloca na situação de ofendido, e reúne um grupo de capangas, que, armados com “facas e cacetes”, recuperam Eduvirgem e restabelecem a “ordem local”. A maneira como Wlademiro tratou o delegado de polícia e sua milícia armada foi visto como algo que nem mesmo merecia comentários por parte da sociedade, “para ser compreendido em todas as suas funestas conseqüências, se não for pronta e devidamente punido.”<sup>160</sup>

Acontecimentos como estes, em que a autoridade policial era constantemente questionada, deveriam ser resolvidos de modo a deixar exemplos. O que estava em evidência, portanto era a eficácia de um projeto de controle social no qual a presença da força policial na repressão ao crime deveria ser reconhecida por todos como algo legítimo. Durante o século XIX, no Piauí, o embate entre a força policial e o poder local instituído nos remete a uma arena de disputas cujas relações sociais de dominação, controle e sujeição pessoal estavam mais conectadas às relações de dependências locais do que com a própria presença legal do Estado, no ordenamento e controle da população.<sup>161</sup>

### 3.3 POLÍCIA, PATERNALISMO E ESCRAVIDÃO

Ao analisar a importância do “paternalismo” na sociedade inglesa do século XVIII, E.P. Thompson expõe que, embora seu conceito seja em si limitado e descritivo, ainda assim é um “componente profundamente importante, não só da ideologia, mas da real mediação institucional das relações sociais.”<sup>162</sup> Sidney Chalhoub, ao analisar o paternalismo da sociedade imperial a partir das obras machadianas, destaca que a concepção de paternalismo dos senhores escravocratas do século XIX se definia como uma política de dominação assentada numa lógica de sujeição pessoal dos dependentes - fossem escravos ou livres – na qual a vontade senhorial era vista, em última instância, como inviolável. A produção de laços de solidariedades entre os subalternos tornar-se-ia, desta forma, algo destituído de sentido, já que a mediação social entre os diferentes

---

<sup>160</sup> *A Pátria*, 13 de janeiro de 1872.

<sup>161</sup> BRANDÃO, Tânia M. P. *A elite colonial piauiense*. op. cit., p.292.

<sup>162</sup> THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*, op.cit. p.32.

substratos da sociedade partiria apenas dos “valores ou significados sociais gerais impostos pelos senhores.”<sup>163</sup>

Não estamos a afirmar que cada propriedade senhorial no Piauí imperial funcionasse como um pequeno Estado, com leis, códigos de deferência e laços de subordinação ligados exclusivamente ao senhor<sup>164</sup> e, portanto, arredia ao poder coercitivo da polícia, mas sim a algo mais amplo, em que laços de sujeição entre senhores, escravos e população livre tinham por base uma relação em que as expectativas se estabeleciam por conflitos, negociações e barganhas, dentro da própria lógica da instituição escrava.<sup>165</sup> Assim, corroborando com Chalhoub, subordinação, nessa perspectiva, não significaria necessariamente passividade, daí as diferentes reações dos senhores de escravos diante das atitudes tomadas pelos subalternos nos anos posteriores à lei de 1871, quando estes requeriam sua liberdade.<sup>166</sup> A lógica da subordinação repousava também numa relação de negociação conflituosa por vantagens, mesmo que imediata dentro da Escravidão.<sup>167</sup>

O desfecho do caso de Wlademiro é, mais uma vez, emblemático de como a sociedade imaginava essas relações de subordinação e deferência senhorial. A maneira como o jornal *A Pátria* noticiou o caso - dando ênfase à reputação do influente Coronel Antônio Leôncio na região da Vila de Valença – reduzindo o principal causador dos distúrbios “a um tal EDUVIRGEM”, nos leva a presumir que a atitude de Wlademiro se associava mais ao fato de ser ele o vaqueiro do coronel. Este, ao perceber que a propriedade do Coronel fora invadida por policiais resolveu agir mais para proteger a propriedade, do que para livrar seu pai, que fora preso pelo delegado e sua milícia armada.

Convém ressaltar, ainda, que atitudes como essas, que levou Wlademiro a divergir das atividades da polícia como legítimas ou ilegítimas, já tinha se tornado comum entre os diferentes grupos da sociedade piauiense. No mesmo relatório, Manoel do Rego chamava a atenção dos deputados provinciais para a mudança de

---

<sup>163</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 47.

<sup>164</sup> Sobre essa discussão ver, CASTRO, Hebe Maria Mattos de. “Laços de família e direitos no final da escravidão”, *op.cit.* p. 368. Para uma crítica atual ao argumento de Mattos de que cada fazenda agia como leis e costumes próprios frente aos destinos dos escravos ver, GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Caetana diz não*. História de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.p. 224.

<sup>165</sup> Cito, entre outros, REIS, João José e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito*. A resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>166</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. *op. cit.*, 171

<sup>167</sup> Ver REIS, J. J. e SILVA, Eduardo. *Negociação e conflito*. *op.cit.*

comportamento da sociedade, quando esta se confrontava com a polícia e, principalmente, com a lei e com o direito na resolução dos seus conflitos cotidianos.

O povo já vai felizmente tendo conhecimento de seus direitos e deveres; e, em vez de procurar muitas vezes fazer justiça por suas mãos, recorre à autoridade, na qual quase sempre tem certeza de encontrar um apoio franco e decidido, quando a razão lhe assiste.<sup>168</sup>

Ao mesmo tempo em que, Manoel do Rego Área Leão, defendia uma tomada de “consciência” da população frente à lei e ao direito que lhes resguardavam, bacharéis da cidade de Teresina ressuscitavam o direito positivo, a fim de contestarem - em periódicos da capital – a constante presença de escravos ajuizando ações de liberdade junto ao poder judiciário de Teresina. Em “Questões jurídicas”, título da matéria, os bacharéis da capital tomavam seu posicionamento diante das mudanças do Brasil escravista da seguinte maneira:

1. Que o escravo é entre nós, como por Direito Romano, considerado cousa, e como tal não pode figurar em juízo juntamente com seu curador com a natureza dos atos judiciais.
2. Que ele por isso é equiparado ao interdito, e, por conseguinte incapaz de defender seus direitos, embora mesmo com seu curador (acórdão do tribunal do comércio da Corte de 26 de agosto de 1869).
3. Que o escravo é equiparado ao menor, somente para o fim de ser-lhe nomeado tutor e curador à lide, conforme Lobão.
4. Que se o escravo é equiparado ao interdito, e se o interdito é igualado ao menor – impúbere; por quanto diz Lobão, o interdito é semelhante o público, torna-se evidente que o escravo não precisa ser citado, o sim unicamente o seu curador.<sup>169</sup>

A década de 1870 representou para políticos e escravocratas anos decisivos na política nacional. O que estava em debate era a manutenção da hierarquia social, assentada em base escravista. Nesse contexto, a preservação da propriedade escrava significava, sobremaneira, a conservação da própria ordem política imperial.<sup>170</sup>

<sup>168</sup> Ibidem. Ver, também: APEPI. *Relatório lido perante a Assembléia Legislativa da Província do Piauí, no ato de sua instalação no dia 1 de julho de 1871, pelo Presidente da mesma, ao Exm. Sr. Dr. Manoel do Rego Barroso Souza Leão.*

<sup>169</sup> A *Pátria*, 6 de abril de 1872. Ver também MALHEIRO, Perdigão. *A escravidão no Brasil*. Ensaio histórico, jurídico, social. 3 ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976.

<sup>170</sup> MATTOS. Ilmar H, op. cit., p.240. Ver também, CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis*, op.cit., p. 131.



As pressões internas e externas pelo fim do tráfico intercontinental de africanos exigiam, por parte dos políticos e escravocratas, a criação e a reabertura de outras rotas do lucrativo comércio de escravos.<sup>171</sup> O aumento do contingente de libertos e homens de cor após a Lei de 21 de setembro de 1871 possibilitou a rediscussão acerca do papel dessa mão-de-obra “ociosa” e abundante do Império frente ao mundo do trabalho, que invariavelmente tendia, na visão dos literatos e intelectuais do período, a trilhar o caminho da “desordem e do crime”.

Dar ao ex-escravo o título de cidadão livre significava, por conseguinte, demolir a própria política senhorial, sustentada nos laços de subordinação pessoal. Políticos favoráveis à Lei do Ventre Livre, como assevera Chalhoub, colocavam a população escrava como seres socialmente impossibilitados de sentimentos, de humanidade e cultura.<sup>172</sup> Reconhecidos como um bem da propriedade senhorial, os escravos eram incapazes de serem assistidos pela lei, havendo, pois, a necessidade de um curador a fim de representá-lo junto ao júri.<sup>173</sup>

No momento em que se discutia a extensão da lei entre a população negra, livre e escrava, bem como sua importância na preservação da política dos dependentes, o governador Manoel do Rego indicava aos deputados a necessidade de levar ao conhecimento da população a retórica do direito e da lei.<sup>174</sup> Nesse mesmo relatório

---

<sup>171</sup>Ibidem, p. 241; CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, INL, 1975; CARVALHO, op. cit., p. 291. Ver principalmente o capítulo 2 – A política da abolição: o rei contra os barões. A vida dentro das embarcações negreiras, os contatos comerciais com os africanos e seus intermediários encontra-se detalhado em RODRIGUES, Jaime. *De Costa e Costa: Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

<sup>172</sup>CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis*. p.162. O fato das elites brasileiras não perceberem no escravo, e principalmente naqueles recém chegados da África, características humanas e culturais e como consequência desse desconhecimento a formação de um medo generalizado sobre essa população foi notoriamente pesquisado em, SLENES, Robert. *‘Malungo, N’agona vem!’: África encoberta e descoberta no Brasil*. Luanda: Cadernos Museu Escravatura/Ministério da Cultura, 1995.

<sup>173</sup>Sobre a idéia da “coisificação” do escravo na historiografia brasileira ver, CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.p.209. Para uma crítica ao trabalho de Cardoso, ver CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*, p.38.

<sup>174</sup>Entendo o direito e sua aplicação no Brasil império como uma retórica das classes dominantes. Entretanto, para sua legitimação na sociedade precisaria, em contrapartida, revestir-se de uma dialética consensual e imparcial entre dominadores e dominado. Desta forma, ao mesmo tempo em que escravocratas e políticos reforçavam a importância do direito na manutenção da política dos dependentes havia em contraposição a utilização da própria lei por escravos, libertos e homens de cor como instrumento de disputas, negociações, barganhas e conflitos na própria textura do sistema escravista, daí a constante discussão do direito positivo entre bacharéis. Utilizei, em grande medida, as importantes reflexões de Thompson sobre a lei e o direito em, THOMPSON, E.P. *Senhores e Caçadores: a origem da lei negra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.p. 355. Ver também, LARA, Sílvia H. *Campos de violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

enviado aos deputados da Assembléia, em 1871, Manoel do Rego explicitava suas posições antiescravistas da seguinte maneira:

Hoje que infelizmente um brado unísono ecoa do Norte ao Sul do vasto império do Brasil, proclamando a extirpar num futuro mais ou menos remoto o triste legado, que herdamos do povo de quem fomos colônia, e que tem sido em grande parte a causa de nosso atraso, em relação a outros países da América, que tiveram a felicidade de adotar, pelas circunstancias, em que se achavam o trabalho escravo, não me parece fora de propósito propor-vos um alvitre, a fim de ir extinguindo paulatinamente a escravidão, mostrando que a província do Piauí, a pesar de achar-se fora do contato direto do mundo europeu, nem por isso deixa de abraçar as idéias nobres e grandiosas.<sup>175</sup>

A decisão sustentada por Manoel do Rego em aumentar o contingente da força policial no Piauí foi uma medida eminentemente política e de forte relação com suas posições frente ao fim da Escravidão. Seu apoio financeiro no valor de 15 contos de réis, a fim de estabelecer uma Colônia Agrícola Nacional, lhe asseguraria fazer uso do trabalho dos cativos no desenvolvimento material da província, impedindo assim a venda de escravos para outras províncias. Os libertos que optassem por permanecer nas Fazendas da Nação receberiam salários mensais, além de rações diárias.

As insubordinações, indolências e “corpo mole” no exercício da atividade braçal acarretariam aos libertos uma série de punições, entre as quais o recrutamento forçado para compor a força de linha do aparato policial. De fato, a instalação da Colônia Agrícola no Piauí, com essas características levantadas pela administração provincial, representaria a mais exemplar manifestação de adequar disciplinarmente os recém libertos pela Lei do Ventre Livre de 1871 ao perfil de bom trabalhador na província do Piauí.<sup>176</sup>

Os boatos que chegavam ao Piauí sobre a “Questão do Elemento Servil” nos fornecem uma descrição das incertezas que permeavam a mente dos proprietários de escravos, agricultores e criadores de gado *vacum* acerca do futuro da “nação” frente a uma possível supressão da mão-de-obra escrava, sem o prévio consentimento dos

---

<sup>175</sup> APEPI. Poder Executivo. Falas, Mensagens e Relatórios do Presidente da Província. 1867-1872. Envelopes 33 a 42. Caixa. 03. *Relatório lido perante a Assembléia Legislativa da Província do Piauí, no ato de sua instalação no dia 1 de julho de 1871, pelo Presidente da mesma, ao Exm. Sr. Dr. Manoel do Rego Barroso Souza Leão.*

<sup>176</sup> Sobre as Fazendas da Nação no Piauí e sua relação de dominação escrava ver os seguintes trabalhos, LIMA, Solimar Oliveira, *op. cit.* p.65; BRANDÃO, Tânia Maria Pires, *op. cit.* p.141; MONSELHOR CHAVES, *op. cit.*, p.190; FALCI, Miridan B. K, *op. cit.*, p.165.

principais afetados: a classe senhorial escravista.<sup>177</sup> Mesmo após a aprovação da Lei de 1871, as informações vindas da Corte eram distorcidas e causavam interpretações variadas diante da supressão iminente da Escravidão.

Em 1878, quando os liberais chegam ao poder, o jornal *O Semanário* publicou uma notícia referente a uma suposta “reforma”, dando ênfase a uma possível intenção de extinguir o regime escravista da noite para o dia.

Assuntos do dia – Sob esta rubrica a “Gazeta de Notícias” de 16 de janeiro, o seguinte: A reforma, em artigo editorial ontem publicado contradiz formalmente o boato, que tem ocorrido com alguma insistência nesta Corte e principalmente em algumas províncias, de que esta no programa do governo atual emancipar a elemento servil de um só golpe e por uma só vez.

Como folha política que é, a “Reforma” atribui a manejos de seus adversários a circulação de tal boato. Nós nem que os tivéssemos envolveríamos em questão dessa ordem, desejando conservar sempre a neutralidade que aqui tivemos mantido.

Escrevemos estas linhas para responder a alguns assinantes nossos das províncias que nos tem pedido informações sobre a veracidade de tais dizeres, que com razão os sobressaltam, pois que um golpe dessa ordem seria a ruína da lavoura.

A linguagem do artigo da “Reforma”, órgão do partido que hoje está no poder, é terminante e de ordem a não deixar dúvidas sobre as intenções do governo.

Além disso, antes mesmo da formal declaração, tínhamos razão para julgar sem fundamento o boato, pois que não pequeno número de chefes liberais influentes possuem importantes estabelecimentos agrícolas, cuja vitalidade repousa sobre a existência da escravatura, e seria levar muito longe o amor à liberdade sacrificar a essa idéia não só a fortuna alheia, mas também a própria.<sup>178</sup>

Ao fim da notícia, o periódico pedia para os lavradores serenidade, visto que o próprio João Lins Vieira Cansação de Sinimbu, o marquês de Sinimbu, presidente do Conselho de Ministros, há pouco tempo havia adquirido uma “fazenda com grande número de escravos, o que, de certo modo, não faria se estivesse com a idéia de acabar com a escravatura”.<sup>179</sup> O supressão da instituição escrava não ocorreria naquela data, levaria ainda um decênio, entretanto a inesperada sensação de um possível golpe, pondo

<sup>177</sup> Para a Provincial de São Paulo ver, SLENES, Robert. “Senhores e subalternos no oeste paulista”. IN. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.) *História da vida privada no Brasil*. vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 233-390; Ver também, AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>178</sup> *O Semanário*, 14 de fevereiro de 1878.

<sup>179</sup> Idem,

fim à escravidão deixou muitos proprietários de escravos do Piauí sem aquela tranquilidade de outrora.

No mundo da escravidão, escravocratas e políticos do Império tinham que forjar uma retórica que privilegiasse uma ordem senhorial sem abalar os alicerces da governabilidade do imperador, porém, no presumido golpe, a supressão da escravidão levaria à “ruína da lavoura”, como frisou o jornal da Corte.<sup>180</sup> Contudo, o problema seria bem mais grave, a ruína poderia causar a queda da própria Monarquia, e com ela, a sociedade escravocrata. Nesse contexto, a polícia no Brasil Império mostrava-se publicamente como a representante legal no controle e repressão ao crime e a todo tipo de desordem cotidiana contrária aos princípios de “civilidade” - tendo com um dos principais pressupostos a “suspeição generalizada”.

A intensa comunicação entre os chefes de polícia do Império expressava a inevitável necessidade de promover a eliminação de qualquer ameaça interna contra a ordem pública, mas também para enfrentar possíveis “efeitos sociais do colapso da velha ordem.”<sup>181</sup> Os crimes de escravos, as fugas para quilombos, os suicídios, bem como pequenas atitudes de insubordinação cotidiana de cativos nas cidades e em áreas rurais do império tornava urgente à necessidade de uma polícia coercitiva.<sup>182</sup>

Atento a isto, Espínola Júnior e Manoel do Rego tinham em mente um projeto público de policiamento que buscava sanar esses entraves rumo ao tão desejado progresso da província. Assim, suas idéias de controle social foram percebidas no espaço cotidiano das ruas, praças e largos da cidade de Teresina, mas também nos rituais de argumentação dos deputados, letrados e comerciantes locais, ao enfatizarem uma inclinação dos piauienses às instituições e a uma suposta “índole pacífica do povo piauiense”.

As queixas dos populares da cidade davam conta de uma verdadeira desordem social nas ruas de Teresina, movida amiúde por escravos, libertos e pobres

---

<sup>180</sup>Muitos ex-escravos continuaram a viver nas fazendas após a Abolição, uns através da negociação e barganhas com seus ex-senhores, outros através de parcerias “a eito” com trabalho supervisionado e coletivo, ver CASTRO, Hebe Maria Mattos de. “Laços de família e direitos no final da escravidão”, *op.cit.* p. 368.

<sup>181</sup> HOLLOWAY, *op. cit.*, p.246.

<sup>182</sup> Ver AZEVEDO, Célia Marinho de. *op. cit.*, p.195. De acordo com Azevedo, durante a década de 1870 muitos escravos ao matarem seus senhores ou feitores das fazendas preferiam a pena nas galés a viverem no cativeiro; Sobre o paternalismo senhorial e sua política de manutenção dos dependentes ver, Sidney. *Machado de Assis: historiador.* p.17; Sobre a formação de sociabilidades escravas e preservação de identidades culturais em áreas de senzala e quilombo, ver GOMES, Flávio dos Santos, *op. cit.*, p.248; e SLENES, Robert W. *Na senzala, uma flor: esperança e recordações na formação da família escrava.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999; Sobre os significados da prática do suicídio entre escravos africanos, ver KARASCH, Mary C, *op. cit.*, p.397.

livres.<sup>183</sup> Disciplinar essa população exigia não só conter a prática do crime, mas também moralizá-la através do “civismo” e da “instrução primária”.

Antigas hierarquias sociais de subordinação e deferência teriam que se ajustar aos novos tempos. O paternalismo senhorial deveria exprimir novos significados ou reconstruir, a partir de velhas estruturas de dominação, modelos de sujeição pessoal frente ao mundo do trabalho livre e assalariado.<sup>184</sup> Os destinos da escravidão e as conseqüências da miscigenação do povo brasileiro influenciaram muito além da medida o perfil do dito criminoso, do vadio e do desordeiro no Império. Assim, no Brasil Império, dentre os crimes que mais preocupavam as autoridades policiais estavam aqueles em que a “desordem popular das “ruas” confundia a decência pública, e os seus principais transgressores de acordo com as autoridades policiais eram esmagadoramente os africanos e escravos nascidos no Brasil.

Em Teresina, a truculência policial, ao tentar disciplinar através do castigo e da coerção, tornava evidente que a finalidade da política de controle social não ficaria restrita apenas ao monitoramento dos negros, escravos e libertos, podendo ampliar aos trabalhadores livres, bem como aos bem abonados do Império.<sup>185</sup> O policiamento do cotidiano na capital do Piauí provocava desconfianças e temores, sendo a polícia constantemente criticada por sua conduta, já que os prováveis “garantidores da ordem” eram os primeiros a incitar a desordem.<sup>186</sup> Por agir de forma violenta contra a população negra, escrava e liberta, pobre e livre, os soldados da polícia ganharam a reputação de *janízaros*. Uma alusão aos soldados do império turco que utilizavam da mesma violência para reprimir qualquer tipo de revolta ou sedição interna ou externa contrária ao Império.

<sup>183</sup> NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. V.4. 2ed. Teresina: Artenova, 1975. pp.63-97.

<sup>184</sup> Sobre o mundo do trabalho nas ruas da cidade de Salvador, ver REIS, João José. “De olho no canto: Trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição”. *Afro - Ásia*, 24 (2000), 199-242; Um estudo detalhado sobre a passagem do trabalho escravo para o livre no espaço doméstico dos sobrados senhoriais da cidade do Recife do século XIX encontra-se em, CARVALHO, Marcus Joaquim. M. de. “De Portas Adentro e de Portas Afora: Trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850”. *Afro - Ásia*, 29/30 (2003), 41-78; Com relação ao trabalho doméstico no Rio de Janeiro imperial ver, GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. Sobre o cotidiano dos trabalhadores no Pós - Abolição ver, CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

<sup>185</sup> Ver entre outros, ALGRANTI, Leila M. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro-1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988. CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001; CHALHOUB, S. *Visões da Liberdade*, p.38.

<sup>186</sup> Para a Europa ver, STORCH, Robert. “O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana”. *Revista Brasileira de História, Cultura e Cidades*, ANPUH, marco zero, 1985.

Pelos exemplos acima, percebe-se que o tipo de controle social que a nascente polícia utilizava para reprimir o escravo operava no sentido do adestramento e da intimidação à prática do crime e da desordem, não obstante funcionasse também como regulador de eventuais negligências ou relaxamento daqueles que exerciam alguma atividade urbana, enquadrando, assim, tanto os de origem livre como escrava.<sup>187</sup> Como vimos no capítulo anterior, aos olhos do aparato policial, a miscigenação da população livre e escrava e o elevado número de pardos e pretos, em determinadas circunstâncias impossibilitava a distinção entre escravos e cidadãos livres.<sup>188</sup>

Em síntese, durante a década de 1870, com a aprovação da Lei do Ventre Livre, o debate sobre a supressão da instituição escrava no Piauí reacenderia também os dilemas a serem tomados por escravocratas e políticos da província sobre o que fazer com a mão-de-obra escrava, à beira da liberdade de direito.<sup>189</sup> Certamente, muitas medidas foram tomadas, como aquela de se criar uma escola agrícola para os libertos da Lei, todavia algo mais deveria ser operado.

---

<sup>187</sup> *Oitenta e nove*, 31 de março de 1874.

<sup>188</sup> Cf. CASTRO, Hebe M. M. de. *Das cores do silêncio*. op. cit.,

<sup>189</sup> CHALHOUB, Sidney. *Machado de Assis: historiador*. p. 131.

### 3.4 OS PRIMEIROS PASSOS DA POLÍCIA

Durante a segunda metade do século XIX, o Piauí pouco desfrutou de momentos de prosperidade econômica e social.<sup>190</sup> Ao se reportarem às possíveis causas desses problemas, políticos, comerciantes e elites locais apontavam propostas ou questões sobre as quais muitos não concordavam - como naquela proposta aventada por Manoel do Rego, em junho de 1871, de extinguir a escravidão, paulatinamente, na Província como prova do elevado “estágio de civilidade” alcançado pelos piauienses, mesmo que distante do mundo europeu.

Se o problema da supressão da Escravidão, no Piauí, era algo que merecia mais reflexões, outros fatores, tais como a admitida hipótese da “ignorância das classes inferiores da sociedade”, a preguiça, a inexistência do civismo, dos bons costumes e, principalmente, da “falta de amor ao trabalho” exprimiam, de acordo com as autoridades públicas, as principais causas do atraso econômico.

No decorrer da sua administração provincial, José Manoel de Freitas afirmava, em 1868, que a situação da província só havia mudado “para o atual estado de fragilidade depois de 1845”, quando, segundo ele, “o Piauí ainda mal se erguia ao sol da civilização que lhe despontava”. Traçando um quadro de prosperidade econômica e social, José Manoel de Freitas mostrava um Piauí onde “o povo vivia na abundância; (sic) os meios de vida estavam ao alcance de todos; os cofres públicos não tinham falta de moeda”. Agora, no momento em que a “imprensa esclarecida e o vapor atestam-no, o pobre define, sofre fome, e o rico, que não acha emprego ao seu capital, lastima-se, abate-se...”<sup>191</sup>

Ao percorrer a legislação desde o tempo do Visconde da Parnaíba até a sua administração, José Manoel de Freitas destacava ainda a ausência de investimentos na agricultura, no desenvolvimento das artes, na criação de gado, “fonte principal da riqueza pública da província”, e nos elevados acúmulos de impostos, no seu dizer os

<sup>190</sup> Para uma análise econômica da sociedade, ver QUEIROZ, Teresinha de J. M. *A importância da Borracha de maniçoba na economia do Piauí -1900 - 1920*. Teresina: UFPI/ALP, 1994; FALCI, Miridan Brito Knox. *O Piauí na segunda metade do século XIX*. Teresina: Fundação Cultural do Piauí, 1986.

<sup>191</sup> APEPI. Poder Executivo. Falas, Mensagens e Relatórios do Presidente da Província. 1867-1872. Envelopes 33 a 42. Caixa. 03. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Piauí, no dia 21 de julho de 1868 pelo segundo Vice-Presidente, o Exm. Sr. Dr. José Manoel de Freitas*.

“germens de aniquilamento, de desânimo, e nunca de criação, de estímulos” responsáveis pela decadência da Província. Para ele, a presença da escravidão no Piauí estimulava a “preguiça, e torna[va] enfatuado e orgulhoso muita vez o mais desprezível dos viventes”<sup>192</sup>

Anos depois, em 1873, Gervásio Cícero de Albuquerque Melo declarava que os problemas sociais e econômicos da província deveriam ser resolvidos com paciência, tempo e à custa de se extinguir determinados vícios da sociedade - entre eles o da escravidão. Contudo o combate ao crime e o reforço do poder policial apareciam de maneira enfática em seu pronunciamento.

Não é satisfatória a segurança individual e da propriedade nesta província; e, com pesar declaro, não o será tão cedo, como fora para desejar, porque as causas deste grande mal só poderão ser remediadas com tempo, paciência e perseverança.

Em minha humilde opinião, para se conseguir um feliz resultado a tal respeito será preciso: tirar o povo do estado de ignorância em que se acha educando-o civil, moral e religiosamente; acabar com o pernicioso espírito de proteção ao crime, extinguir o vício da embriaguez; punir o uso de armas defesas, geralmente tolerado; elevar as penas estabelecidas para os crimes contra a segurança da honra; modificar, pela instrução, o pundonor, elevado entre nós a um grão exagerado; incutir no povo o amor ao trabalho, protegendo a indústria e fazendo vigorar a letra morta dos arts. 295 e 296 do Cód. Crim.; dar melhor organização ao júri, em ordem a tornar certa a punição do crime; promover incessantemente a captura dos criminosos, tirando-lhes, assim, a esperança da impunidade; e, finalmente, *dar todo vigor à Polícia*. [grifo meu]<sup>193</sup>

Mesmo admitindo a presença de um “reconhecido amor às instituições” por parte dos piauienses, Gervásio Cícero de Albuquerque não deixava dúvidas sobre a eficácia de uma disciplina social a cargo de uma polícia vigilante. Com o fim de agilizar as ações do aparato policial, em 1877, o alto comando da polícia provincial muda o Quartel da Companhia de Polícia da capital para a Casa da Província, situada nas imediações da Praça Saraiva (*Ver Ilustração I*).

<sup>192</sup>Ibidem. Para um estudo detalhado da importância da burocracia e suas variadas divisões dentro do Estado imperial ver: CARVALHO, José M. de, op. cit., p. 143. “Burocracia, vocação de todos”.

<sup>193</sup> APEPI. Poder Executivo. Falas, Mensagens e Relatórios do Presidente da Província. 1867-1872. Envelopes 43 a 52. Caixa. 04. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Piauí, no dia 18 de julho de 1873 pelo Presidente, Dr. Gervásio Cícero de Albuquerque Melo.*



Segundo comunicado, a transferência visava acomodar “os emigrantes que procuravam esta capital.”<sup>194</sup> Vistos como mendigos, criminosos e arruaceiros, os imigrantes representavam um perigo para a ordem social da cidade. Foi o que aconteceu na noite do dia 12 de abril de 1878, quando a polícia perseguiu um grupo de 24 imigrantes, formados por homens, mulheres e crianças, que supostamente pretendiam assaltar os populares da cidade com facas e espingardas. Na manhã seguinte, o chefe de polícia, Dr. Vicente Candido Ferreira Tourinho interrogou os 24 retirantes e concluiu que a informação não passava de pânico da população cidadina, visto que ao serem verificados, “esses infelizes não tinham plano algum para alterar a ordem”.<sup>195</sup>



**Ilustração 4:** Quartel da Polícia de Teresina. (foto: autor desconhecido)

Provavelmente a presença de planos conspiratórios a objetivar um caos na disciplina social dificilmente fizera parte das reivindicações dos “grupos subalternos” da cidade. Entretanto, os jornais da cidade e a própria elite local se esforçavam em construir esse cotidiano do pânico social.<sup>196</sup> A rua, espaço considerado pelas elites locais como o da desordem e da indisciplina urbana, era vista como um local onde a

<sup>194</sup> *O Semanário*, 29 de setembro de 1877.

<sup>195</sup> *Ibidem*, 13 de abril de 1878.

<sup>196</sup> Sobre o pânico das elites escravocratas de eventuais conspirações negras no Brasil Império ver, entre outros, MACHADO, Maria Helena. *O Plano e pânico – movimentos sociais na década de abolição*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, EDUSP, 1994. p.70.

presença das bebidas, dos roubos, da vadiagem e do crime se manifestava com a frequência necessária para desfazer o ideário de um “povo pacífico”. Ao descrever o perfil de um escravo fugido que perambulava pelas ruas da cidade de Teresina, especificamente na Vila dos Humildes, o jornal *O Semanário* forjava uma descrição destituída de qualquer atitude moralmente aceitável.

Pelas trevas da noite do dia 21 do corrente fugiu desta vila (dos Humildes) o escravo - Luiz – conhecido por Gamela, mulato lutuana (sic), olhos amarelos e desconfiados, figura acatruzada [perturbadora], andar duvidoso e vacilante, barba esqualida, pés foveiros: é metido e ladino, tem maneira de querer ser de família boa. Leva paletó curto, chapeou de palha branca, calça de gazinêta parda. Deixou o Filipe, levando seus efeitos nas costas; é traiçoeiro em todos os seus atos, mas é muito *nervoso*. Quem capturar e entregar nesta vila ao Senhor Silvestre Castelo Branco, em Teresina ao capitão Miguel Borges, em Marvão ao escrivão Horácio, na vila da Independência ao tenente - coronel Coutinho e nos Picos ao padre Miranda Barbosa, será bem recompensado.<sup>197</sup>

Casos de fugas, agressões, roubos e indisciplinas quando aconteciam eram carregadas de fortes exageros. Exemplo disso é a forma como a imprensa se reportava aos casos de desordem urbana. Entretanto, tais fatos colocavam em relevo o papel da polícia na capital e, em alguns casos, os próprios membros da polícia recriavam essa atmosfera da insegurança das ruas.

Por certo, os sucessivos pedidos de reforma do corpo policial, encaminhados aos deputados da Assembléia, visavam sobremaneira sanar os entraves burocráticos que impediam a polícia de realizar sua devida função: disciplinar, através de um rígido controle social, todos aqueles que, porventura, utilizassem a desordem como palco de suas reivindicações. Contudo, para as autoridades policiais, os “condenáveis exemplos”, muitas vezes não vinham da população pobre e escrava da cidade. Pessoas influentes, intelectuais e os próprios membros da polícia – com o intuito de prejudicar os serviços da Companhia – agiam de maneira contrária aos objetivos da corporação, uma “afronta ao caráter dos piauienses”, dizia um delegado de polícia de Teresina.

Um episódio envolvendo esses conflitos de interesses dentro da corporação policial deu-se com o literato e alferes Hermínio Castelo Branco, quando este ao se

---

<sup>197</sup> Ibidem, 3 de maio de 1879.

dirigir à sua residência, localizada na rua Bela, na noite do dia 24 para 25 de fevereiro de 1883, às duas horas da madrugada, sofreu por parte de “dois indivíduos que procuravam agredir” uma malograda agressão física. Em seu interrogatório policial, o alferes Hermínio declarou que um dos agressores “havia sido ferido, e caíra fulminado pelos tiros”.

Ao realizar o inquérito policial, a fim de apurar os fatos, o chefe de polícia, Dr. Luiz de Souza da Silveira afirmou que diante das suas “minuciosas diligências, e do que hei conseguido colher, da informação do referido alferes, dos depoimentos das pessoas [...] onde se diz haver dado o fato, e outras, todas as pessoas de consideração e critério”, os acontecimentos relatados pelo alferes não passaram de pura imaginação, uma “farsa torpe” com propósitos de “recair a odiosidade de um crime semelhante sobre pessoas, que incorreram no desagrado do alferes Hermínio e dos que o cercam.”<sup>198</sup> O delegado considerava as atitudes tomadas por Hermínio Castelo Branco uma provocação aos membros da polícia, da qual Hermínio, com certos remorsos, fazia parte.

Na cidade de Teresina, o quadro da força policial era composto por seis delegacias com sede nos distritos policiais das Freguesias das Dores, do Amparo, e nas localidades do Poti Velho, Altos, Natal e Alagoa da Mata. Nesse período, a Companhia era composta por 169 guardas urbanos, um major, dois capitães e dois alferes.<sup>199</sup>

Não temos uma divisão detalhada da guarnição policial em Teresina, contudo sua organização, tanto de pessoal como de estratégias, tinha muitas semelhanças com a organização da força policial da Bahia. As discussões em torno da organização da força policial durante a década de 1870, em determinado momento, concentrou-se sobre o modelo carcerário a ser utilizado no Piauí. Na época, o presidente Adelino Antônio de Luna Freire, anunciou a possibilidade de se construir Casas de

<sup>198</sup> APEPI. Poder Executivo. Falas, Mensagens e Relatórios do Presidente da Província. 1877-1883. Envelopes 53 a 65. Caixa. 05. *Relatório com que o Exm. Sr. Presidente da Província do Piauí Dr. Miguel Joaquim D’Almeida e Castro, passou a Administração da mesma província ao Exm. Sr. Dr. Firmino de Souza Martins, 2 Vice - Presidente, no dia 5 de abril de 1883.*

<sup>199</sup> Dados referentes ao ano de 1887. Ver, APEPI. Poder Executivo. Falas, Mensagens e Relatórios do Presidente da Província. 1887-1890. Envelopes 77 a 86. Caixa. 07. *Relatório com que o Exm. Sr. Antonio Janssem de Mattos Pereira passou a Administração da Província do Piauí ao Exm. Sr. Dr. Francisco Viveiros de Castro, no dia 6 de julho de 1887.* Na província da Bahia, área de grande concentração de escravos e libertos e palco de importantes revoltas, a década de 1880 tornou urgente a necessidade de rediscutir o papel da força policial na província. A questão posta pelos deputados era se o projeto público de controle social deveria privilegiar um aumento de homens na composição da companhia de polícia - nos anos de 1883 já com 1.200 praças - ou distinguir-se pela qualidade em detrimento da quantidade. Sobre o assunto ver, MATA Iacy Maia. *Os treze de maio: polícia e libertos na Bahia pós-abolição (1888 – 89)*. Salvador: UFBA, 2002. Dissertação de Mestrado. p. 50.

Detenção em cada distrito provincial, com funções não só de cárcere, mas também como Casa de Prisão com Trabalho, a exemplo do modelo carcerário baiano. Desse modo, segundo o administrador, haveria mais “segurança na guarda dos criminosos, e notável economia para os cofres [da província]”.<sup>200</sup>

Durante a década de 1860, o padrão carcerário da Bahia serviu de exemplo para o Piauí. Nesse mesmo período, também se discutiu a reformulação da polícia, porém não é possível afirmar que o padrão era o mesmo do existente em Salvador. O certo é que, durante o século XIX, a polícia, no Piauí, continuou a sofrer novas intervenções, a fim de imprimir rapidez no policiamento cotidiano, tanto na capital como em toda a província. A proposta discutida pelos deputados na Assembléia Legislativa era de aumentar tanto o contingente de policiais como de Companhias.<sup>201</sup> A redação final do projeto estabelecia a composição policial em

[...] um Major Comandante, 2 Capitães, 2 Alferes, um Sargento e guarda, um dito Quartel Mestre, 2 primeiros Sargentos, 2 segundos ditos, 2 Furríes, 6 Cabos, 4 Cornetas, 13 músicos, um Mestre de música com a graduação de 1 Sargento, um Contramestre com graduação de Furriel, e 142 Soldados.<sup>202</sup>

O jornal *O Semanário* – atento aos debates referente ao preenchimento dos cargos – não deixou de exercer sua influência ao emitir opinião sobre o perfil dos novos membros da hierarquia policial. Para a ocupação dos cargos da recém-criada Companhia de Polícia, o periódico era favorável ao recrutamento de antigos combatentes da Guerra do Paraguai, “outrora responsáveis por relevantes serviços à província e esquecidos pelo poder público.”<sup>203</sup>

O esforço do poder público em equipar a Polícia de uma estrutura eficiente não foi uma tarefa fácil. Até mesmo o vencimento da corporação sinalizava as fissuras da organização. Enquanto o comandante possuía um soldo de “150\$000 réis mensais, os

<sup>200</sup> APEPI. Poder Executivo. Falas, Mensagens e Relatórios do Presidente da Província. 1867-1872. Envelopes 33 a 42. Caixa. 03. Para o Presidente da Província, Adelino Luna, o Piauí teria cinco distritos: Teresina, Parnaíba, Príncipe Imperial, Oeiras e Bom Jesus da Gurguéia como locais base para a construção de Casas de Detenção e de disciplina corretiva, através do adestramento para o trabalho agrícola.

<sup>201</sup> Embora o modelo carcerário baiano servisse de exemplo para o Piauí, nota-se que a proposta dos deputados do Piauí para a organização da polícia da província era contrária daquela proposta pelos deputados da Bahia que pretendiam diminuir o contingente de praças, priorizando a qualidade ao invés da quantidade da força policial, ver MATA. Iacy Maia, op. cit., p.51.

<sup>202</sup> APEPI. Poder Legislativo, Registros das Sessões Legislativas. 23º Legislatura. 1880-1881. Caixa-203.

<sup>203</sup> *O Semanário*. 29 de Setembro de 1880.

de Tenente, 90\$000, dos Alferes, 80\$000, do mestre de música 50\$000, do contra - mestre 25\$000, também mensais”, os guardas da companhia, por outro lado, tinham que retirar sua subsistência de vencimentos diários de 800 réis, sendo “descontados 150 réis também diários para o fardamento”, ou seja, 19\$500 réis mensais era o vencimento de um soldado da força policial do Piauí do século XIX. Os descontentamentos dos soldados com seus vencimentos eram perceptíveis quando consultamos as diferentes propostas de reformas da polícia, quando estas eram submetidas aos deputados. Nesse contexto, os problemas que surgiam avolumavam-se aos já existentes.<sup>204</sup>

Os anúncios de fugas de soldados que circulavam pelo Piauí davam conta do perfil racial da corporação policial. Em 19 de maio de 1871, foi recomendada, em circular expedida pela Secretaria da Polícia, a captura e remessa para Teresina do soldado Pedro Ferreira da Silva, de 38 anos de idade, “pardo cabelos carapinhos, olhos pardos, rosto comprido, nariz e boca regulares, pouca barba, sem ofício e de 67 polegadas de altura”. Manuel Barbosa dos Santos era outro soldado que fugiu da Companhia de Infantaria e cujos sinais eram bastante característicos, conforme carta de prisão enviada para todas as delegacias: “cabelos crespos, olhos pretos, com 50 1/2 polegadas de altura [...], caboclo, pouca barba, e pronta, tem vinte e cinco anos de idade e sinais de espada de prancha nas costas. É dado a bebidas espirituosas.”<sup>205</sup>

O aspecto racial das forças policiais do Rio e da Bahia, estudadas por Thomas Holloway e Alexandra Brown, respectivamente, bem como os baixos salários pagos aos membros da corporação, as constantes punições e os estreitos relacionamentos da polícia com os indivíduos que deveriam controlar demonstrava exatamente as “ambigüidades no projeto público de policiamento.”<sup>206</sup> As atitudes das praças e seus vínculos com os membros menos afortunados das cidades, principalmente daqueles considerados pelas elites locais como “racialmente” semelhantes, representou um perigo de segurança pública. Assim, a manutenção dessa hierarquia social exigia

---

<sup>204</sup> APEPI. Poder Legislativo. Registros das Sessões Legislativas. 20ª Legislatura. 1874-1875. Caixa-135. Segundo BROWN, as praças da cidade de Salvador na mesma década tinham seus vencimentos em torno de 700 a 900 réis diários. Ver, BROWN, Alexandra Kelly, op. cit., p.84. Já as praças da Corte, principalmente os guardas urbanos recebiam um soldo diário de 2\$000 réis. Um valor razoável quando se compara com a Bahia e o Piauí, entretanto, o valor não atraía “homens de moral” e “inteligência” para o quadro da força pública da cidade do Rio de Janeiro, ver HOLLOWAY, op. cit., p. 219.

<sup>205</sup> APEPI. Secretaria de Polícia. Cadernos com ofícios dos Chefes da polícia. 1871. Ambos aos casos encontram-se listados no mesmo livro de 1871.

<sup>206</sup> Ambos os autores concordam que o contato das praças de polícia ou suas semelhanças raciais com os grupos subalternos das cidades que cometiam crimes não significava, em certos casos, o estabelecimento de vínculos de interesses, de amizade ou relações amistosas com esses grupos, ver HOLLOWAY, op. cit., p. 219; e BROWN, Alexandra Kelly, op. cit., pp.89-90.

não só uma disciplina dos indivíduos ao trabalho, mas também um conjunto de instituições ajustadas aos ideais de igualdade política e social. O surgimento de um discurso racial começava a ser preparado laboriosamente pelas elites imperiais.<sup>207</sup>

Controlar o comportamento cotidiano dos membros da polícia significava manter a própria ordem da instituição. “Policiar a polícia”, essa foi a estratégia utilizada pela sociedade piauiense nesses primeiros passos da corporação; uma bem sucedida estratégia, entretanto deixava evidente a reprodução dos conflitos, tensões e enfrentamentos rotineiros entre sociedade e poder policial.

### 3.5 “A DESENFREADA MALTA POLICIAL”

O comportamento cotidiano das patrulhas urbanas era constantemente alvo de críticas por parte da sociedade de Teresina. Muito embora os defensores de uma força policial efetiva no combate ao crime e em defesa da tranquilidade urbana e da propriedade pública se utilizassem da retórica do gradual aumento do contingente de soldados, a eficácia do policiamento dependeria mais do tipo de relacionamento que a polícia transmitia aos diferentes grupos sociais da cidade.

A consciência de que a força policial não produzia um efeito desejado estimulava, por sua vez, variadas percepções sobre a organização da polícia e dos seus membros. As indisciplinas, suas atitudes cotidianas, as identidades sociais e os tipos de relacionamentos construídos na sociabilidade das ruas, com escravos, libertos e homens livres ajudavam a desfazer a imagem de uma força pública protetora da “ordem” e da “civildade”. Todavia, se o projeto público de policiamento mostrou-se complexo e inoperante isso indicou, por outro lado, a própria derrota das elites locais em manter sua política de controle social.<sup>208</sup>

Em geral, acontecimentos aparentemente sem nenhuma importância social e envolvendo policiais em seus horários de serviço, seja nas patrulhas urbanas, no Quartel

---

<sup>207</sup> SCHAWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. Ver também, ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *A Exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (1880-1900)*. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2004. Tese doutorado em História Social; AZEVEDO, Célia Marinho de, op. cit., p.215.

<sup>208</sup> Cf HOLLOWAY, op. cit., p. 226. Segundo este autor, a polícia militar jamais chegou a desenvolver um papel de controle social das massas urbanas condizente com as aspirações das elites locais e do próprio Estado.

da Companhia ou na vigilância dos presos da Casa de Detenção tornavam-se motivo de comentários e críticas sarcásticas. Os próprios guardas pouco faziam, possivelmente, até facilitavam, como forma de protesto contra as péssimas condições de trabalho. Uma espécie de contraponto criado dentro da estrutura da organização policial, para desfazer essa imagem de incapacidade policial.

Nesse sentido, eram constantes as prisões de guardas urbanos por motivos de ausências no patrulhamento da cidade, embriaguez e fugas do Quartel de Polícia. Como vimos, os baixos vencimentos e os excessos de obrigações, além de revoltantes, excediam aos direitos dos soldados da força pública.

Em abril de 1871, um fato envolvendo o soldado responsável pela Cadeia de Teresina, localizada no Campo de Marte, e um prisioneiro do estabelecimento provocou ácidos desentendimentos entre o chefe de polícia, Marcelino Manoel de Abreu Lins, com seus comandados. A poucas horas do toque de recolher entre as 20 e 22 horas da noite do dia 23 de abril de 1871, quando os moradores da rua da Cadeia já estavam prestes a fechar suas lojas, casas de bebidas, e quitandas, o presidiário João Rodrigues Ferreira, aproveitando o sono do soldado responsável pela vigilância do local decidiu fugir por uma das “péssimas grades da prisão”.

O agravante de tal fuga foi que João Rodrigues pretendia apenas caminhar pela cidade, sem a intenção de realmente fugir. Como estava com trajes pouco atraentes, algo que facilmente o distinguiria de um homem livre, o prisioneiro converteu o dilema em vantagem e utilizou os trajes do soldado dorminhoco para confundir as sentinelas estacionadas no portão da cadeia. João Rodrigues, após a surpreendente escapadela “andou na rua até 2 para 3 horas da madrugada, quando voltou a recolher-se, e foi então conhecido”.<sup>209</sup> O soldado que estava de sentinela foi preso por ordem do comandante geral da guarda, que, imediatamente, comunicou o caso à chefatura de polícia.<sup>210</sup>

Em maio de 1874, o Chefe de polícia da província confirmaria ao governo provincial a denúncia feita pelos populares de Teresina da existência de licenças especiais dadas aos prisioneiros da Casa de Detenção a fim de “negociarem e vagarem pelas ruas da cidade.”<sup>211</sup>

---

<sup>209</sup> A principal causa das prisões em Teresina, segundo análise das estatísticas criminais da chefatura de polícia, dava-se por motivo de embriaguez e vadiagem. De qualquer maneira, os passeios de João Rodrigues Ferreira pelo Campo de Marte podem ser interpretados como uma mera tentativa de apreciar as “bebidas espirituosas” ou os “jogos ilícitos” localizados na rua da Cadeia. Ver, APEPI. Conselho Municipal de Teresina. 1866-1872. Caixa 47.

<sup>210</sup> APEPI. Palácio do Governo. Secretaria da Polícia do Piauí. 1870-1871 – 1878-1923.

<sup>211</sup> APEPI. Chefe de Polícia. SPE. 766. ESTN. 07.PRAT.02.

Inaugurada no ano de 1866, a Casa de Detenção recebeu expressivos elogios da alta hierarquia da polícia. Construída dentro das “regras da ciência”, que regiam o sistema penitenciário do Brasil, a prisão encontrava-se entre “a obra pública mais importante e necessária, que se construía na província”<sup>212</sup>. Segundo a planta da obra, a Casa de Detenção seria dividida em dois grandes corredores que atravessariam o edifício em largura e comprimento, tendo ao todo 13 compartimentos prisionais. A Casa deveria possuir ainda duas salas que serviriam de “residência de carcereiro, a outra para estada do comandante da guarda”. Ao concluírem o muro externo - composto de três paredões que circundavam o edifício, com extensão lateral de 325 palmos e com 250 de fundo - e um “poço com cegonha e mais acessórios para a extração de água”, a cadeia estaria pronta para “criar oficinas de trabalho que julgar conveniente” de acordo com os responsáveis pela política prisional da província.<sup>213</sup>

Um sistema punitivo e correccional, a exemplo dos sistemas carcerários de Auburn e o da Filadélfia, era a base para a produção de indivíduos aptos ao trabalho e obedientes aos princípios morais da política imperial, era nesse sentido que as autoridades do Piauí definiram os motivos da instalação da Casa de Detenção.<sup>214</sup> Assim, na visão dos contemporâneos, a construção da Casa de Detenção anunciava as primeiras manifestações de modernização do Piauí. Entretanto, após a sua conclusão muitos problemas persistiram como a superlotação das celas, conflitos internos, falta de dependências para tratamento dos enfermos e as constantes denúncias de comercialização de “bebidas espirituosas” entre os presos.

Nos seus primeiros anos de funcionamento, a Casa de Detenção ficou encarregada de receber tanto aqueles prisioneiros sentenciados como os não sentenciados. Para os sentenciados, ficaria disponível uma ala para reabilitação social, com oficinas de trabalho e artesanato. De fato, os desafios encontrados pelas autoridades do Piauí na implantação da Casa de Detenção não se diferenciaram muito

---

<sup>212</sup> APEPI. Poder Executivo. Falas, Mensagens e Relatórios do Presidente da Província. 1867-1872. Envelopes 33 a 42. Caixa 03. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Piauí, no dia 09 de setembro de 1867, pelo Presidente da Província, o Exm. Snr. Dr. Adelino Antonio de Luna Freire*. Na documentação consultada, a Casa de Detenção de Teresina tinha ainda as seguintes denominações: Casa de Prisão com Trabalho, Cadeia, Xadrez, Prisão da capital, Casa de prisão e Detenção.

<sup>213</sup> APEPI. Poder Executivo. Falas, Mensagens e Relatórios do Presidente da Província. 1860-1866. Envelopes 16 a 32. Caixa 02. *Relatório do Vice-Presidente da Província do Piauí, Dr. José Manoel de Freitas encaminhado à Assembléia Legislativa, em 5 de outubro de 1866*.

<sup>214</sup> O modelo de Auburn privilegiava celas individuais, silêncio absoluto, trabalho e refeições em comum. Já o da Filadélfia tinha como estratégia o isolamento absoluto como forma de requalificar o criminoso a partir do exame do seu próprio íntimo. Ver: FOUCAULT, op. cit., pp.200-21.



daqueles encontrados pelos baianos, durante as discussões, instalação e funcionamento da primeira penitenciária daquela Província.

Ao analisar esse processo de modernização do sistema prisional baiano durante o século XIX, a historiadora Cláudia Moraes Trindade constatou que, mesmo após a inauguração da Casa de Prisão com Trabalho, em 1863, a sociedade baiana teve ainda que conviver por muitos anos com a falta de estrutura, precariedade no tratamento dos detentos e inexistência de oficinas e enfermarias naquela que seria o símbolo do novo modelo prisional da Bahia e do Brasil.<sup>215</sup> Para Trindade, um dos fatores que se somavam e impediam a aplicação das novas idéias penitenciárias na sociedade escravista baiana do século XIX era a persistência de antigas formas de punição e encarceramento dos detentos, continuamente relacionadas ao sistema escravista e ao tipo de tratamento conferido aos escravos, quando estes eram presos.<sup>216</sup>



**Ilustração 5:** Entrada da Casa de Detenção de Teresina, localizada no Campo de Marte. Destruída na década de 70 para a construção do Ginásio Verdão.

---

<sup>215</sup> TRINDADE, Cláudia Moraes. *A Casa de Prisão com Trabalho da Bahia, 1835-1865*. Salvador: UFBA, 2007. Dissertação de Mestrado em História Social. p.83.

<sup>216</sup> TRINDADE, C. M. op. cit., p.45.

Na época da fuga do prisioneiro João Rodrigues Ferreira, em 1871, a Casa de Detenção possuía 163 prisioneiros, sendo 143 detentos livres e 20 escravos. A presença de bebidas e refregas entre os detentos foi paulatinamente desfazendo a imagem de um sistema prisional de rígida segurança.<sup>217</sup> Em novembro de 1879, o jornal *O Semanário* estampou em uma de suas páginas o confronto envolvendo dois detentos na cadeia, João de Barros Chaves e Germano Cavalcante de Albuquerque, presos por “homicídio e crime de furto de animais”, respectivamente. No momento do combate, ambos portavam armas de defesa onde “travarão uma renhida luta, na qual sucumbirão instantaneamente, cobertos de facadas”. Segundo o noticiário, as condições dos alojamentos, a enorme quantidade de detentos nas 13 enxovias e a falta de fiscalização dos guardas da Casa de Detenção ajudou a alimentar as discórdias entre os dois presos, além de motivar esse tipo de crime dentro da prisão. O noticiário assim se reportou ao acontecido:

Sirva de exemplo este lamentável acontecimento para que d’ora em diante se tenha mais em vista a necessidade de dar-se nas células da Cadeia rigorosa e repetidas buscas, a fim de se evitar que nelas sejam introduzidas armas defesas, que põem em risco a segurança dos presos e dão lugar a fatos como o de que tratamos.<sup>218</sup>

Em 1881, antes de sair da Cadeia, a mando do seu proprietário, o senhor Pedro Bacelar, o escravo Ignácio, com “uma pequena faca de trabalho” aplicou diversas facadas no “louco Isidoro Fidalgo e no inválido Ângelo Bispo Custódio da Silva”, ambos eram homens de cor e companheiros de cela do escravo. Os diversos ferimentos não foram suficientes para provocar a morte dos dois detentos, mesmo assim os procedimentos de corpo e delito e os autos de perguntas ao criminoso foram imediatamente instaurados. Não sabemos ao certo se o escravo Ignácio continuou na cadeia ou sofreu uma pena maior. Não restam dúvidas de que o espaço da cadeia, símbolo da disciplina e do controle policial na cidade, foi gradativamente se equiparando ao perigoso mundo da rua para a sociedade teresinense.<sup>219</sup>

Com freqüência, a própria noção de público/privado e de ordem/desordem confundia autoridades policiais e sua pronunciada política de controle social. Na noite

<sup>217</sup> APEPI. Palácio do Governo. Secretaria da Polícia do Piauí. 1870-1871 – 1878-1923.

<sup>218</sup> *O Semanário*, 13 de novembro de 1879.

<sup>219</sup> APEPI. Poder Executivo. Falas, Mensagens e Relatórios do Presidente da Província. 1877-1883. Envelopes 53 a 65. Caixa 05. *Relatório do Chefe de polícia da Província, Jesuíno José de Freitas ao Presidente da Província Odorico de Moura, em 31 de dezembro de 1881.*

do dia 08 de dezembro de 1870, na freguesia das Dores, o escravo Saturnino, de cor parda, saiu entre 10 para as 11 horas da noite, a fim de receber uma encomenda na casa do irmão de sua senhora, o Major Odorico Braselmir de Albuquerque Rosa. Logo após a sua saída, Saturnino se depara, em uma das ruas de Teresina, com os soldados José Benedito de Souza e Severino José Mendes. Saturnino, que andava sem a licença por escrito da sua senhora para vagar pela cidade naquele horário, ao avistá-los, por um impulso instantâneo, resolveu fugir da repressão policial. Diante da fuga, os dois guardas urbanos empreendem uma verdadeira perseguição ao escravo, que tem seu desfecho final na casa de sua proprietária, que no processo só é citada como a viúva do Sr. Cor. Miguel Henrique de Paiva.<sup>220</sup>

Ao entrarem na residência da senhora do escravo, os guardas imaginam, segundo o inquérito policial, que Saturnino tencionava invadir a propriedade para cometer algum tipo de crime. Já os guardas José Benedito e Severino José disseram que entraram na residência com o intuito de prender Saturnino, que se encontrava ao lado de sua senhora. A viúva, ao se deparar com a situação, tenta sem nenhum sucesso convencer os policiais que Saturnino era de sua propriedade, porém, na confusão, um dos soldados

Calou baioneta sobre o escravo, e arrancou-o à força do poder da senhora à qual Saturnino tinha desesperadamente agarrado, por cujo motivo até lhe rasgaram a manga do vestido. Nesta ocasião, apareceu Martiniano de tal, a qual, reprovando a patrulha do seu procedimento, foi preso igualmente. Então já tinham aparecido mais soldados e estabeleceu-se nova luta com Martiniano, a cujos gritos de repente aglomeram-se em derredor dos soldados grande massa do povo, podendo esta afinal evadir-se.<sup>221</sup>

Naquela noite ninguém da vizinhança dormiu. Os gritos e zunidos das baionetas nas cabeças de Saturnino e Martiniano eram a prova de que a política de controle social mais uma vez agia de maneira ameaçadora. No dia seguinte, abriu-se o inquérito policial para apurar as razões do acontecido, ficando para o sargento da patrulha a defesa dos seus soldados com o seguinte argumento:

---

<sup>220</sup> APEPI. Secretaria de Polícia. 1870-71/1878-1923. 9 de dezembro de 1870.

<sup>221</sup> Ibidem.

O escravo [de acordo com o Sargento] andava vagando na rua sem licença da senhora, mas tendo ordem as patrulhas para nestes casos conduzi-los a casa de seus senhores, uma vez que não seja muito tarde, como ir prender o de que se trata no interior da casa de sua senhora, arrancando-o violentamente de seu poder ? [...] O fato de ter a patrulha penetrado na casa para efetuar o seu intento criminoso está provado com o fato de haver um dos soldados deixado lá o boné, que a viúva o conserva em seu poder para prova de violência, o desacato que sofrem.<sup>222</sup>

Outro episódio semelhante ocorreu em julho de 1877, quando os guardas urbanos invadiram a casa de José Tito, morador do Barroão, na freguesia das Dores. Segundo informações da polícia, José Tito abrigava em sua residência o mulato Martinho, foragido da polícia por crime de vadiagem. O suposto acobertamento foi o suficiente para o sargento Coimbra, responsável pela batida policial, ordenar “à *turba multa [malta] policial desenfreada* que arrombasse portas, arrastasse & ao músico Martinho (sic), conforme as instruções que recebera do seu comandante o Major João Serafim.”<sup>223</sup> Na ação policial, Martinho foi ainda “barbaramente esbordado a panos de reffs [rifle] pelo valente (*grifo do original*) sargento Coimbra e finalmente arrastado ao xadrez da polícia.” Na tentativa de impedir a prisão de Martinho, sua irmã foi “indigna e cobardemente insultada pelos guardas com epítetos os mais afrontosos ficando, além disso, com o vestido todo rasgado!!!”<sup>224</sup> No saldo do conflito, o mulato Martinho teve como companheiro de cela o cidadão José Tito.

O incidente provocou uma onda de descontentamento entre os populares da Capital, ao considerarem as atitudes da polícia uma afronta à “propriedade privada”. Conforme noticiou um periódico da capital, o comportamento do comandante da guarda mostrava-se muito além do aceitável para uma autoridade policial, que não contente com as críticas ameaçava todos com “chicote caso elevassem a voz para censurá-lo”<sup>225</sup> no dia seguinte ao acontecido.

No dia da invasão policial na residência de José Tito, o mesmo periódico de Teresina noticiava a truculência policial com o comerciante João Francisco Xavier. Segundo informações da imprensa, Francisco Xavier era proprietário de um armazém

---

<sup>222</sup> Idem,

<sup>223</sup> Idem, (grifo meu).

<sup>224</sup> *O Semanário*, 7 de julho de 1877. O ano de 1877, principalmente nos meses de junho e julho, foi marcado pelo cerceamento das atividades festivas da cidade. As perseguições aos batuques de negros aos calojs e às brincadeiras religiosas mereceram destaque especial juto às ações da polícia.

<sup>225</sup> Idem,

entre o Largo da Uruguaiana e a rua da Imperatriz, no centro da capital e situado na freguesia do Amparo. Ao aproximar-se do seu estabelecimento, Xavier foi “surpreendido pelo aparecimento de um cadete da Companhia de polícia de linha, que nos dizem ser o inferior da ronda e mais alguns praças da mesma Companhia.” Ao que parece João Francisco Xavier tinha algumas pendências econômicas com o cadete da companhia de polícia, que, insatisfeito com os rumos da negociação, resolve tomar o cavalo e um suíno das mãos do comerciante. De acordo com o periódico, Xavier era um homem aleijado, ainda assim foi atacado pelos guardas, que, violentamente, o “atiraram no chão, ficando com algumas contusões, especialmente no rosto.”<sup>226</sup>

Durante o século XIX tornou-se bastante comum a imprensa de Teresina relatar casos de denúncias e prisões de soldados por violência contra a população pobre e escrava, bem como por reclamações de ineficiência nas suas formas de controlar e reprimir o crime. Em abril de 1873, o soldado de 1ª linha, Vitorino Martins de Andrade, logo após sua saída do Quartel da capital resolve dirigir-se à residência da liberta Zéfira Odórica do Espírito Santo, moradora na rua dos Negros, que mantinha um relacionamento amoroso com o guarda. Ao chegar à casa da liberta, Vitorino Martins “botou abaixo a porta da rua, penetra na casa e com o sabre atirou uma cutilada na predita Zéfira Odórica que cortou o queixo inferior.”<sup>227</sup> Martins rapidamente consegue fugir do flagrante, contudo abriu-se inquérito policial para proceder o exame de corpo de delito na liberta a fim de apurarem os motivos da agressão. Infelizmente, não foi possível encontrarmos na documentação o desfecho final desse caso.

O uso do sabre para obter informações ou simplesmente castigar a população negra de Teresina era habitual durante as abordagens dos guardas urbanos. Em 1872, portanto um ano antes do acontecido com a liberta Zéfira Odórica, os soldados João Batista de Mesquita e Isidoro Gonçalves deixaram “mortalmente ferido a golpes de sabre” o escravo José.<sup>228</sup>

Os conflitos existiam até mesmo dentro da própria divisão hierárquica da polícia, prova de que as desavenças aconteciam tanto na horizontal como na vertical. Na noite do dia 26 de setembro de 1877, após uma ronda de rotina no porto da Barrinha, a patrulha da Companhia de linha da Capital atacou com socos e pontapés um soldado da Companhia de polícia. A causa da agressão não foi possível averiguar na documentação,

<sup>226</sup>O *Semanário*, 7 de julho de 1877.

<sup>227</sup>APEPI. Secretaria de Polícia. Inquéritos Policiais. 1870-1871/1878-1923. Caixa. 35.

<sup>228</sup>Ibidem.

tampouco o nome do soldado ofendido, entretanto os significados desses conflitos para a população de Teresina eram bastante evidentes: “quando a força pública se esmurra nos lugares público, mal e muito mal, se acha a segurança individual.”<sup>229</sup>

Responsável pela disciplina e policiamento do cotidiano da cidade, a polícia ainda tinha que assumir outros deveres que sobrecarregavam a instituição, dentre esses deveres estava o de fiscalizar os preços dos produtos vendidos nas feiras e no Mercado de Teresina. As constantes crises de abastecimento dos gêneros alimentícios de primeira necessidade, como o arroz, a carne verde e seca, o milho, a mandioca e determinadas frutas ocasionava a criação de monopólios na venda dos produtos nas mãos de reduzidos comerciantes e quitandeiros.<sup>230</sup>

A constante presença dos guardas no Mercado da capital visava sobremaneira inibir essa atividade, podendo inclusive efetuar prisões aos contraventores.<sup>231</sup> O fato da polícia estabelecer o limite percentual que cada indivíduo deveria consumir ou revender “ao governo e ao povo pelo preço que lhes sugerir a ambição”, reforçou a influência da guarda urbana entre aqueles freqüentadores do Mercado.

Em agosto de 1878, os comerciantes e quitandeiros da cidade clamavam por ajuda do município em razão do estado em que se encontrava a “casa de feira da cidade”, onde reinava “todo o dia a maior balbúrdia”. Conforme os comerciantes, no Mercado “não havia respeito à moralidade pública, nem aos bons costumes”, e o responsável por tal obscenidade era

[...] um soldado de polícia de nome Correia, que é casado com uma tal Lucinda Quitandeira ali estabelecida, é o DUNGA daquela República. É quem dita as leis.  
 Não há muitos dias espancou publicamente a um pobre homem, além de insultar, quando lhe parece, a quem lhe apraz.  
 A Feira de Teresina merece a atenção da polícia. Deve ter ali uma patrulha, pelo menos; mas, patrulha que não se ponha a disposição dos turbulentos por qualquer copada de cachaça, como quase sempre acontece!<sup>232</sup>

<sup>229</sup> *O Semanário*, 29 de setembro de 1877.

<sup>230</sup> APEPI. Conselho Municipal de Teresina. 1866/1872. Caixa 47.

<sup>231</sup> A luta dos populares urbanos em propor um preço justo aos produtos de primeira necessidade numa espécie de preservação da moral econômica, em épocas de crises, foi bastante freqüente no Brasil império. Para um estudo sobre esse assunto ver, REIS, João José e AGUIAR, Márcia Gabriela D. de. “Carne sem osso e farinha sem caroço”: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. *Revista de História*. ano.2 n.135. FFLCH-USP, 1996.

<sup>232</sup> *O Semanário*, 4 de agosto de 1878.

Os vínculos de “matrimônio” do soldado Correia com a quitandeira Lucinda poderiam esconder ainda outros tipos de relações: o roubo de cereais no armazém do público. Com frequência, os guardas responsáveis pela proteção do depósito de cereais subtraíam parte considerável desse alimento para revendê-los na cidade. Mesmo motivados por questões de atraso dos vencimentos e dos baixos valores pagos aos membros da corporação, conforme concluiu o periódico veiculador da informação, a sociedade de Teresina não perdia a oportunidade de questionar o perfil daqueles homens que faziam parte da polícia.<sup>233</sup>

A maneira como o jornal se reportou às atitudes daqueles homens que faziam parte da guarda urbana não diverge muito daquelas reclamações feitas por membros da sociedade acerca dos escravos e libertos da cidade. No dia 4 de junho de 1880, na Vila dos Humildes, o delegado de polícia da região, José Ferreira Lima fora visto

[...] sair entre as densas trevas da noite [...] dos fundos da casa dos 3 suplente do juiz municipal do termo, Manoel Antônio, [eram] dois vultos que se dirigiram em direção ao fundo do quintal da mesma casa. Verificou-se ser um homem e uma mulher; aquele segundo se dizia aos murros e empórios com esta e desaparecerão [...] A opinião pública manifestou-se desde logo dizendo ser o delegado de polícia José Alves Ferreira Lima que raptava a única filhinha que tem o referido 3º suplente.

Pôs em alarme quase toda a vila: os irmãos da moça, mãe e fâmulos da casa armava-se de clavinotes, espingardas, pistolas, garruchas, revolveres, cacetes, & etc., e gritavam por socorro.<sup>234</sup>

Logo pela manhã do dia seguinte, os soldados da Companhia saíram em busca dos vestígios do delegado foragido. Um dos jornais de Teresina, que cuidou de narrar o caso, afirmava que nada mais era “interessante do que os soldados policiarem seu comandante [...] referido aflito e cansado ostentando a face do público seu nefando ato!!!”. Ao ser preso pelos seus pares e conduzido para interrogatório, o delegado José Ferreira Lima confessou o rapto da filha do suplente Manoel Antônio. Antes desse acontecimento, José Ferreira Lima tinha a reputação de “herói” na Vila dos Humildes, porém esse fato o transformou em uma “autoridade cínica”, desprovida de sentimentos e simpatizante dos “vícios e crimes”.<sup>235</sup>

<sup>233</sup> Idem, 8 de fevereiro de 1879.

<sup>234</sup> Idem, 12 de junho de 1880.

<sup>235</sup> Idem,

As trajetórias de conflitos envolvendo a polícia e suas experiências cotidianas em policiar e, ao mesmo tempo, ser policiada, na cidade de Teresina, sugerem que o aparato policial, enquanto defensor das hierarquias sociais vigentes no Brasil Império, não encontrou uma legitimidade consensual entre os diferentes grupos sociais na capital do Piauí. De fato, na cidade de Teresina da segunda metade do século XIX, o aprimoramento da disciplina social urbana mediante o uso excessivo da violência, com pretensos objetivos em intimidar os transgressores da ordem estivera constantemente presente nas práticas operacionais cotidianas da polícia.<sup>236</sup>

Em síntese, o interesse inicial deste capítulo foi demonstrar as experiências traçadas no cotidiano da cidade por aqueles que faziam da instituição policial seu palco de interesses, privilégios, conflitos e protestos, elaborados na textura da vida cotidiana das ruas de Teresina. Os problemas encontrados por políticos e autoridades policiais em disciplinar seu efetivo militar, freqüentemente, não contara com o apoio dos próprios membros da polícia. Se o resultado desse projeto público de policiamento se mostrou ambíguo, as ações expressas por negros, escravos e libertos, na conquista de espaços de autonomia foram perceptíveis. Nesse sentido, a festa escrava e seus múltiplos significados será o tema do nosso próximo capítulo.

---

<sup>236</sup>Cf. HOLLOWAY, op. cit., p.258.



## 4 PROTESTO E NEGOCIAÇÃO

### 4.1 A FESTA ESCRAVA NO PASSADO

Poucos foram os historiadores piauienses a se debruçarem sobre os significados e sentidos da festa, no Piauí do século XIX. Um dos pioneiros a fazer referência à cultura festiva dessa sociedade foi Monsenhor Chaves, nosso já citado historiador.<sup>237</sup> Chaves conta que o calendário festivo da cidade de Teresina era composto por três grandes momentos: as de expressão religiosa, as festas que exaltavam o caráter cívico da nação e, por fim, as de cunho popular.<sup>238</sup>

Dentre as festividades religiosas da Capital, aquelas que recebiam uma maior atenção dos populares eram a Semana Santa, as comemorações da padroeira da Capital, Nossa Senhora do Amparo e os festejos da Imaculada Conceição. Nessas festas, ficava a cargo das Irmandades a organização, o leilão dos produtos ofertados e arrecadação das oferendas, durante os dias de festejos na cidade. Entre estas festividades, a da padroeira de Teresina ganhava um conteúdo mais popular, pois reunia nos dias de festa os mais distintos grupos sociais da cidade.

Organizada para reverenciar as glórias alcançadas pela polícia na capital, a festa da Imaculada Conceição tinha uma pompa religiosa marcada por salvas de tiros e passeatas dos soldados da corporação. Segundo Chaves, ao passarem pelas ruas de Teresina, os militares mostravam aos transeuntes um aparato policial que “impressionava vivamente a multidão”. Certamente a suntuosidade da festa, e o curto momento de folga, quando estes passavam, atraía mais atenção dos transeuntes do que a própria polícia.

O mês de março marcava o início do civismo festivo na cidade de Teresina. Era o período no qual se comemorava a Constituição do Império, algo só equiparado com a festa da Independência nacional. As duas datas serviam de aperitivo para a mais popular de todas as festividades cívicas: o aniversário de D. Pedro II. Monsenhor

---

<sup>237</sup> Monsenhor Chaves. *Obra completa*. op. cit.,

<sup>238</sup> *Ibidem*, p.30.

Chaves assim descreve os acontecimentos do dia 2 de dezembro de 1858, na cidade de Teresina.

A cidade acordou ao troar das salvas da artilharia. Desde cedo o povo convergiu para a igreja do Amparo, onde seria entoado solene Te-Déum de Ação de Graças. Á hora aprazada chegou o Presidente da província, acompanhado de seu secretariado e demais autoridades. Fazia-se preceder de um piquete de cavalaria da polícia provincial, autêntica novidade naquele ano. *Acabada a função religiosa, o povo formou a passeata até ao palácio. Ali, autoridades e povo, com grande vibração, assistiram ao desfile das tropas.*<sup>239</sup> (grifo meu)

Apesar das palavras acima manifestarem uma aparente ausência de conflitos nos dias que cercavam a festa, principalmente naquela em que se comemorava o aniversário do Imperador, onde ricos e pobres, escravos e livres, por um instante, podiam esquecer os conflitos ou as posições sociais que cada um daqueles sujeitos ocupava dentro da sociedade, Monsenhor Chaves foi ainda assim aquele que melhor narrou os significados da festa, denominada por ele como a festa em que “o povo divertia-se a valer”. Para ele, os batuques, os sambas, as danças de São Gonçalo, o bumba-meu-boi, os folguedos e os busca-pés eram, por assim dizer, a festa por excelência dos negros escravizados, libertos e pobres da cidade.

Era, portanto nas festas cívicas e nos aniversários oficiais que clérigos, políticos, autoridades policiais e a própria imagem do monarca D. Pedro II regiam o ritual festivo.<sup>240</sup> Porém, nas demais datas, a festa dava significado ao imaginário local, com comemorações ao Divino Espírito Santo, procissões em homenagem ao dia de Reis. Ao término dessas festas, os populares se rendiam aos folguedos, boi-de-reis e ao barulhento batuque negro na capital do Piauí.

Ao tentar interpretar o “imaginário coletivo” dos populares de Teresina, quando estes se entregavam à folia na cidade, a historiadora Maria Mafalda Balduino de Araújo aponta a festa como o local onde homens e mulheres da cidade “fatigado com a sua situação de miséria, liberta-se por alguns momentos do cansaço e de suas tensões cotidianas. Era o momento de cantarem, rezarem e dançarem.”<sup>241</sup> A festa, segundo a

<sup>239</sup> Idem, p.31.

<sup>240</sup> O estudo sobre a festa em homenagem ao Imperador Dom Pedro II no Brasil é analisado em: SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

<sup>241</sup> ARAÚJO, Maria M. B. *Cotidiano e pobreza*. op.cit., p.42.

autora, tinha a função de “reavivamento dos ânimos de sobrevivência”, um espaço de fuga do trabalho, do cansaço e da opressão dos patrões.<sup>242</sup>

A festa em si, portanto, não é o objeto desse capítulo, mas sim os significados que ela produzia nos sujeitos participantes. Procuraremos compreendê-la nos seus variados contextos sobre os quais homens e mulheres festejavam e se divertiam nos tumultuados dias de folia que envolviam a cidade. As ações e os significados que esses sujeitos davam às “festas no passado”<sup>243</sup>, como bem esclarece João José Reis “nos chega pela pena dos que a toleravam, criticavam ou perseguiam, dos policiais, religiosos, jornalistas, governantes.”<sup>244</sup> É, portanto, a partir dessa documentação que analisaremos o cotidiano da festa e a multiplicidade de sentidos e expectativas que mulheres e homens negros, escravos e livres, davam àqueles dias de folias, seja negociando vantagens, barganhando concessões com seus senhores e autoridades policiais ou simplesmente desafiando-os.

Escolhemos a cultura festiva escrava, por acreditar que ela é o lócus da ação coletiva, espaço este marcado por rituais de subversão, de descanso e do protesto, mas, ao mesmo tempo, um formador de identidades sociais, identidades essas entendidas aqui como sendo múltiplas e conflitantes. É por isso, talvez, que a festa negra constituiu, no dizer de João Reis, “um meio de expressão de resistência escrava e negra e, portanto motivo de preocupação branca”.<sup>245</sup> Uma unidade cultural negra e escrava - não necessariamente homogênea e consensual - expressa nos batuques, folguedos negros, sambas e calojis que cercavam a cidade de Teresina na segunda metade do dezenove.

O caráter subversivo que a festa negra adquiria variava de acordo com o momento. Em tempos de crises, alguns a percebiam como um perigo a ordem instituída, um espaço propício para reuniões e conspirações nas cidades do Império. Em épocas de tranqüilidade pública, um mecanismo de contenção das insubordinações negras, visto que o direito a folga podia, em contrapartida, aliviar as agruras do cativo. Outros a consideravam um entrave ao projeto de “civilizar” a população, daí a perseguição

---

<sup>242</sup> Idem, p.43

<sup>243</sup> A expressão citada é de Monsenhor Chaves. op. cit., p.30.

<sup>244</sup> REIS, João José. “Tremores e tambores. a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX”. In: CUNHA, Maria C. P.(org.). *Carnavais e outras f(r) estas*. Ensaios de história social da cultura. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002. pp.101-155.

<sup>245</sup> Cf. REIS, J.J. “Batuque negro: Repressão e permissão na Bahia Oitocentista.” In. Istvan Jancsó e Íris Kantor (orgs.), *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa* (São Paulo, Hucitec/Edusp/Imprensa Oficial/FAPESP, 2001. pp.339-358; Para uma análise do conceito do termo festa ver, GUARINELLO, Norberto Luiz. “Festa, trabalho e cotidiano”. In. Istvan Jancsó e Íris Kantor (orgs.), *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa* (São Paulo, Hucitec/Edusp/Imprensa Oficial/FAPESP, 2001. pp.969-975.

àquelas comunidades que conseguiam reunir pessoas de condição livre e de cor branca.<sup>246</sup>

O termo utilizado para qualificar as reuniões festivas de negros, escravos e livres, em Teresina gerava embaraços por parte daqueles que tinham a necessidade de reprimi-la. Qualificando-a como um evento religioso da cultura negra, as autoridades policiais, eclesiásticas e letrados a definiam como um ato de feitiçaria, ligada ao fanatismo e superstição popular de um povo pobre e analfabeto.<sup>247</sup> Aqueles que moravam na cidade e, constantemente, viviam incomodados com o barulho da festa de pretos a denominava de batuque, folguedo negro, sambas, tambor ou tão-somente de “vozerias.”<sup>248</sup>

O controle e cerceamento da festa e dos “ajuntamentos de negros” em áreas rurais de Teresina era um dos principais fatores da ação policial. Na noite do dia 5 do mês de maio de 1862, período este de muitas festas na Capital, um grupo de negros, escravos e libertos, e homens livres se dirigiram à localidade Saco de São Mateus, dez léguas de distância da cidade de Teresina. O principal responsável pela romaria era o negro Manoel João, pessoa que, na visão das autoridades policiais, “não tendo meio de vida algum lícito, se tem insinuado no animo dos povos, fazendo-se acreditar por um homem inspirado por Deus.”<sup>249</sup> Segundo informações do subdelegado do 1º distrito da capital, José Maria das Chagas Fernandes Brito, Manoel João se prestava a fazer “discursos e os atribuir a um gênio que todas as noites lhe aparecia.”<sup>250</sup> Era na sua casa que Manoel João praticava com as filhas dos seus crédulos aquilo que as autoridades policiais chamariam de “brutal canibalismo”.

Com atributos de um líder religioso, Manoel João conseguia reunir não só escravos e libertos, mais também “pessoas de grandes circunstâncias” da sociedade teresinense, assim como a própria polícia da cidade. Pouco sabemos sobre o ritual, as oferendas e os tipos de santos que eram adorados na casa de Manoel João. Tudo que nos resta de informações encontra-se nas falas das praças e do subdelegado do 1º Distrito, o

<sup>246</sup> REIS, J.J. “Tremores e tambores”. pp.101-102.

<sup>247</sup> Ver CUNHA, Hígino. *História das Religiões do Piauí*. Teresina: Papelaria Piauiense; 1924. p. 105. Um misto entre a cultura religiosa pagã portuguesa, feitiçaria negra e sacis, curupiras e yuruparys indígena, era assim que Hígino Cunha definia a religião popular no Piauí do fim do século XIX para o XX. Mais informações sobre a produção literária e os literatos piauienses do século XIX e XX ver, QUEIROZ, Teresinha de Mesquita. *Os literatos e a República*. op.cit., PP.71-134.

<sup>248</sup> REIS, João José. “Tremores e tambores”. p.103.O termo mais comum, segundo João Reis, era vozerias.

<sup>249</sup> *Carta enviada pelo subdelegado de Polícia do 1. Distrito do termo desta capital ao presidente da província o Dr. Antônio de Britto Sousa*. APEP. Secretaria da Polícia do Piauí. Ano 1862.

<sup>250</sup> *Ibidem*.

senhor José Maria das Chagas Fernandes Brito, responsável pela batida policial na residência do religioso. Em um de seus relatórios o subdelegado assim descrevia o ambiente da casa e a maneira como os simpatizantes de Manoel João celebravam o culto religioso.

[...] em um quarto, onde faz discursos e os atribui a um gênio que todas as noites lhe aparece da parte do mesmo Deus, adquirindo assim como que um culto e atraindo os crédulos que se prestam não só a fazer-lhe roças e dádivas de gado e legumes, como a sacrificarem suas castas filhas ao seu brutal canibalismo, deixando-as à noite permanecerem por muitas horas a sós com ele no dito quarto, perfeitamente às escuras, visto como, diz ele, que só assim e no meio de donzela lhe aparece o pretendido gênio; e sendo, outrossim, informado que o *fanatismo do povo por semelhante individuo, se tem desenvolvido a ponto de concorrerem pessoas de grandes circunstâncias tão somente para vê-lo e presenteá-lo*, acrescentando mais reunirem-se à noite toda os dias vizinhos com o fim de ouvir os discursos do gênio de que venho de falar. (grifo meu)<sup>251</sup>

Pouco se sabe sobre o passado de Manoel João, se tinha família ou se vivia única e exclusivamente das dádivas recebidas por seus inflamados discursos. O certo é que, dias depois, sua residência seria invadida pelas autoridades policiais, que, logo em seguida, o acusaria de suscitar o “fanatismo do povo” em troca de serviços e graças, como gado, legumes e, até mesmo, o direito de manter relações íntimas com as filhas de seus fiéis seguidores.

No inquérito policial, feito pelo subdelegado do 1º Distrito, não há nenhuma especificação sobre a condição social de Manoel João, se era escravo ou livre no momento que fora acusado de charlatanice. O certo era que a comunidade sobre a qual liderada ficava nos domínios da fazenda do proprietário de escravos João Vitorino de Assunção. O histórico de vida do proprietário da Fazenda Saco com seus escravos não era dos mais agradáveis. Em 1873, um dos empregados da fazenda desferiu um tiro em João Vitorino. Segundo informações do subdelegado da região, a causa do crime residia no relacionamento severo que João Vitorino mantinha com seus subordinados.<sup>252</sup>

Provavelmente, Manoel João talvez tenha sido cativo do fazendeiro João Vitorino, o que nos leva a imaginar que as dádivas recebidas dos crédulos, além do

---

<sup>251</sup> Idem.

<sup>252</sup> APEPI. Chefe de Polícia. 1873. SPE. Cód.765. ESTN. 07. PRAT. 02.

acumulo de bens certamente o ajudaram a alcançar o status de pessoa livre.<sup>253</sup> Tal reputação era tanta, que na carta endereçada ao Delegado Geral de Teresina, na qual relatava em detalhes o suposto crime do religioso, Manoel João era visto como um homem bem afortunado. Como vimos anteriormente, a conquista da terra para a prática do roçado figurou, para muitos cativos e libertos, numa oportunidade para a tão sonhada autonomia.

Outros casos de manifestações negras se sucedem na Província. Dependendo da perspectiva de quem a denúncia ao público suas conseqüências poderiam variar de um simples ajuntamento de negros, passando por uma prática de curandeirismo ou, até mesmo, quando o objetivo era reprimir uma manifestação nítida de feitiçaria. De fato, as informações prestadas pelas autoridades policiais referente ao suposto crime de Manoel João não se diferenciam muito daquelas relatadas pela imprensa da Capital, quando estes se deparavam com acontecimentos envolvendo escravos ou pessoas recém-saídas da escravidão com suposta prática de curandeirismo. Em 1871, o escravo conhecido por Gama foi acusado de praticar feitiçaria na Província. Na sua lista de crimes, segundo noticiou a imprensa da capital, incluíam-se atos de defloramentos, extorsões e de feitiçaria. Um dos periódicos da cidade assim se referiu ao escravo:

Vaga pelo sul do município desta capital, segundo informa pessoa de todo crédito, um outro *Juca Rosa*, fazendo fortuna a custa dos incautos. Pedimos a policia que deite um olhar de atenção para esse *Melro*, que anda extorquindo tudo quanto pode dos pobres crédulos, que infelizmente escutam suas especuladoras, escandalosas e prejudiciais feitiçarias. Pelo município de S. Gonçalo já andou ele, e fez brilhanturas do arco da velha, pelo que a policia de lá caiu-lhe em cima, e obrigou-o a retirar-se para termo desta capital, depois de haver naquele cometido alguns defloramentos, entre os quais se conta o de uma menor, que perdeu as flores de sua virgindade, a pretexto de ser desenfeitiçada.

O tal feiticeiro é um preto alto, conhecido pelo nome de Gama; ele já esteve nesta capital, em tratamento no Hospital de Misericórdia. Seria bom que a polícia o mandasse vir a fim de verificar se ele é perito na arte de *Juca Rosa*.<sup>254</sup>

<sup>253</sup> Um estudo acerca da trajetória de um líder religioso no Recife do século XIX ver: CARVALHO, Marcus J. M. de. “Fácil é serem sujeitos, de quem já foram senhores”: o abc do divino mestre. *Afro-Ásia*, 31 (2004), pp.327-334. Para a cidade de Salvador ver: REIS, João José. “Domingos Pereira Sodré: um sacerdote africano na Bahia Oitocentista”. *Afro-Ásia*, 34 (2006), pp.237-313.

<sup>254</sup> A Pátria. 16 de agosto de 1871.

A associação entre negros escravizados ou livres com feitiçaria no Piauí do século XIX não se restringe apenas a esses dois casos. Em 1849, um periódico da antiga capital, Oeiras, dava suas impressões acerca do caráter religioso da população, ao afirmar que tais manifestações só tinham espaço devido à enorme aceitação dos “menos instruídos” da sociedade. A relação entre festas e feitiçaria parecia bastante evidente para o redator da matéria abaixo, quando este afirmava o seu caráter diabólico e anti-religioso.

Oxalá que essa idéia de feitiço, que ainda oprime essa parte do povo menos instruído, desapareça dentre nós, como os tirânicos efeitos da inquisição [...] O temor do feitiço domina desde a mais pequena criatura até o velho maior, e oh vergonha!! Ainda hoje essas idéias têm vaga! O feitiço é anti-religioso, e envolve a perda da alma, porque a pessoa feiteira tem pacto com o diabo d’stão eles.<sup>255</sup>

A tentativa em estabelecer semelhanças entre as práticas religiosas dos escravos de diferentes partes do Império foi uma das abordagens produzidas pelas elites locais para frear a influência desses cultos entre a população pobre e branca. O emblemático líder religioso negro José Sebastião da Rosa foi durante o ano de 1871, na figura do preto Gama, o principal personagem nos sonhos de terror das donzelas da Província do Piauí.

De fato, os rumores levantados pela imprensa acerca da influência dos curandeiros tinham por objetivo construir a imagem desses indivíduos como pretensos médicos do corpo e do espírito, responsáveis por todos os males da sociedade, “já que tinham livre acesso a muitas casas de família, ‘profetizando desgraças’ e ‘enganando facilmente as mulheres’”.<sup>256</sup> Embora a utilização do curandeirismo não fosse uma prática criminal prevista nas Leis do Império, mesmo assim a sociedade via com certa desconfiança o respeito que seus líderes – na maioria negros, escravos e/ou libertos, alcançavam em pleno regime escravista.

José Sebastião da Rosa, o Juca Rosa, como era conhecido, fazia todos os tipos de trabalhos, tanto os de cura como os de feitiçaria. Seu poder de conquista fazia com que um elevado número de mulheres livres, negras, brancas e prostitutas o

<sup>255</sup> “O feiteiro e a Inquisição”. *O Escholástico*. 15 de setembro de 1849.

<sup>256</sup> SAMPAIO, Gabriela dos Reis. “Tenebrosos mistérios: Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro Imperial”. In: CHALHOUB, Sidney et al. (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas-SP: Unicamp, 2003.p.387.

procurasse a fim de conseguirem fortuna, felicidade, amor e cura contra os malefícios do corpo e do “sobre o natural”. Acreditavam que Juca Rosa poder-lhes-ia dar aquilo que mais desejavam: “a promessa de encontrar amantes ricos, que lhes garantissem o sustento...”<sup>257</sup>

De acordo, ainda, com Gabriela dos Reis Sampaio, a função do pai Juca Rosa na cidade do Rio de Janeiro não ficava restrita apenas ao aspecto religioso, visto que ao procurarem em sua residência, muitos buscavam também “diversão, bebida, dança, festa, mulheres bonitas, homens interessantes, gentis e cheios de contos de réis, de preferência”.<sup>258</sup>

Já para Flávio dos Santos Gomes, as práticas religiosas dos cativos durante o século XIX foram percebidas pelas autoridades policiais como um dos prováveis motivos de revoltas e “insurreições escravas” no Rio de Janeiro.<sup>259</sup> Acreditava-se que os feiticeiros eram os porta-vozes dos levantes escravos, sujeitos que, por possuírem certo grau de respeitabilidade entre os membros de sua comunidade, podiam forjar elementos capazes de desestabilizar a ordem escravista local.

Em Teresina, os ajuntamentos de negros podiam gerar, ao mesmo tempo, todos esses fatores de preocupação social.

#### 4.2 FOLGUEDO NEGRO, PASQUINS E POLÍTICA DE CONTROLE POLICIAL

Vistos durante o Império como um perigo para a ordem instituída os ajuntamentos de negros, cativos e livres, foram, durante muito tempo, alvo da ação policial nas cidades do Brasil do século XIX. O medo de que esses encontros criassem laços de identidade negra e, por conseqüência, um levante escravo deixava as elites apavoradas com os rumos da instituição escrava.

O exemplo ocorrido na cidade de Salvador da Bahia, em 1835, quando escravos islamizados saíram em revolta pelas ruas da cidade era constantemente relembrando na mente dos escravocratas, e quase sempre assumindo novos significados, à medida que os descontentamentos, insubordinações, fugas e crimes de escravos eram relatados nos jornais das cidades do Império. Atrelado a esse sentimento, havia ainda o

---

<sup>257</sup> Idem, p.398.

<sup>258</sup> Idem, p.404.

<sup>259</sup> GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.p.208.



medo de que os escravos tomassem conhecimento de outras rebeliões escravas ocorridas nas Américas, como aquela no Haiti. Todo esse clima ajudaria a criar uma espécie de “suspeição generalizada” com a população negra e escrava do Brasil.<sup>260</sup>

Permitir ou reprimir a festa negra foi durante muito tempo o dilema da sociedade escravista brasileira. Ao articular as práticas culturais desses cativos com as culturas étnicas transportadas da África para as Américas, Flávio Gomes aponta ainda que muitos escravocratas começam a perceber o perigo que esses encontros de negros podiam causar à ordem instituída. Tal política de controle e repressão conduzida pelos escravocratas tinha ainda por conseqüências conter manifestações escravas envolvendo os conhecidos batuques de negros.

Códigos de posturas, editais e licenças municipais foram criados no período Imperial com o intuito de cercear práticas supostamente subversivas, objetivando, com isso, a manutenção da ordem pública, tanto no campo como nas cidades do Brasil durante o século XIX. Para muitos escravos e libertos, as danças e ritmos criados e recriados nas senzalas, nos quilombos e nas áreas urbanas das cidades do Brasil serviam para construir e reformular laços comunitários e de solidariedades e, a partir daí, reinterpretarem “o ambiente em que viviam, formando comunidades e reinventando as próprias culturas.”<sup>261</sup>

No contexto da década de 1870, em Teresina, o cerceamento de manifestações escravas envolvendo danças e rituais de feição religiosa ou que significassem uma folga no ritmo de trabalho mostrou-se um perigo à sociedade escravista. Possivelmente, a comunidade religiosa liderada por Manoel João, no subúrbio de Teresina, significasse para autoridades policiais da Capital um local de prováveis distúrbios e conspirações. De fato, se nas áreas que circundavam a cidade de Teresina a presença da polícia era marcante, na parte central de Teresina, portanto próximo dos casarões residenciais e dos prédios públicos, o que mais preocupava as autoridades policiais, governantes e elites locais eram aquelas manifestações escravas que ocasionassem algum tipo de ofensa à moral e sossego dos vizinhos.

---

<sup>260</sup> REIS, João José. *Rebelião escrava no Brasil. A História do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. O medo de que essa revolta africana acontecesse em outras capitais do Brasil, notadamente na Corte imperial, são estudadas pelos seguintes autores. GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas*. p.213; SOARES, Carlos Eugenio Líbano. *A capoeira escrava*. p.233. O medo e seus significados no mundo Ocidental são analisados em, DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. pp.151-202.

<sup>261</sup> GOMES, Flávio dos Santos. *Histórias de Quilombolas*. p. 212.

A presença do bumba-meu-boi nas festividades da cidade era bastante comum, principalmente na folia de Reis, uma das brincadeiras que mais preocupava as autoridades públicas. A quantidade de licenças para barracas e pedidos de vendas de alimentos e comercialização de fogos encaminhada pelos populares à Secretaria de Polícia, durante os dias festa, apontam para um sensível aumento dos praticantes da folia de Reis na cidade.

Conta o folclorista piauiense Noé Mendes de Oliveira que a folia do boi no Piauí se estendia por todo o ano, sendo que, nas vésperas de São João e São Pedro, existia nas cidades de Teresina, Amarante e Parnaíba a brincadeira com o nome de boi de junho.<sup>262</sup> Em dezembro e janeiro, a folia do boi ganhava contornos de uma festa mais popular, pois servia de comemoração do nascimento de Cristo e homenagem simbólica aos Três Reis Magos. A presença de forros e escravos na celebração do Boi-de-Reis era tanta que a data de celebração dos festejos da igreja de São Benedito, o padroeiro dos pretos e escravos da capital, passou a acontecer no dia 6 de janeiro, época das festividades brincadeiras do boi.<sup>263</sup>

Constantemente reinventada por seus participantes, a diversão do boi foi gradativamente ganhando o status de “brinquedo”, sendo durante o século XIX caracterizado como um instrumento do protesto cativo. Talvez seja por isso que muitos escravos para utilizá-los nas festividades populares precisavam pedir licença municipal, concedida pelo próprio delegado de polícia de Teresina. Foi o que aconteceu em julho de 1862 com o escravo Rufino, pertencente à Cândida Canária. Antes de colocar o bumba-meu-boi nas festividades de São João, Rufino pediu, nos dias que antecederam à festa, a devida licença para se apresentar ao público. Segundo informações prestadas pelo próprio escravo, seu objetivo era de alegrar a população e conseguir alguns recursos nos dias de festa, porém Rufino exagera na brincadeira, ao apresentar no ritmo do tambor e da “frenética dança” uma “cantiga” que, segundo as palavras do delegado, “envolvia nomes de pessoas estranhas ao tal brinquedo; e por isso casei a permissão que dei para ser ele apresentado ao público desta cidade.”<sup>264</sup>

Autoridades policiais do Império eram conhecedoras do potencial que essas festas podiam causar em populações escravas que viviam nas cidades do Brasil, por isso

---

<sup>262</sup> OLIVEIRA, Noé Mendes de. *Folclore Brasileiro*: Piauí. 2ed. Teresina: EDUFPI, 1995. p.33.

<sup>263</sup> O folclorista Luis da Câmara Cascudo faz alusão a essa brincadeira do boi de dezembro, no. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 10ed. Ed. Ilustrada, São Paulo: Global, 2001, p. 80.

<sup>264</sup> APEPI. Delegacia de Polícia Teresina. 1846-51-58/1860-69/1870-79/1881-87/1890-97/1900-1942. Caixa. 570.

o constante cuidado nos dias de festa. Reprimi-lás, de fato, nem sempre foi a melhor saída utilizada pela polícia. De acordo com a historiadora Marta Abreu, a festa do Divino Espírito Santo passou, durante a década de 1830, a sofrer com a progressiva vigilância dos governantes e autoridades policiais da Corte, em razão da festividade do Divino se colocar na preferência dos negros da cidade.<sup>265</sup>

Com o propósito de controlar os divertimentos e eventuais conspirações escravas nos dias da folia, o juiz de paz da freguesia de Santana, no Rio de Janeiro, Custódio Barros afirmava que as barracas formavam para os garantidores da ordem o principal foco das desordens, sendo necessário seu controle e repressão. Contrário ao argumento do juiz de paz, o Regente, através da figura do Ministro dos Negócios da Justiça, defendia a tolerância às barracas, mesmo que por três dias, reportando para tal decisão a tradição e o “antigo uso e costumes da cidade” em reverenciar o Divino.<sup>266</sup>

Se a cantiga do bumba-meu-boi causava preocupação aos delegados de polícia de Teresina, o mesmo não se podia afirmar das folias de carnaval, cuja “harmonia e decência presidia a toda a folgaça” de estilo europeu,<sup>267</sup> com bandas, confetes, fantasias e máscaras vindas direto de Liverpool, para entusiasmo dos mais abonados da sociedade.<sup>268</sup> Foi pensando nesse estilo de festa que, a partir de 1859, houve uma tentativa gradual de modificação do carnaval teresinense, passando do tradicional entrudo para os requintados divertimentos carnavalescos, como aqueles bailes organizados pelo comerciante de Teresina, José Gregório Perco em que, “à moda das grandes cidades do Império”, as máscaras e confetes davam novos sentidos à alegria.

As diferentes tentativas de se alterar maneiras tradicionais de brincar e festejar durante o século XIX já vinha ocorrendo em todo Império, e quase sempre a Europa e o Rio de Janeiro eram o berço dessas novas mudanças. Na Capital do Império, literatos como Valentin Magalhães e Artur Azevedo acreditavam que as brincadeiras

---

<sup>265</sup> O policiamento do cotidiano através de um controle das práticas culturais dos menos abonados das cidades do Brasil império é analisado em, ABREU, Marta. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999.

<sup>266</sup> ABREU, Marta. *Op.cit.* p. 198.

<sup>267</sup> Sobre o tema da festa na Europa ver, dentre outros, BAKHTIN, Mikhail M. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: HUCITEC; Brasília: Editora UNB, 1987; DUVIGNAUD, Jean. *Festas e Civilização*. Ceará: Edições UFC/Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1993; BURKE, Peter. *Cultura Popular na Idade Moderna – Europa, 1500-1800*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

<sup>268</sup> O luxo das fantasias, dos carros alegóricos e o olhar sobre o carnaval carioca do século XIX a partir daquele carnaval praticado em Veneza encontram-se melhor analisado em CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920*. São Paulo, Cia. das Letras, 2001.

das molhadelas, dos limões-de-cheiro, das bisnagas, dos busca-pés, dos pós e seringas representavam aquilo que era de mais atrasado, numa clara alusão ao entrudo, que na visão dos letrados deveria, com o passar do tempo, dar lugar ao novo carnaval, no estilo de Veneza.<sup>269</sup> Para esses literatos, a prática do entrudo, bem como qualquer outra evento religioso associado aos “estúpidos divertimentos” causavam perturbação à ordem das coisas e deveriam, por isso, estar com os dias contados.<sup>270</sup>

Sintonizados com as transformações da festa durante os séculos XIX e XX, os foliões de Teresina, assim como literatos da Corte, se utilizavam da retórica do fim do entrudo e das suas formas de brincar e protestar para legitimar novas maneiras de festejar condizentes com os padrões de “civilidade”, daí o constante apego dos teresinenses aos modelitos e confetes importados do Velho Mundo.

Se durante o carnaval e festejos da cidade a ação da policial se fazia bastante perceptível, devido ao poder de controle e coerção que os grupos participantes estavam sujeitos em razão da sua exposição em praças e largos da cidade, a polícia tinha, por sua vez, certa dificuldade em punir aqueles que utilizavam os pasquins como arma de protesto e descontentamento social. Isso por que, durante a segunda metade do século XIX, na cidade de Teresina, os panfletos colocados nas ruas eram uma das principais perturbações políticas praticada pelos foliões nas festividades religiosas da capital, inclusive extrapolando os limites da festa.

Mesmo sendo uma forma de protesto ligada às antigas brincadeiras do entrudo, sua veemência era tanta que continuou ativa até as vésperas da proclamação da República, como comprova a lei municipal de 1884, sobre a utilização dos pasquins na cidade de Teresina.

Ninguém fará pasquins, dísticos e figuras desonestas nas praças e portas dos edifícios, muros, esquinas e em qualquer outro lugar, sob pena de multa de 10 mil réis e prisão de quatro dias.<sup>271</sup>

Com um forte caráter de protesto e/ou descontentamento social, as inscrições feitas pelos pasquineiros nas portas das casas e praças de Teresina funcionavam também como um “mensageiro de relações.” Era naquele momento de

<sup>269</sup> A maneira como os literatos da Corte celebravam e escreviam sobre a festa encontra-se em, PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. 2ªed.rev. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 2004.

<sup>270</sup> A reflexão aqui, em parte, baseia-se em DAVIS, Natalie Z. op.cit., p. 142.

<sup>271</sup> APEPI. Código das Leis Piauienses. 1884.

brincadeira e de diversão, que cercava as festividades religiosas da cidade, que muitos indivíduos utilizavam os pasquins e a caricatura de um líder político ou de um senhor de escravo opressor para expor ao público mais amplo os conflitos nos quais estavam inseridos.

Logo ao chegar à cidade de Barras, em 1866, o tenente-comandante Manoel da Costa Veloso escreve para o Delegado Geral de Polícia acerca da grande quantidade de pasquins afrontosos naquela cidade. Segundo o delegado, os pasquins não eram uma característica da capital do Piauí, mas de todas as cidades da Província, cabendo, portanto, um aumento considerável no efetivo policial, a fim de controlá-lo.

É incrível que eu possa guarnecer uma cadeia bastante para com dezenove criminosos de importância, somente com seis soldados, ainda mesmo dispensando como despensa, dois que devia ocupar um para meu comando, 7(sete) para empregar nas ordens, quando essas mesmas seis ainda serão poucas para policiarem a *vila, dentro da qual só se encontra ladrões e* (trecho ilegível) *antes armados de facas ao lado da cintura, assim como vadios que só vivem de deitar pasquins insultuosos pelas portas das casas de homens de mérito.*<sup>272</sup>(grifo meu)

Mas não eram apenas os pasquins que serviam de instrumentos para aqueles que tinham intenções para além da festa. Proibidos pelas autoridades policiais, nas festividades de São João, os fogos de busca-pés, roqueiras, tiros de peça e fogueiras ocupavam na cultura festiva dos populares de Teresina um papel de destaque, principalmente entre “muitos meninos, moleques e até mesmo pessoas maiores.”<sup>273</sup> A necessidade de alertar os populares de Teresina acerca da censura e do caráter criminoso desse tipo de brincadeira só reforça a idéia de que a postura era repetidamente descumprida pela população.

D'ordem do Ilm. Sr. Dr. Chefe da Província faço público para conhecimento de todos os dispostos no artigo 132 das Posturas Municipais desta Capital Ar. 132 – É proibido tocar-se busca-pés nas ruas da cidade, assim como dar tiros de peça ou fogueiras por ocasião das festividades. Aos infratores multa de vinte mil reis e nas reincidências o duplo e mais oito dias de cadeia. E para que chegue ao

<sup>272</sup> APEPI. Polícia Civil. 1837-1850-1855/1945. Caixa: 572.

<sup>273</sup> APEPI. Município de Teresina. 1877-1879. As multas podiam chegar até 20\$000 réis, para quem desrespeitasse a lei municipal de controle sobre as folias do entrudo.

conhecimento de todos lavrei o presente que seja afixado na porta desta repartição e publicado pela imprensa.<sup>274</sup>

No dia 25 de junho de 1877, portanto poucos dias após a publicação desse código de postura pela municipalidade, o senhor José Antônio de Lemos, em nota publicada no jornal *O Semanário*, queixava-se acerca do incidente que ocorrera em sua casa, envolvendo o tenente da Companhia de Polícia, o Sr. Francisco Almeida que

longe de empregar-se em fazer observar a ordem de segunda autoridade da província, em proveito da segurança, moralidade e tranqüilidade pública, foi o primeiro a armar-se de porção de busca-pés, e na porta de sua casa com o maior abuso os soltou dos quais entre outros, que estalaram em cima do telhado da casa do abaixo assinado, um deles arrombando a vidraça da janela do sótão que lhe serve de dormitório com sua família, foi estalar a furiosa bomba debaixo da rede de sua mulher fazendo em fragmentos uma vasilha que ali se achava deitada!<sup>275</sup>

Na brincadeira do tenente da Companhia, lá se tinha ido o urinol da mulher de José Antônio. Uma pequena perda, pois caso a “divina providência não tivesse baixado quatro dedos apenas a direção do busca-pé”, a explosão teria sido no rosto da mulher. Assustado com o acontecido, José Antônio segue em direção à rua, e logo se depara com o tenente da Companhia. Ao perguntar-lhe sobre o responsável pelo “brutal e criminoso divertimento”, o tenente se declara culpado, lhe respondendo, em seguida, que não havia sido proposital. No final do artigo, José Antônio, manda o tenente guardar seu estilo arrogante e “hercúleas forças para os tempos eleitorais, quando como sempre melhor serão aproveitadas; agora estamos em armistício.”<sup>276</sup>

Para João Antônio o período festivo da cidade não era propício para as contendas políticas. Entretanto, sua opinião difere de uma considerável parcela da população, principalmente aquela parda e preta, escrava e livre, da cidade. Nada mais interessante do que agredir um presidente indolente, um delegado corrupto, um vizinho indesejado ou um político escravocrata nas festividades da cidade. Era nesse momento de celebração religiosa, civil e popular, que a repercussão de um protesto ganhava

<sup>274</sup> Idem, Lei de 19 de junho de 1877.

<sup>275</sup> “Mais um crime cometido pela Polícia.” *O Semanário*, 25 de junho de 1877.

<sup>276</sup> Ibidem.

significados mais amplos, daí a freqüente associação entre pasquins sediciosos, folguedos e festas.

Um exemplo contundente dessa associação aconteceu no momento que José Bernardes toma posse como presidente da Província do Piauí. Preocupado com o conteúdo dos pasquins contrários ao antigo administrador provincial que circulavam pela cidade, José Bernardes ordena ao delegado geral de Teresina, na época o Sr. Umbelino Mendes de Lima, a imediata “diligência para fim de se descobrir e serem punidos os autores de diversos pasquins anônimos contra o antecessor, o Dr. Antonio de Brito Sousa Gayozo.”<sup>277</sup> Curiosamente, o pedido do presidente, exigindo a prisão dos pasquineiros, coincide com as festividades em homenagem a São João.

Celebrada na noite do dia 23 de junho, a festa de São João funcionava como uma espécie de algazarra para os populares. O fogo feito em cada casa e praça da cidade para homenagear o santo revelador servia também para protestar contra determinado indivíduo, daí sua simbologia com o surgimento da vida e com a purificação terrena, ao contrário das suas cinzas e do carvão das sobras – que tinham por utilidade última marcar as casas e prédios públicos. Assim como São João, as figuras e as palavras nas casas serviam para desmerecer a reputação de uma autoridade e torná-lo desprezível frente à sociedade.

O exemplo mais contundente de incorporação dos pasquins sediciosos pelos populares de Teresina se dar durante os embates entre senhores e escravos em torno dos destinos da emancipação escrava na Província, em que a imprensa da capital noticiou a utilização de capangas pelos escravocratas com a pretensão de forçarem “os libertos a voltarem ao cativoiro.” Para o governo, a estratégia dos escravocratas era de “continuar a manter na escravidão os ingênuos da Lei de 28 de setembro de 1871, requerendo a tutoria, a fim de usufruírem gratuitamente os serviços dos mesmos ingênuos”.<sup>278</sup> O abolicionista José Viveiros de Castro, presidente da Província, em 1888, classificou as atitudes dos escravocratas do Piauí como uma “disfarçada escravidão.” Curiosamente, as informações colhidas por Viveiros de Castro sobre o assunto não vieram apenas dos jornais da cidade, mas dos seus contatos com os pasquins espalhados pela cidade que tratavam sobre o assunto.

---

<sup>277</sup> APEPI. Secretaria de Polícia do Piauí.

<sup>278</sup> *A Época*, 21 de julho de 1888. Transcrição da circular da 1ª secção, nº1228 do Palácio do Governo do Piauí, em 12 de junho de 1888.

Desde a década de 1880, os escravocratas que se posicionavam contrários à libertação dos escravos eram severamente rechaçados com imagens e pasquins pela cidade. No dizer de um dos ofendidos, as palavras vinham carregadas com “epítetos os mais afrontosos e inflamantes” sobre sua personalidade política e familiar dos agredidos.

Ao amanhecer dos dias 9 e 10 do andante os habitantes desta capital tiveram de presenciar um espetáculo estranho e sobremodo desmoralizador, que merece a mais severa condenação da parte dos homens honestos.

Quase todas as casas desta não pequena cidade continham em sua frente inscrições a carvão, nas quais os nomes de cidadãos, respeitáveis por suas posições sociais e integridade de caráter eram acompanhados dos epítetos os mais afrontosos e infamantes.

A mão profana do miserável pasquineiro devasou até o recesso da família; nada foi respeitado pela sanha brutal dos demolidores das reputações alheias!<sup>279</sup>

Eficiente na crítica, os pasquins, ao ocultar seus mensageiros, estimulavam os conflitos, pois, aos olhos dos ofendidos, qualquer indivíduo poderia ser o real agressor. Com a mesma crítica dos rabiscos nas portas das casas e dos prédios, os pasquins foram, com o passar do tempo, adquirindo cada vez mais espaço nas páginas dos jornais da cidade.

Para a polícia, o controle esbarrava na falta de provas e na incapacidade de identificação dos “nomes dos pasquineiros”, vistos continuamente como “entes perigosos e repulsivos”, para a sociedade. Já para aqueles que sofriam as conseqüências dos pasquins, sua prática mais parecia com aquelas brincadeiras do entrudo, algo próximo do cotidiano festivo da cidade, assim como o bumba-meu-boi e os batuques de negros.

À medida que os pasquins deixam as portas das casas e o carvão, para conquistar o papel impresso e a caneta dos letrados, seu significado muda, deixando de ser algo ligado às brincadeiras do entrudo e a um grupo social específico. Entretanto, pode-se presumir que sua associação com o protesto negro continuaria por muito tempo. Talvez, seja por isso que, em plena República, aqueles que utilizavam os pasquins como

---

<sup>279</sup> *O Semanário*, 11 de julho de 1880.



protesto, em Teresina, fossem ainda classificados de “infames de pele negra e alma de lama.”<sup>280</sup>

No Piauí, durante todo o século XIX, o controle sobre os pasquins foi motivo de preocupação policial. Dispor de informações sobre os possíveis suspeitos dos pasquins seria a melhor maneira de controlá-los. O cerceamento das maneiras de se divertir, dos comportamentos e dos modos de vida dos populares seria, portanto o dispositivo criado pela polícia a fim de barrar essa prática, que incluía ainda uma estreita vigilância sobre a ocorrência de quaisquer alterações da ordem, o que permitia um controle eficaz da população livre da cidade. Contudo, o mesmo não se poderia afirmar sobre a folgaça negra que acontecia nas ruas da cidade.

#### 4.3 BATUQUES E CALOJIS NA RUA DOS NEGROS

Preocupado em manter a ordem e o sossego público durante as festividades religiosas do ano de 1874, o chefe de polícia, Dr. Henrique Pereira de Lucena, lançou a idéia de que para se controlar os crimes e os prováveis distúrbios urbanos tinha a polícia de ter maior atenção aos lugares onde aconteciam os famosos “ajuntamentos de negros”, quando estes celebravam com muita dança “as folias a que chamam de samba.”<sup>281</sup> Insatisfeito com a permissão dada aos *sambas* - principalmente na freguesia das Dores cujo percentual de negros, escravos e livres, chegava a 58,7% dos 3.073 cativos existentes na Capital - o delegado recomendava aos governantes e populares que viviam próximos a esses encontros enérgicas medidas de controle à festa negra.

Tendo as causas principais de grande número de crimes que se tem consentido neste termo e província as folias a que chamam de samba e o uso de armas proibidas, recomendo-lhe que haja de dar as mais terminantes ordens para que não sejam mais permitidas essas folias, sobretudo nesta capital, e para que seja serenamente punido o uso de armas proibidas.<sup>282</sup>

A recomendação do delegado Henrique Pereira de Lucena não era novidade entre os populares e, principalmente, entre aqueles que sofriam a repressão. O primeiro

<sup>280</sup> “Ao público” *Gazetinha*, 28 de junho de 1897.

<sup>281</sup> APEPI. Chefe de Polícia. SPE. Cód.765; ESTN. 07. PRAT. 02.

<sup>282</sup> *Ibidem*.

código de postura da municipalidade já mostrava interesse em cercear os “batuques cantorias e danças de pretos” na cidade.<sup>283</sup> A necessidade de criar novas resoluções e relembrar os populares sobre antigos códigos e editais proibindo os fogos, jogos e “danças de negros”, durante os dias de festa na cidade, revelam a ineficácia das autoridades policiais e municipais no controle daqueles que se divertiam nas ruas de Teresina.

Na busca pelo controle desses “ajuntamentos de negros”, outras cidades da Província do Piauí adotariam medidas similares às tomadas pelo delegado de Teresina. Em Amarante, o código de postura de 1885, proibia “os batuques denominados sambas, tambores, e quaisquer outras danças e folguedos que incomodem o sossego público, das 9 horas da noite em diante”. Entretanto, seriam permitidas as “músicas instrumentais vocais que percorrem as ruas, e nelas permanecem guardando o respeito devido.”<sup>284</sup>

Ainda que autoridades policiais observassem nos batuques, sambas e bumba-meu-boi uma visível presença negra, fica evidente que a preocupação não era o preto em si, mas a possível e estranha associação que se forjaria entre “pessoas de grandes circunstâncias” e a população negra da cidade. Os sambas ou os batuques escondiam, portanto, solidariedades que poderiam reunir não só comunidades de escravos, mas também alcançar os brancos da cidade.<sup>285</sup> Tal hipótese também foi levantada para a cidade do Rio de Janeiro do século XIX, quando o assunto era o controle sobre a dança negra. Segundo ainda Marta Abreu, era praticamente impossível para o polícia da Corte, “uma política seletiva de proibições em direção a um único gênero de dança encontrado ou a um único tipo social de dançarino.”<sup>286</sup> De fato, quando o assunto era a festa de manifestação popular, as danças, as brincadeiras e outras formas de diversão eram cada vez mais identificadas como pertencente ao universo da “gente sem costumes”, algo - já salientado neste trabalho - ao já ultrapassado entrudo.<sup>287</sup>

Era comum nessas festas na cidade de Teresina, os foliões acabarem na Cadeia. Na tarde do dia 25 de junho de 1869, Domingos Bezerra Cavalcante, morador da rua da Chapada e conhecido pelos vizinhos como “Cabeça Chata”, ao brincar as festividades juninas daquele ano, postava-se em frente à sua casa com “uma panela

<sup>283</sup> *Código de Postura de Teresina: 1852. Título: 05. Artigo. 42.* APEPI. Conselho Municipal de Teresina. Câmara Municipal - Teresina. 1833-1854. Caixa. 58.

<sup>284</sup> APEPI. Poder Legislativo. Registros das Sessões Legislativas. 25º Legislatura (1884-1885). Caixa-207.

<sup>285</sup> Cf. REIS, João José. “Tremores e tambores”. p.128.

<sup>286</sup> ABREU, Marta. op. cit., p. 198.

<sup>287</sup> CUNHA, Maria C. P.. *Ecos da Folia*. op. cit., p 41.

cheia de cal” arremessando nos transeuntes um líquido branco feito de água e cal. Segundo inquérito policial, quem reclamasse do comportamento de Domingos ouviria da sua boca “palavras injuriosas, com ofensas da moral e perigo do sossego público.”<sup>288</sup> Na ocasião em que Domingos Cabeça Chata brincava, o sargento em destacamento, Lecínio Fontes Piauilino foi surpreendido por uma “uma brocha embebida nesse líquido, pelo que ficou a farda e rosto do mesmo[sargento] toda branca.” Logo ao perceber que tinha atingido o tenente da polícia, Domingos arma-se e corre para dentro de sua residência. Segundo o Chefe de Polícia, mesmo com a prisão decretada, Domingos Cabeça Chata continuou a ameaçar as praças e o sargento e “estes possuídos de medo não se animaram a chegar perto dele.” Após muitas conversas, foi conduzido à Casa de Detenção da cidade por crime de desordem urbana.

Fato análogo à brocha embebida com a cal de Domingos eram aquelas brincadeiras praticadas por negros na cidade do Rio de Janeiro do século XIX, que se divertiam utilizando tintas, pós, alvaiades e farinhas na pele, com o intuito de desprezarem a sociedade escravista da Corte. Conforme afirmou Maria Clementina em seu trabalho sobre o carnaval carioca, ao se pintarem de branco, os escravos “criavam um simulacro do outro para ridicularizá-lo,” conduzindo de maneira teatral os conflitos de uma sociedade escravista incapaz de “garantir que as regras e hierarquias fossem mantidas no interior da brincadeira.”<sup>289</sup>

Fatos como estes causavam conflitos, provocavam desânimos e ofereciam aos diferentes grupos da sociedade teresinense variadas maneiras de se interpretar os significados que essas festas podiam gerar na mente de escravos e pobres livres da cidade. A partir da segunda metade do século XIX, o controle social sobre essas práticas urbanas mais do que uma política de repressão, conduzida com esmero pela polícia, deveria, portanto, partir de uma ação estratégica de eliminação de possíveis focos dessas manifestações negras nas cidades do Brasil. Assim, o objetivo era que o espaço público das cidades do Império ficasse cada vez mais difícil celebrar a festa negra.

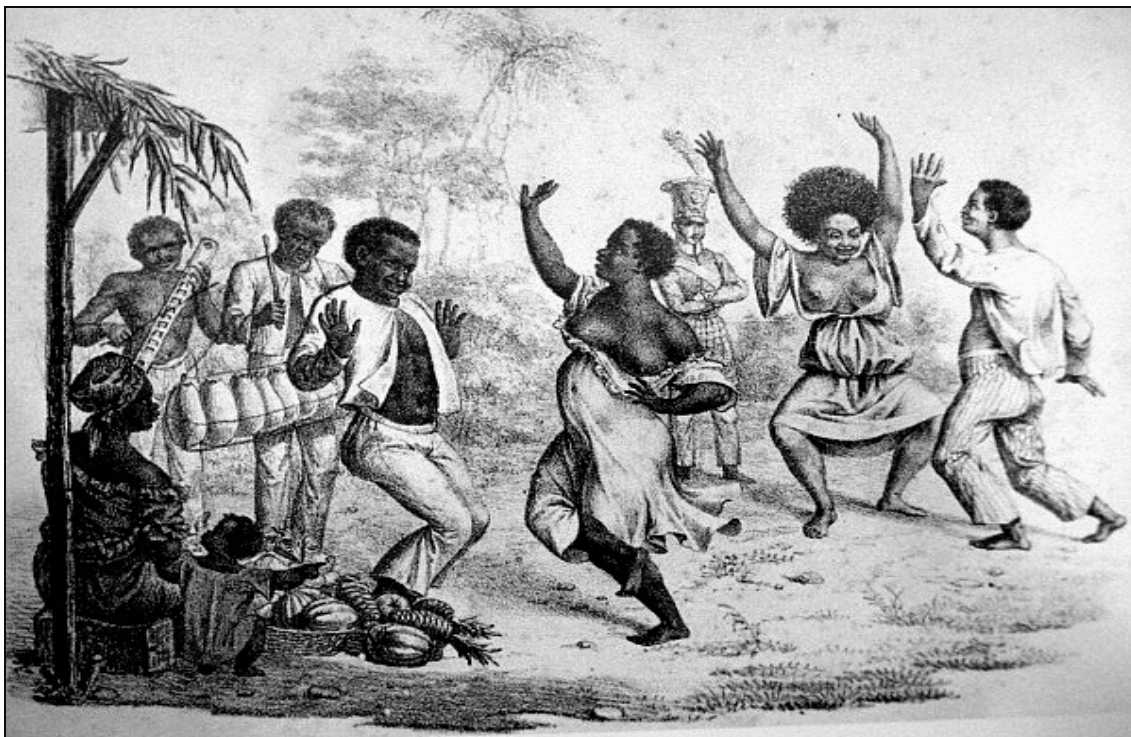
De acordo com João Reis, a partir da década de 1850, autoridades policiais da cidade de Salvador da Bahia apertam o cerco de modo progressivo no controle e repressão aos batuques de rua na cidade.<sup>290</sup> Barracas de jogos da sorte e reuniões de negros para celebrarem e dançarem após as festividades religiosas da cidade começam a

<sup>288</sup> APEPI. Delegacia de Polícia de Teresina. 1846-51-58/1860-69/1870-79/1881-87/1890-97/1900-1942. Caixa. 570.

<sup>289</sup> CUNHA, Maria C. P. op. cit., p 58.

<sup>290</sup> REIS, João José. “Tremores e tambores”. p.133.

sofrer constante repressão. A suspeição que se operava visava sobretudo a tirar das ruas qualquer foco de possíveis distúrbios que pudessem ocasionar o questionamento da ordem e da civilidade.<sup>291</sup>



**Ilustração 4:** O Batuque em São Paulo. c, 1817. Gravura de Jonhann Baptist Spix & Karl Von Martius.

É possível que grande parte das ações do aparato policial de Teresina tivesse como inspiração as ações feitas pelas autoridades policiais de Salvador. Um exemplo disso foram as constantes trocas de informações sobre o modelo carcerário baiano e o tipo de polícia a ser aplicado no Piauí, visto no capítulo anterior.

Ainda que a presença de escravos africanos não figurasse como um perigo social em Teresina, como ocorrera em Salvador, mesmo assim, os sambas ou batuques cantoriais poderiam, num horizonte não tão distante, atrair outros segmentos da sociedade teresinense para suas fileiras, como pessoas de condição livre. Foi o que aconteceu, em outubro de 1877, com os indivíduos Manoel Vieira, Bartolomeu Mendes e Anselmo Francisco da Silva.

<sup>291</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. Ver também: AZEVEDO, Célia Marinho de. *Onda negra, medo branco*.

Fez-se o policiamento desta cidade ontem, 4 do corrente, e tendo a patrulha da rua de São José encontrado no lugar denominado Porto da Barrinha, com um ajuntamento de indivíduos em dança de violas, e que se denomina – samba ou pagode - intimou-os conforme as ordens de V. Sr. para que se dispersassem, e tendo a isto se oposto os paisanos de nomes Manoel Vieira de Carvalho, Bartolomeu Mendes de Oliveira e Anselmo Francisco da Silva, foram pela mesma patrulha presos a minha ordem e recolhidos a Casa de Detenção, segundo a parte que recebi do rondante das ditas patrulhas.<sup>292</sup>

Não tão distante do Porto da Barrinha, acontecia, na rua da Augusta, os famosos tambores de negros, outro termo utilizado pela polícia para qualificar esses encontros festivos em Teresina. A conquista por espaços de autonomia escrava na cidade de Teresina para dançar e folgar parece ter sido uma constante. À medida que o folguedo de negros era reprimido pelas autoridades policiais da cidade, os seus participantes reagiam com um “frenético entusiasmo,” intimidando pelo som e vozeria os “ouvidos dos pobres moradores d’aquelas paragens.”<sup>293</sup> Diante da política de tolerar ou reprimir, os moradores da rua da Augusta assim definiram os limites do folguedo de negros.

TAMBOR - Alguns moradores da rua Augusta e suas imediações pedem-nos que chamemos a atenção da polícia para o folguedo de negros, denominado tambor, que todos os domingos se faz naquela rua. Achamo-lhe razão; porque semelhante brincadeira se torna insuportável pelo barulho que provoca. É justo que cada um procure distrair-se; mas de forma que a distração de uns não se torne prejudicial a outras.

*Podem os negros divertir-se, mas que o façam em lugares próprios.* Satisfazendo o pedido dessas pessoas, contamos que o Sr. Dr. Chefe de policia tomará o caso em condenação.<sup>294</sup> (grifo meu)

O pedido feito pelos moradores da rua da Augusta à polícia da cidade em advertir os ajuntamentos de negros para batuque naquela localidade da cidade, evidencia, pela primeira vez, o direito dos escravos ao batuque. Exceto às recomendações do Delegado da Capital, Henrique Pereira Lucena, exigindo o fim das folias de negro em Teresina. Mesmo assim, o batuque continuou durante o século XIX como uma manifestação tolerada em determinados locais da cidade.

<sup>292</sup> APEPI. Delegacia de Polícia de Teresina. 1846-1847-48-49-1851/1942. Caixa: 570. *Carta enviada ao Chefe de Polícia da província, Dr. Vicente Candido Ferreira Tourinho.*

<sup>293</sup> TAMBOR, *O Semanário*. 14 de setembro de 1878.

<sup>294</sup> Idem, 7 de agosto de 1878.

Embora o código de postura da municipalidade punisse aqueles que consentissem em “suas lojas, quitandas, e outras casas públicas, escravos alheios em ociosidade, ou entretidos em danças e jogos,” sua permissividade era admitida, desde que “em lugares próprios,” e estabelecido pelas próprias autoridades policiais.<sup>295</sup> Entretanto, bastante um clamor dos moradores próximos a esses ajuntamentos para a mesma polícia reprimir esses encontros.

Diferente da festa negra nas ruas das cidades, o batuque e o lazer negro podia, igualmente, acontecer em lugares fechados. Desta maneira, a festa negra que acontecia no espaço privado das casas dos mais abonados da sociedade ilustrava também o aspecto conflituoso entre autoridades policiais, políticos, senhores e escravos, quando o assunto era o cerceamento dessas folias de pretos, já que aceitar esses encontros em locais privados, sem o consentimento das autoridades policiais e dos vizinhos, significava ser favorável aos negros.<sup>296</sup>

Em outubro de 1877, foi endereçada uma carta ao periódico da capital, *O Semanário*, informando acerca dos inconvenientes de uma festa de negros que acontecia todas as noites na casa do cidadão D. G. Pedreira, que tinha como principal responsável uma liberta de nome Lizarda.<sup>297</sup> Na campanha contra a *folgaça negra*, os moradores da rua Grande solicitavam ao delegado da Capital, o Sr. Capitão José Félix Alves Pacheco uma exemplar punição à responsável pela comunidade negra, a liberta Lizarda, caso continuasse a faltar com a devida “prudência, decência e respeito às famílias vizinhas, prometendo-lhe o castigo que merece se continuar na vida depravada que tem adotado.”<sup>298</sup>

Empenhados em preservar a “moralidade pública” e alcançar a “civildade,” os moradores não pouparam críticas ao tipo de relacionamento entre a liberta Lizarda e seu ex-proprietário, o senhor Pedreira. Possivelmente Lizarda tinha um bom relacionamento com seu antigo proprietário, dado que, após sua alforria, Lizarda continuaria a trabalhar e morar na casa do seu antigo proprietário. Ao que tudo indica, o

---

<sup>295</sup> *Código de Postura de Teresina: 1852. Título: 05. Artigo. 43.* APEPI. Conselho Municipal de Teresina. Câmara Municipal - Teresina. 1833-1854. Caixa. 58.

<sup>296</sup> REIS, João José. “Tremores e tambores”. p.137. Ver também SOARES, Carlos Eugênio L. “O triângulo da desordem: escravos, senhores e policiais no Rio de Janeiro de Dom João VI”. *Revista do MHN*. vol.31,1999,pp.69-80.

<sup>297</sup> “A Pedido”, *O Semanário*. 28 de outubro de 1877.

<sup>298</sup> Ibidem. Outras histórias de mulheres negras no Piauí é analisado em, FALCI, M. B. K. “Mulheres do sertão nordestino”. In: Mary Del Priori. (Org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997, v, PP.241-278; FILHO, Alcebíades Costa. *História da mulher escrava no Piauí*. Cadernos de Teresina: Teresina, agosto, ano. 92. pp.25-31.

que realmente havia mudado eram as relações de subordinação e trabalho entre Lizarda e Pedreira, visto que esta se tornara uma mulher livre, que vivia às suas custas<sup>299</sup>.

De fato, o que ainda a ligava ao seu antigo senhor era apenas um contrato de aluguel de um pequeno cortiço, de propriedade do senhor Pedreira. Era seu trabalho que lhe sustentava, não importando quem fosse o patrão, podendo ser, inclusive, o senhor Pedreira, ou qualquer outro, desde que pagasse pelo serviço prestado.

A autonomia de Lizarda era tanta que ela poderia levar quem quisesse para seu cortiço, sem a interferência do locatário. Mesmo assim, acreditavam os vizinhos que, em última instância, caberia ao seu senhor Pedreira “moralizá-la, mas não o fazendo à polícia tomar providência, a bem da moralidade pública e sossego das famílias vizinhas.” Com refinado moralismo senhorial, a carta assim descrevia o ambiente que cercava a casa da liberta Lizarda.

Na rua Grande, entre a Boa Vista e a do Imperador, existe um *calogio* (caloji) ou coito de quantos escravos vadios há nesta cidade e que muito incomoda aos vizinhos, pelas imoralidades, desaforos e insultos que saem daquele *centro de devassidão*, que muito depõe contra os créditos de uma cidade que aspira aos foros de *civilizada*.

É cabeça deste foco de corrupção uma preta velha de nome Lisarda, ex-escrava do Sr. D. G. Pedreira, proprietário do prédio em que mora a tal megera com sua corrupta companhia, que segundo nos consta, emprega-se em serviços do Sr. Pedreira, a quem *por isso mesmo*, cumpria moralizá-la; mas não o fazendo à polícia compete tomar providência a bem da moralidade pública e sossego das famílias vizinhas.

Ao Ilmo. Sr. Capitão José Feliz Alves Pacheco, atual delegado de polícia, e que tantas provas há dada de fiel executor da lei, pedimos, em nome da moralidade pública e dos créditos da nossa pequena cidade mas já civilizada capital, que mande chamar à sua presença a Sr.<sup>a</sup> Lisarda e lhe recomende mais prudência, decência e respeito as famílias vizinhas, prometendo-lhe o castigo que merece se continuar na vida depravada que tem adotado. Se o Sr. Capitão José Feliz conseguir moralizar a casa do Sr. D. G. Pedreira, o que contamos como certo pois conhecemos a sua atividade e zelo, prestará um relevante serviço a moralidade pública e terá direito aos merecidos encômios dos vizinhos.<sup>300</sup>

Identificados como locais propícios ao ajuntamento de vadios e criminosos - uma nítida alusão às “classes perigosas” - essas casas recebiam o nome de “calogio”<sup>301</sup>

<sup>299</sup> CHALHOUB, Sidney. *Visões da Liberdade*. p.238.

<sup>300</sup> “A Pedido”, *O Semanário*. 28 de outubro de 1877.

<sup>301</sup> De acordo com o *Dicionário Aurélio*, a grafia correta da palavra Calogio ou caloji é caloji. Sendo que a palavra tem o significado de cortiço. Já o Dicionário Houaiss vai mais longe e propõe uma etimologia

pelas elites e autoridades policiais de Teresina. Segundo Pereira da Costa, no Recife Antigo do século XIX, as casas onde escravos e negros se reuniam, durante a noite, para batucar, dançar e festejar eram denominadas pelas autoridades policiais de *calugi*. Um termo próximo daquele existente em Teresina, talvez apenas um erro de grafia dos moradores da rua Grande, visto que, no vocabulário popular dos pernambucanos, a palavra tinha o mesmo significado daquele dado pelos moradores da rua Grande, bem esclarece abaixo Pereira da Costa sobre a definição do termo *calugi*.

Espelunca ou casa ordinária, lúgubre, imunda, situada em lugares escuros, e onde se acolta gente da mais baixa condição, ou serve de ponto de reunião ou parada de desordeiros, vagabundos e gatunos.<sup>302</sup>

Para Pereira da Costa, a palavra tinha sua origem nos dialetos da África Ocidental, provavelmente de procedência yorubá. Comuns nas províncias de Pernambuco e do Pará, os *calugis* foram uma das mais evidentes manifestações de sobrevivência da cultura escrava urbana.

Para a cidade do Rio de Janeiro do século XIX, o termo *calugi* tinha, por sua vez, uma estreita relação com as *casas de angu* ou *zungú*.<sup>303</sup> Localizadas em pequenas casas de cômodo na Corte, os *zungús* foram vistos como locais de encontros temporários de escravos africanos e livres da cidade, onde a *folgaça* e as celebrações de práticas religiosas eram acompanhadas de muitas bebidas e comidas.<sup>304</sup>

Muito embora as *casas de Zungú* demarcassem um espaço urbano cuja legitimidade também residia na complacência dos senhores de escravos, como esclarece Soares<sup>305</sup>, mesmo assim isto não as impedia que escapassem da ação policial. Ao lado da repressão policial havia também a desconfiança da sociedade carioca sobre as possíveis conseqüências desses encontros de negros, o que, de fato, ajudava a criar a imagem das *casas de zungú* como um local clandestino e perigoso. Era, portanto, o seu

---

da palavra *caloji* vindo das expressões em Quicongo *nlogi* ou Quimbundo *muloji* “feiticeiro”, que unidas remetem à expressão *Ka-nzo-kaloji*, “casebre de feiticeiro.” Sobre os significados e ressignificados de expressões africanas transportadas para as Américas ver o excelente trabalho de SLENES, Robert. *‘Malungo, N’agona vem!’: África encoberta e descoberta no Brasil*. Luanda: Cadernos Museu Escravatura/Ministério da Cultura, 19

<sup>302</sup> COSTA, F. A. Pereira da. *Vocabulário pernambucano*. Imprensa oficial, Recife, 1937. p.158.

<sup>303</sup> Sobre os *calugis* e as casa de angu na Corte imperial ver, SOARES. Carlos Eugênio Líbano. *Zungu: rumor de muitas vozes*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Rio de Janeiro, 1998. p. 38.

<sup>304</sup> SOARES, Luis Carlos. “*O povo de Cam*” na *Capital do Brasil*. Ver também, ALGRANTI, Leila M. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro-1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.

<sup>305</sup> SOARES, Carlos Eugênio Líbano. *Zungu*. p.55.



caráter racial e de resistência cultural escrava, com a constante presença de africanos, pardos e crioulos livres nesses locais que ocasionava uma suspeição por parte das autoridades policiais e do Estado.

A ambigüidade na definição do termo *calugi* podia variar de acordo com a posição social que cada um ocupava na sociedade escravista da época. Para os escravos, pardos e crioulos, era nos *calugis* que podiam trocar experiências, construir e reforçar os laços étnicos trazidos da terra natal e recriados nas Américas. Além disso, eram nessas comunidades negras que escravos e libertos conseguiam socializar as dificuldades sofridas diante do cativo urbano e reproduzir uma atmosfera cultural própria, baseada, principalmente, na religião. Já aqueles que observavam os *calugis* com medo e desconfiança não poupavam tintas e discursos para caracterizá-los como um “centro de devassidão,” degenerador dos costumes e obstáculo ao projeto civilizador.<sup>306</sup>

Durante todo o século XIX, mesmo com as constantes investidas da polícia em reprimi-los, os *calugis* e as *casas de Zungú* foram gradativamente ganhando espaço nas cidades do Brasil Império. Nesse conflito por sua institucionalização, a insistência dos negros, escravos e livres foi fator preponderante na busca pela autonomia escrava desses espaços, resguardando certas peculiaridades locais em que se desenvolveram.<sup>307</sup>

Como bem destaca Soares, a ausência da palavra *zungú* em outras províncias do Império, as diferentes procedências entre os termos *zungú* e *calugis*, já que a palavra *zungú* tem sua origem no dialeto bantu, em contraste com a palavra *caloji* de origem yorubá e a associação dos *zungú* com as *casas de angu* reforça a idéia de que as casas de *zungú* foram uma instituição genuinamente afro-carioca.<sup>308</sup> Entretanto, com todas as peculiaridades das casas de *zungú* da Corte, os *calugis* guardavam ainda um componente semelhante: a de encontros permanentes.

A presença de batuques e reuniões de negros na cidade de Teresina, durante a década de 1870, e em locais específicos da cidade serviu para forjar nos populares uma concepção de cidade que, ao invés de esconderijos, era na realidade bem sensível aos transeuntes. Era na rua dos Negros, na subida que dava ao Campo de Santana, freguesia das Dores, que os negros da cidade praticavam suas folgaças ao som do tambor. Mas não eram apenas o som estridente dos tambores e os encontros de negros nessas habitações que atraía a atenção dos populares e autoridades policiais de Teresina.

---

<sup>306</sup> Cf. *O Semanário*. 28 de outubro de 1877.

<sup>307</sup> SOARES. Carlos Eugênio Líbano. *Zungu*. p. 73.

<sup>308</sup> Id, *ibidem*, p. 53.

De acordo com a historiografia da escravidão, as indumentárias dos negros, os costumes religiosos e os desregramentos da moral e da ordem faziam desses locais espaços de constante vigilância policial. Contudo, havia outros aspectos que, de certo modo, causavam desconfortos à instituição escrava e ao paternalismo senhorial: o comportamento desordeiro e a autoridade da mulher escrava nessas comunidades.

O comportamento da liberta Lizarda, assim como das demais mulheres que participavam desses encontros, era visto como desregrado e de temperamento forte pelos homens da cidade. Vimos em páginas anteriores que muitas mulheres negras de condição livre e/ou escrava eram denominadas loucas, exatamente por suas atitudes de desordem e de descumprimento da moral paternalista.

Circular livremente pelas ruas da cidade, tanto em períodos noturnos como diurnos, era o suficiente para serem qualificadas como mulheres sem obrigações morais, alheias aos bons costumes e propícias às desordens sociais, daí seus constantes enfrentamentos com as autoridades policiais. Conhecedoras de ambiente social e cultural no qual estavam inseridas, muitas dessas mulheres negociavam e até mesmo utilizavam a sua fama para barganhar vantagens. Exemplo contundente foram as estratégias de união entre guardas urbanos e negras quitandeiras e quituteiras do mercado da cidade. Ao tomarem conhecimento da influência que os guardas urbanos tinham nos ajustes dos preços, na entrega dos alimentos, na fiscalização e distribuição das barracas no mercado de Teresina, pode-se presumir que muitas negras optavam por escolher para seu repertório de possíveis amantes, os policiais de Teresina, por motivo de sobrevivência e de conquista de espaço dentro do mercado da cidade.<sup>309</sup>

Na cidade de Teresina de meados do século XIX um dos papéis reservados à mulher branca e de elite era o ambiente da casa, ao lado do marido e da família.<sup>310</sup> Embora esse modelo tradicional colocado para o sexo feminino fosse direcionado àquelas de condição livre e abastada, mesmo assim causava desconforto circular pelas ruas e encontrar negras ao lado de outros negros, bebendo e conversando em voz alta, comercializando bebidas no presídio da Capital, outras recriando espaços de moradia cuja inspiração vinha de uma herança cultural estranha à população branca e européia.

Natalie Zemon Davis lembra que mulheres vistas como desregradas e de temperamento forte na França moderna podiam simbolizar para outras mulheres e

---

<sup>309</sup> A união de policiais e quitandeiras do Mercado é relatada em um dos periódicos da capital com o seguinte título: “Ao senhor chefe de Polícia”, *O Semanário*, 4 de agosto de 1878.

<sup>310</sup> CASTELO BRANCO, Pedro V. *Mulheres Plurais*. op. cit., p.109.

homens do período um caráter de polivalência do sexo feminino, sendo, em alguns casos, utilizada para “sancionar a desordem e a desobediência política [...] numa sociedade que oferecia poucos meios formais de protesto às camadas baixas.”<sup>311</sup>

Nesse sentido, teria a liberta Lizarda “com sua corrupta companhia” invadido os lares e o imaginário de mulheres e homens livres de Teresina? Essa é uma pergunta para outro trabalho, ainda assim não é difícil afirmar, que, numa cidade cuja emancipação feminina ainda não era um tema recorrente, mulheres negras, libertas e escravas, já davam sua resposta ao paternalismo vigente.<sup>312</sup> Muito provavelmente, essas mulheres negras, e em especial, a liberta Lizarda, tiveram oportunidades de comandar suas próprias vidas e conquistar certa posição de liderança, dentro de suas comunidades, com mais liberdade que muitas mulheres livres e abonadas da sociedade teresinense, em pleno regime escravista.

---

<sup>311</sup> Ibidem, p. 112. Ver ainda DAVIS, N. Z. *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

<sup>312</sup> Ver GRAHAM, Sandra L.. *Caetana diz não*. op. cit., p.230.

## CONCLUSÃO

Após percorrer os três capítulos desta dissertação, gostaria de concluí-la, fazendo algumas ponderações acerca das possibilidades de que as micro-histórias de escravos e libertos, aqui narradas, possam servir como parâmetros para uma reflexão histórica da Província do Piauí, da instituição escrava e, acima de tudo, das experiências de escravos e libertos traduzidas, a partir dos múltiplos contextos em que suas vidas foram construídas/reconstruídas na cidade de Teresina da segunda metade do século XIX.

Ao iniciar a pesquisa sobre a história social da Escravidão no Piauí do século XIX, tive nos documentos da presidência da Província e naqueles da Secretaria de Polícia do Piauí um repertório de informações acerca do “Elemento servil” e da própria instituição escrava na Província. Embora a documentação disponibilizasse apenas uma visão geral dos principais acontecimentos da Província, pude perceber que as ações expressas pelos escravos e/ou libertos nessa documentação, ainda que com demasiada carga de preconceito e intolerância cultural, demonstrava, em contrapartida, que, por trás da dramaticidade dos fatos narrados, havia determinadas atitudes de escravos e libertos permeadas por sentimentos, estratégias, tentativas de mobilidades e negociações.

Como foi possível perceber no primeiro capítulo, a transferência da capital, de Oeiras para Teresina, carregava também uma estratégia de dominação, alicerçada numa suposta tentativa de preservação da ordem e da hierarquia social, hierarquia esta baseada, sobretudo, em laços de sujeição bastante arraigados na manutenção da instituição escrava.<sup>313</sup> Daí, portanto, a necessidade de um número considerável de escravos, vindos, na sua grande maioria, das Fazendas Nacionais para a cidade de Teresina. Havia ainda aqueles escravos que acompanhavam seus senhores, homens que, ligados à burocracia provincial, tiveram de fixar residência na nova capital.

Embora a vida social nas freguesias de Nossa Senhora do Amparo e de Nossa Senhora das Dores se concentrasse em torno do rio Parnaíba - exatamente por

---

<sup>313</sup>Ver, entre outros, RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio*. p. 171; AZEVEDO, Célia M. de. *Onda negra, medo branco*: p.111.

seu caráter econômico, de porto de carga e descarga de mercadorias - era no rio Poti que se praticava, com mais intensidade, o cultivo dos produtos agrícolas da capital.

Ao lado da pequena agricultura, a pesca e a navegação fluvial eram igualmente utilizadas durante o século XIX. Se entre os pobres livres e escravos da capital,<sup>314</sup> a ocupação em atividades agrícolas era predominante, entre os homens livres, a questão não era diferente. Em um documento de 1865, denominado de *Lista Suplementar dos Cidadãos de Teresina com Qualificação para Votar*<sup>315</sup>, no item profissão, muitos cidadãos livres de Teresina declararam ter como principal atividade as funções de lavrador e de roceiro.

Provavelmente, ao chegarem a Teresina, muitos cativos trouxeram consigo vantagens, como aquelas relacionadas ao direito do cultivo de determinados gêneros alimentícios, ao lado da criação de gado vacum. Dessa maneira, muitos viram, nas férteis margens e vazantes dos rios da capital do Piauí, um local onde poderiam reinventar outras relações sociais e econômicas.

Vimos que o domínio sobre a posse da terra, através da criação de roças, em Teresina, gerou expectativas para além daquelas vinculadas à prática agrícola de subsistência, constituindo, em alguns casos, um meio efetivo de conquista da liberdade, e, em outros, a oportunidade de passar da condição social de escravo para a de senhor. Nesse sentido, o caso do escravo Manoel, que comprou um escravo para ajudar no plantio e colheita de sua roça, e o do feiticeiro Manoel João, um líder religioso local, que utilizava seus seguidores para trabalhar na sua roça, constituem exemplos claros dos diversos significados que o domínio sobre a terra gerou entre os sujeitos aqui analisados.

Se no entorno de Teresina as experiências negras se fizeram marcantes, nas ruas da cidade, a questão não era diferente. Mesmo correndo o risco da repressão policial e da punição por parte de seus senhores, os batuques dos negros resistiram durante o período da Escravidão. A presença negra na cidade era tão perceptível que ruas eram definidas como de circulação e presença exclusiva dos negros. Era nesses locais que os tambores, as sociabilidades, os conflitos e as negociações se davam com mais intensidade. A constituição desses espaços não foi uma conquista fácil. Muitos tiveram que cotidianamente reelaborar estratégias de negociações com vizinhos,

---

<sup>314</sup> No ano de 1865 foram enviados 40 escravos da Nação a Teresina, sendo que 11 deles declararam que tinham como principal ofício a atividade de roceiro, os demais se diziam vaqueiros. Ver APEPI. Tesouraria da Fazenda. Caixa. 787.

<sup>315</sup> APEPI. Município: Teresina. 1811/24/25/42/44/45/46/57/68/71/75/82/84/89-1970. Caixa. 285.

senhores e autoridades policiais. Quando seus resultados traziam insucessos, os conflitos afluíam, como se pode apreender nos jornais e documentos policiais do período.

Na ocasião em que as manifestações negras eram permitidas, autoridades policiais agiam no sentido da intimidação, embora com certa dose de tolerância. Isso porque os “ajuntamentos de negros” e os “batuques cantoriais”, tão assustadores no Império, criavam naqueles, diretamente envolvidos no assunto, temores de possíveis problemas de ordem moral e social.

Ao invés de apenas relatar as políticas de controle e repressão na capital do Piauí, tentamos, também, compreender os significados de possíveis reações. Ao mudar o foco para os comportamentos dos negros, livres e escravos, da Capital, vimos a constante persistência desses sujeitos em estabelecer relações, construir alianças e forjar autonomias cujos fundamentos repousavam em heranças culturais estranhas à cultura branca e europeia. Dito de outra forma, em meio à Escravidão, às relações de subalternidade e às tensões sociais próprias ao período, muitos optaram pela via da resistência. Nesta dissertação, resistência é entendida não apenas como sublevações e rebeliões negras do Brasil Império, mas como um protesto operado, a partir do contexto simbólico, com gestos, danças, divertimentos e folgas a marcar o compasso da vida desses indivíduos.

Talvez tenha sido, por não perceber a ação simbólica dessas manifestações negras na cidade de Teresina, que o historiador Monsenhor Chaves acreditava que as circunstâncias pelas quais a Escravidão tenha se desenvolvido no Piauí impossibilitava “aos africanos aqui introduzidos perpetuarem certos traços de sua cultura, tais como os instrumentos de trabalho, suas formas de organização econômica, os tipos de organização social e de família e até mesmo certas formas de expressão artística”. Restando apenas indícios, dispersos e fragmentários, de uma cultura negra reinterpretada a partir de outras experiências negras tais como as “sociedades de ajuda mútua, as irmandades do Rosário dos Pretos, a independência econômica da mulher negra, a mancebia.”<sup>316</sup>

Sabemos, pois, que a Escravidão operou diretamente no comportamento dos sujeitos, definindo regras, sentimentos, relações sociais e códigos de obediência, ao mesmo tempo em que demarcou conflitos, forjou negociações e criou expectativas

---

<sup>316</sup> CHAVES, M. op. cit., 202.

naqueles que desejam melhores condições de vida. As histórias de escravos e libertos narradas nestas páginas buscaram exatamente iluminar determinados contextos em que esses sujeitos tentaram vislumbrar outras possibilidades diante da Escravidão. E quando isso não foi possível, buscaram reinventar outras relações, tendo como base concepções e maneiras de viver peculiares aos seus universos culturais. Revistar, portanto, suas experiências e repensá-las tomando como fundamento o exercício da História foram as principais motivações que impulsionaram este trabalho.

## REFERÊNCIAS

### FONTES

#### 1 ARQUIVO PÚBLICO DO PIAUÍ

##### 1.1 TERESINA

Caixas. 46 e 47. Conselho Municipal de Teresina. 1855-1897/1866-1872.

Caixa 47. Conselho Municipal de Teresina. 1866-1872.

Caixa. 58. Conselho Municipal de Teresina. Câmara Municipal - Teresina. 1833-1854.

Caixa. 249. Município, Teresina. 1878-1879-1884.

Caixa: 301. Conselho Municipal de Teresina. 1881-1970.

Caixa. 787. Conselho Municipal de Teresina. 1866- 1872. Tesouraria da Fazenda.

Caixa sem numeração. Municípios. Teresina. 1877-1879.

Caixa sem numeração. Ministério da Justiça. 1845-1869.

##### 1.2 FALAS, MENSAGENS E RELATÓRIOS DO PRESIDENTE DA PROVÍNCIA DO PIAUÍ

Envelopes 33 a 42. Caixa. 03. *Relatório com que com que o Exm. Sr. Presidente da província do Piauí, Dr. Diogo Velho Cavalcanti D'albuquerque passou a administração da mesma ao Exm. Sr. 3º Vice-presidente Coronel Ernesto José Batista, no dia 16 de maio de 1860.*

Envelopes 33 a 42. Caixa. 03. *Relatório com que com que o Exm. Vice-Presidente Dr. José Manoel de Freitas, passou a administração ao excelentíssimo Presidente Dr. Adelino Antonio de Luna Freire, no dia 5 de outubro de 1866.*



Envelopes 33 a 42. Caixa. 03. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Piauí, no dia 21 de julho de 1868 pelo segundo Vice-Presidente, o Exm. Sr. Dr. José Manoel de Freitas.*

Envelopes 43 a 52. Caixa. 04. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Augusto Olímpio de Castro, passou a administração desta província ao Exm. Sr. 1º Vice-Presidente Dr. Simplício de Sousa Mendes, no dia 3 de abril de 1869.*

Envelopes 33 a 42. Caixa. 03. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Piauí, no dia 1 de julho de 1870 pelo 1º Vice-Presidente da província, Dr. Gervásio Cícero de Albuquerque Melo.*

Envelopes 33 a 42. Caixa. 03. *Relatório lido perante a Assembléia Legislativa da Província do Piauí, no ato de sua instalação no dia 1 de julho de 1871, pelo Presidente da mesma, ao Exm. Sr. Dr. Manoel do Rego Barroso Souza Leão.*

Envelopes 43 a 52. Caixa. 04. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa do Piauí, no dia 18 de julho de 1873 pelo Presidente, Dr. Gervásio Cícero de Albuquerque Melo.*

Envelopes 43 a 52. Caixa. 04. *Relatório com que o Exm. Sr. Dr. Gervásio Cícero de Albuquerque Mello passou a administração da província do Piauí ao Exm. Sr. DR. Adolfo Lamenha Lins, no dia 27 de abril de 1874.*

Envelopes 53 a 65. Caixa 05. *Relatório do Chefe de polícia da Província, Jesuíno José de Freitas ao Presidente da Província Odorico de Moura, em 31 de dezembro de 1881.*

Envelopes 53 a 65. Caixa. 05. *Relatório com que o Exm. Sr. Presidente da Província do Piauí Dr. Miguel Joaquim D'Almeida e Castro, passou a Administração da mesma província ao Exm. Sr. Dr. Firmino de Souza Martins, 2 Vice - Presidente, no dia 5 de abril de 1883.*

Envelopes 66 a 76. Caixa. 06. *Relatório apresentado em 07 de junho de 1884 pelo Exm. Sr. Presidente da Província do Piauí Dr. Emídio Adolfo Victorio da Costa.*

Envelopes 77 a 86. Caixa. 07. *Relatório com que o Exm. Sr. Antonio Janssem de Mattos Pereira passou a Administração da Província do Piauí ao Exm. Sr. Dr. Francisco Viveiros de Castro, no dia 06 de julho de 1887.*

Envelopes 77 a 86. Caixa. 07. *Fala com que o Exm. Sr. Presidente Francisco Viveiros de castro abriu a 1 sessão da 27 Legislatura da Assembléia Provincial do Piauí, em 2 de junho de 1888.*

### 1.3 SECRETARIA DE POLÍCIA

Caixa. 35. Secretaria de Polícia. Inquéritos Policiais. 1870-1871/1878-1923.

Caixa: 528. Secretaria de Polícia. 1876-1897.

Caixa: 560. Secretaria de Polícia. 1870-1929.

Caixa. 570. Delegacia de Polícia de Teresina. 1846-51-58/1860-69/1870-79/1881-87/1890-97/1900-1942.

Caixa: 572. Polícia Civil. Anos: 1837-1850-1855/1945.

Caixa: 645. Secretaria de Segurança. 1874.

Caixa sem numeração. Secretaria de Polícia. 1870-1871/1878-1923.

Delegados. 1874, 1875, 1876, 1877, 1878, 1879, 1880. SPE. CÓD.741/742/743/744. ESTN. 07. PRAT: 1 e 2

Chefe de Polícia. 1871,72,73,74,75,76,77,78,79,80,81,82,83,84,85,86,87,88. SPE. CÓD.763, 764,765,766,767,768,769,770,771,772,773,774,775,776,777,778,809. ESTN. 07. PRAT: 1,2 e 3.

### 1.4 JORNAIS

*O Semanário*

*A Pátria*

*Echo Liberal*

*A Época*

*A Imprensa*

*O Escholástico*

*Oitenta e Nove*

*O Piauí*

## 2.0 DICIONÁRIOS DE REFERÊNCIA E FONTES IMPRESSAS

BLAKE, Augusto Vitório Alves Sacramento. *Dicionário Biobibliográfico Brasileiro*. V. 4. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898.

BASTOS, Cláudio de Albuquerque. *Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí*. FCMC. Teresina-Pi, 2004.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Dicionário do Folclore Brasileiro*. 10ª Ed. Ed. Ilustrada, São Paulo: Global, 2001.

*DICIONÁRIO ELETRÔNICO HOUAISS DA LÍNGUA PORTUGUESA*. Versão. 1.0.5: Editora Objetiva Ltda., 2002.

HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Novo Dicionário Aurélio da Língua Portuguesa*. Versão Eletrônica 5.0. 3ª. Ed: Editora Positivo, 2004.

SILVA, Antonio de Moraes (comp.). *Dicionário da Língua Portuguesa*, Lisboa, Tipografia Lacerdina, 1813.

RECENSEAMENTO GERAL DO IMPÉRIO: 1872- 1890. São Paulo, Centro Brasileiro de Análise e Planejamento CEBRAP.

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Marta. *O império do Divino: festas religiosas e cultura popular no Rio de Janeiro, 1830-1900*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: FAPESP, 1999.

ALENCASTRO, Luís Felipe de. *O Trato dos viventes. A formação do Brasil no atlântico Sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALGRANTI, Leila M. *O feitor ausente: estudos sobre a escravidão urbana no Rio de Janeiro-1808-1822*. Petrópolis: Vozes, 1988.

\_\_\_\_\_. “Família e vida doméstica”, In. Fernando Novais e Laura de Mello Souza (orgs.), *História da vida privada no Brasil* vol. 1. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 143-150.

ALBUQUERQUE, Wlamyra Ribeiro de. *A Exaltação das diferenças: racialização, cultura e cidadania negra (1880-1900)*. Campinas, São Paulo: UNICAMP, 2004. Tese doutorado em História Social.

ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

ARAÚJO, Maria Mafalda Baldoíno. *Cotidiano e pobreza: a magia da sobrevivência em Teresina (1877-1914)*. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

ARAÚJO, Maria Mafalda B. de. *O poder e a seca no Piauí-1877-1879*. Teresina: EDUFPI, 1991.

AZEVEDO, Célia M. Marinho de. *Onda negra, medo branco; o negro no imaginário das elites – século XIX*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BARICKMAN, Bert. J. *Um contraponto baiano: açúcar, fumo mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRANDÃO, Tanya Maria Pires. *A elite colonial piauiense: familiar e poder*. Teresina: FCMC, 1995.

\_\_\_\_\_. *O Escravo na Formação social do Piauí*. Teresina: EDUFPI, 1999.

BROWN, Alexandra Kelly. “*On the Vanguard of Civilization*”: Slavery, the Police, and conflicts between Public e Private power, in Salvador da Bahia, Brazil, 1835-1888. Tese de Doutorado. The University of the Texas at Austin, 1998.

CASTELO BRANCO. Pedro V. *Mulheres Plurais. Teresina*: FCMC, 1996.

\_\_\_\_\_. “Imagens tecidas pelo tempo: A mulher na sociedade Teresinense. (1890-1930)”. \_IN. EUGÊNIO, João Kennedy (org.). *História de vários feitio e circunstância*. Teresina: Dom Barreto, 2001.

CARDOSO. Ciro Flamarion. *Escravo ou camponês? O protocampesinato negro nas Américas*. São Paulo. Brasiliense, 1987.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

CARVALHO, Marcus Joaquim. M. de. *Liberdade: rotinas e rupturas do escravismo, 1822-1850*. 2ed. Recife: Editora da UFPE, 1998.

\_\_\_\_\_. “De Portas Adentro e de Portas Afora: Trabalho doméstico e escravidão no Recife, 1822-1850”. *Afro - Ásia*, 29/30 (2003), 41-78.

CARVALHO. Marcus J. M. de. “Fácil é serem sujeitos, de quem já foram senhores”: o abc do divino mestre. *Afro-Ásia*, 31 (2004), pp.327-334.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Ao sul da história*. Lavradores pobres na crise do trabalho escravo. São Paulo: Brasiliense, 1987.

CASTRO, Hebe Maria Mattos de. *Das cores do silêncio – os significados da escravidão no Sudeste escravista*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

\_\_\_\_\_. “Laços de família e direitos no final da escravidão”. In ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.) *História da vida privada no Brasil*. vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 337-383.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001

\_\_\_\_\_ “Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio”. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, ANPUH/Marco zero, 8 (16), 1988.

\_\_\_\_\_ *Visões da liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte*, São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

\_\_\_\_\_ *A cidade febril: cortiços e epidemias na corte Imperial*. São Paulo: Cia. das letras, 1996.

\_\_\_\_\_ *Machado de Assis, Historiador*. São Paulo: Companhia das letras, 2003.

CONRAD, Robert. *Os últimos anos da escravatura no Brasil, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, INL, 1975.

CHAVES, Monsenhor. *Cadernos históricos*. Teresina: FCMC, 1994.

COSTA, F. A. Pereira. *Cronologia histórica do estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República*. v.2. Teresina: Artenova, 1974.

\_\_\_\_\_ *Vocabulário pernambucano*. Imprensa oficial, Recife, 1937.

CUNHA, Higino. *História das Religiões do Piauí*. Teresina: Papelaria Piauiense, 1924.

CUNHA, Maria Clementina Pereira. *Ecos da Folia*. Uma história social do carnaval carioca entre 1880 e 1920. São Paulo, Cia. das Letras, 2001.

DAMATTA, Roberto. *A casa e a rua*. 4 ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.

DAVIS, Natalie Zemon. *Culturas do povo: sociedade e cultura no início da França moderna*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

\_\_\_\_\_ *O retorno de Martin Guerre*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DARNTON, Robert. *O grande massacre de gatos e outros episódios da história cultural francesa*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

DELUMEAU, Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada*. São Paulo: Companhias das Letras, 1989.

ELLIS, Myrian [et. ali.]. *O Brasil Monárquico: declínio e queda do Império*. V4. 3 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

FALCI, Miridan B. K. *Escravos do Sertão: Demografia, Trabalho e Relações Sociais*. Teresina: FCMC, 1995.

\_\_\_\_\_. *O Piauí na segunda metade do século XIX*. Teresina: Fundação Cultural do Piauí, 1986.

\_\_\_\_\_. “Mulheres do sertão nordestino”. In: Mary Del Priori. (Org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

FILHO, Alcebíades Costa. *A mulher escrava no Piauí*. Teresina-Pi: UFPI, Departamento de História, Monografia, 1988, mimeo.

\_\_\_\_\_. *História da mulher escrava no Piauí*. Cadernos de Teresina: Teresina, 1992.

FILHO, Celso Pinheiro e PINHEIRO, Lina Celso. *Soldados de Tiradentes: história da Polícia Militar do Piauí*. Rio de Janeiro: Art Nova, 1975.

FLORENTINO, Manolo & GOÉS, José Roberto. *A paz nas Senzalas: famílias escravas e tráfico, Rio de Janeiro, c. 1790-1850*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FLORY, Thomas. *Judge and Jury in Imperial Brazil: Social Control and Political Stability in the New State*. Austin: University of Texas Press, 1981.

FOUCAULT, Michel, *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. 32 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRAGA FILHO, Walter. *Encruzilhadas da liberdade: histórias de escravos e libertos na Bahia (1870- 1910)*. Campinas, SP: Editora UNICAMP, 2006.

FREITAS, Clodoaldo. *História de Teresina*. Teresina: FCMC, 1988.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ed Jorge Zahar, 1978.

GEERTZ, Clifford. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. 6ª ED. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro. Modernidade e dupla consciência*. São Paulo: Editora 34; Rio de Janeiro, Ucam; Cea, 2001.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. *Teresina – pesquisas históricas*. Teresina: FCMC, 1991.

GOMES, Flávio dos Santos, *Histórias de Quilombolas: Mocambos e comunidades de senzalas no Rio de Janeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_. REIS, J.J; CARVALHO, Marcus J. M. de. “África e Brasil entre margens: aventuras e desventuras do africano Rufino José Maria, c. 1822-1853”. *Estudos Afro-Asiáticos*, Ano 26, nº. 2, 2004, pp. 257-302.

GORENDER. Jacob. *O escravismo Colonial*. 3 ed. São Paulo: Ática, 1980.

GRADEN, Dale T. “Uma lei... até de segurança pública: resistência escrava, tensões sociais e o fim do tráfico interprovincial de escravos para o Brasil (1835-1856)”. *Estudo Afro - Asiáticos* n 30, pp.113-150.

GRAHAM, Richard. “Nos tumbeiros mais uma vez? O comércio interprovincial de escravos no Brasil”. *Afro - Ásia*, n.27, 2002. pp.121-60.

GRAHAM, Sandra Lauderdale. *Proteção e Obediência: Criadas e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

\_\_\_\_\_. *Caetana diz não*. História de mulheres da sociedade escravista brasileira. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

GUARINELO, Norberto Luiz. “Festa, trabalho e cotidiano”.In. Istvan Jancsó e Íris Kantor (orgs.), *Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa* (São Paulo, Hucitec/Edusp/Imprensa Oficial/Fapesp, 2001.pp.969-975.

HOLLOWAY, Thomas. *Polícia no Rio de Janeiro: repressão e resistência numa cidade do século XIX*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

JOHN, Thornton. *A África e os Africanos na Formação do Mundo Atlântico 1400-1800*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

KARASCH, Mary C. *A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KOSSOY, Boris e CARNEIRO, Maria Luiz Tucci. *O negro na iconografia Brasileira do século XIX*. São Paulo: EDUSP, 2002.

LARA, Sílvia H. *Campos de violência: escravos e senhores na Capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.



\_\_\_\_\_ “Sedas, Panos e Balangandãs: O traje de senhoras e escravas nas cidades do Rio de Janeiro e de Salvador (século XVIII)”. \_IN. SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Brasil: colonização e escravidão*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000. pp. 177-191.

LIMA, Solimar Oliveira. *Braço Forte: Trabalho escravo nas Fazendas da Nação no Piauí – (1822 – 1871)*. Passo Fundo: UPF, 2005.

MACHADO, Maria Helena. *O Plano e pânico – movimentos sociais na década de abolição*. Rio de Janeiro: Editora da UERJ, EDUSP, 1994.

\_\_\_\_\_ “Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a história social da escravidão”. *Revista Brasileira de História*, vol. 8, nº 16, mar-ago.1988, pp. 143-60;

MALHEIRO, Perdígão. *A escravidão no Brasil*. Ensaio histórico, jurídico, social. 3 ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL,1976.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. São Paulo: Hucitec, 2004.

MELLO, Evaldo Cabral. *O norte agrário e o império – 1871-1889*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.

MOTT, Luís R. B. *Piauí colonial: população, economia e sociedade*. Teresina: Projeto Petrônio Portela, 1985.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. *A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)*. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2002.

NEVES, Abdias. *O Manicaca*. Teresina: Corisco, 2000.

NUNES, Odilon. *Pesquisas para a História do Piauí*. V.4. 2ed. Teresina: Artenova, 1975.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. *O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século XIX*. 2ªed.rev. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 2004.

PORTO, Carlos Eugênio. *Roteiro do Piauí*. Teresina: Artenova, 1974.

PRICE, Richard. *O Milagre da Crioulização: Retrospectiva*. Estudos Afro-Asiáticos. Ano. 25, n.3, 2003. pp.383-419.

\_\_\_\_\_ & MINTZ, Sidney. *O nascimento da cultura Afro-Americana*. Rio de Janeiro. Ed. Pallas. 2005.

QUEIROZ, Teresinha. *Os Literatos e a República: Clodoaldo Freitas, Higino Cunha e as tiranias do tempo*. 2ed. Teresina: EDUFPI, 1996.

\_\_\_\_\_. *A importância da borracha de maniçoba na Economia do Piauí – 1900-1920*. Teresina: UFPI/ALP, 1994.

\_\_\_\_\_. *Economia piauiense: da pecuária ao extrativismo*. 3ed. rev. Teresina: EDUFPI, 2006.

QUEIROZ, Suely R. Reis de. *A abolição da escravidão*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

REIS, João J. *Rebelião escrava no Brasil. A História do levante dos Malês em 1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_ *A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

\_\_\_\_\_ “De olho no canto: Trabalho de rua na Bahia na véspera da abolição”. *Afro - Ásia*, 24 (2000), 199-242.

\_\_\_\_\_ e AGUIAR, Márcia Gabriela D. de. “Carne sem osso e farinha sem caroço”: o motim de 1858 contra a carestia na Bahia. *Revista de História*. ano.2 n.135. FFLCH-USP, 1996.

\_\_\_\_\_ “Domingos Pereira Sodré: um sacerdote africano na Bahia Oitocentista”. *Afro-Ásia*, 34 (2006), pp.237-313.

\_\_\_\_\_ ”Tremores e tambores. a festa negra na Bahia na primeira metade do século XIX”. In: CUNHA, Maria C. P.(org.). *Carnavais e outras f(r)estas*. Ensaios de história social da cultura. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2002. pp.101-155.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1808-1850)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, CECULT, 2000.

\_\_\_\_\_ *De Costa e Costa: Escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SAMPAIO, Gabriela dos Reis. “Tenebrosos mistérios: Juca Rosa e as relações entre crença e cura no Rio de Janeiro Imperial”. In:- CHALHOUB, S. et al. (org.). *Artes e ofícios de curar no Brasil: capítulos de história social*. Campinas-SP: Unicamp, 2003.

SCHAWRCZ, Lília Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

\_\_\_\_\_. *Retrato em branco e preto: jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

\_\_\_\_\_. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial; 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SHARPE, Jim. “A história vista de baixo”. IN: BURKE, Peter (org). *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

SILVA, Júlio Romão. *Memória histórica sobre a transferência da Capital do Piauí*. 3ed. Teresina: FCMC, 1994.

SILVA, Marilene R. N. da. *Negro na rua: a nova face da escravidão*. São Paulo: Hucitec/Brasília: CNPq, 1988.

SILVA, Eduardo e REIS, João José. *Negociação e conflito. A resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

SLENES, Robert. ‘*Malungo, N’agona vem!*’: África encoberta e descoberta no Brasil. Luanda: Cadernos Museu Escravatura/Ministério da Cultura, 1995.

\_\_\_\_\_. “Senhores e subalternos no oeste paulista”. IN. ALENCASTRO, Luiz Felipe de. (org.) *História da vida privada no Brasil*. vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. pp. 233-390.

\_\_\_\_\_. *Na senzala, uma flor: esperanças e recordações da formação da família escrava, Brasil, Sudeste, século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

SOARES, C. E. L. *A negregada instituição- os capoeiras na corte imperial*, Rio de Janeiro, Acess, 1999.

\_\_\_\_\_. *A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro, 1808-1850*. Campinas: Unicamp/Cecult, 2001.

\_\_\_\_\_. GOMES, Flávio dos Santos e FARIAS, Juliana Barreto. *No Labirinto das Nações: africanos e identidades no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

\_\_\_\_\_ “O triângulo da desordem: escravos, senhores e policiais no Rio de Janeiro de Dom João VI.” *Revista do MHN*. vol,31,1999,pp.69-80.

SOARES, Cecília Moreira. *A mulher negra na Bahia no século XIX*. Salvador: UFBA, 1994. Dissertação de Mestrado.

SOARES, Luiz Carlos. “*O povo de Cam*” na *Capital do Brasil*: A Escravidão Urbana no Rio de Janeiro do Século XIX. Rio de Janeiro: Faperj – 7Letras, 2007.

SOIHET, Rachel. *A subversão pelo riso*. Estudo sobre carnaval carioca da *Belle Époque* ao tempo de Vargas. Rio de Janeiro: Editora Fundação G. Vargas, 1998.

SOUSA, Marina de Melo e. *Reis negros no Brasil escravista*: História da festa de coroação de Rei Congo. Belo horizonte: Editora UFMG, 2002.

STORCH, Robert. “O policiamento do cotidiano na cidade vitoriana”. *Revista Brasileira de História, Cultura e Cidades*, ANPUH, marco zero, 1985.

OLIVEIRA, Noé Mendes de. *Folclore Brasileiro*: Piauí. 2ª Ed. Teresina: EDUFPI, 1995.

THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

\_\_\_\_\_ *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. (org.) NEGRO. Antônio L. e SILVA, Sérgio. Campinas, SP: Unicamp, 2001.

\_\_\_\_\_ *Senhores e Caçadores*: a origem da lei negra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

TORNTON, John. *A África e os Africanos na formação do mundo atlântico*. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

TRINDADE, Cláudia Moraes. *A Casa de Prisão com Trabalho da Bahia, 1835-1865*. Salvador: UFBA, 2007. Dissertação de Mestrado.